

ANNAES DA ASSEMBLÉA
LEGISLATIVA PROVINCIAL

DO

AMAZONAS

DE

1877

ANNAES

DA

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL

DO

AMAZONAS

DE

1877



AmM
328.3452
A489a
v.3

MANAOS

Impresso na Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, á rua de Marcílio Dias.

1877





ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL

DO

AMAZONAS

1.ª Sessão preparatoria de 1.º de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze horas da manhã presentes os srs. deputados Freitas Guimarães, dr. Canavarro, Braule Pinto, padre Torquato, dr. Gustavo, Amorim, Pedro Sympson, Silva Pinheiro, Tapajós e Lisboa; não comparecendo numero legal o sr. presidente declara não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Dr. A. David V. de Canavarro*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão preparatoria de 2 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze horas da manhã, reunidos no paço d'Assembléa Legislativa Provincial os srs. deputados João José de Freitas Guimarães, dr. Antonio David de Vasconcellos Canavarro, José Justiniano Braule Pinto, Barão de S. Leonardo, Pedro de Souza Marques, João Evangelista Nery da Fonseca Junior, Estevão José Ferraz, dr. Joao Carlos Antony, padre Torquato Antonio de Souza, dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, Henrique Barboza de Amorim, Nicoláo José de Castro e Costa, Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães e João Sebastião da Silva Lisboa; e occupando os seus respectivos lugares na forma do art. 12, os membros da meza da sessão do anno passado, o sr. presidente declara aberta a sessão, e em acto successivo, convida aos srs. deputados presentes a elegerem o novo presidente e secretarios.

Correndo o escrutinio, obtiverão votos:

Para presidente, o sr. Freitas Guimarães, 12 votos; Tapajós e Gabriel, 4 cada um.

Para vice-presidente, os srs. padre Torquato e padre Daniel, 6; Gabriel, 2 e dr. Gustavo 1.

Compareceu o sr. deputado João Carlos da Silva Pinheiro.

Não havendo maioria absoluta, procedeo-se a nova eleição, e teve o seguinte resultado:

Os srs. padre Daniel, 9; padre Torquato, 6 e dr. Gustavo, 1.

Para secretarios, obtiverão votos os srs. Amorim e Braule, 11 cada um; Lisboa, 3; João Pinheiro e Canavarro, 2; Ferraz e Guimarães, 1.

São membros da meza os srs. Freitas Guimarães, presidente; padre Daniel, vice-presidente; primeiro secretario designado pela sorte, o sr. Amorim e segundo o sr. Braule.

O sr. Castro e Costa, obtendo a palavra, manda a meza o seguinte requerimento:

«Avista do limitado pessoal com que presentemente funciona a Thezouraria de Fazenda, cuja inspecção houve por bem o governo geral confiar-me, e não podendo por isso tomar parte nos trabalhos d'esta Assembléa, sem prejuizo do serviço publico a cargo d'aquella repartição, requeiro, confiado no civismo que caracteriza os seus nobres membros, dispensa de meu comparecimento, assegurando que se no decurso das sessões melhorarem as circumstancias actuaes virei acompanhá-los no desempenho da difficil quão honrosa missão.—Paco d'Assembléa, 2 de Junho de 1877.—O deputado, Nicoláo José de Castro e Costa.»

Ficou para a sessão seguinte.

O sr. presidente mandou que pela secretaria se fizessem as communicações necessarias e levantou a sessão.

Para constar se lavrou esta acta—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza d'Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão preparatoria de 3 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. 1.º SECRETARIO BARBOZA D'AMORIM.

As horas do estylo reunidos os srs. deputados Amorim, Braule, Lisboa, dr. Gustavo, Ferráz, dr. Antony, dr. Canavarro, Castro e Costa, Souza Marques, Pinheiro, Gabriel e Nery, abre-se a sessão.

O sr. secretario leo dois officios do secretario do governo datados de hontem sob n.º 1 e 2; o primeiro communicando haver s. exc. o sr. presidente da provincia designado o dia 4 ao meio dia para ter lugar a abertura d'assembléa; o segundo accusando a remes-

sa das relações nominaes dos srs. deputados reunidos em sessões preparatorias, e dos membros da meza.—Inteirado, á archivar-se.

Comparece o sr. Tapajós.

O sr. presidente designou as 9 horas do dito dia 4 para ter lugar na igreja matriz a missa votiva do Espírito Santo, e convidou aos srs. deputados a assistirem-na.

Entrando em discussão o requerimento do sr. deputado Castro e Costa, depois de orarem os srs. dr. Gustavo, Antony e Castro e Costa, o sr. presidente addiu para a primeira sessão depois da abertura d'assembléa.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levantou a sessão.

Para constar se lavrou esta acta—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza d'Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão solenne d'abertura em 4 de Junho de 1877

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze horas presentes os srs. Freitas Guimarães, Amorim, Braule, Gabriel, S. Leonardo, padre Torquato, Nery da Fonseca Junior, Pinheiro, Sympson, dr. Canavarro, Castro e Costa, dr. Antony, Ferraz, Lisboa, dr. Gustavo e Tapajós, o sr. presidente abre a sessão.

Forão lidas e approvadas as actas de 2 e 3 das sessões preparatorias.

O sr. presidente nomea a seguinte commissão para receber a s. exe. o sr. presidente da provincia, a qual ficou composta dos srs. deputados Barão de S. Leonardo, Canavarro, Ribeiro Guimarães, Torquato, e Lisboa.

Ao meio dia em ponto, presente o exm. sr. presidente da provincia e sendo recebido pela respectiva commissão tomou assento, a direita do sr. presidente d'assembléa, lê seo relatorio, e finda a leitura declara installada a presente sessão, nos termos do regimento; e retira-se com as mesmas formalidades.

O sr. presidente levanta a sessão e dá a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, requerimentos, etc., etc.

2.ª Parte.—Eleição das commissões permanentes e discussão do requerimento do sr. deputado Castro e Costa.

E para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 5 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze horas, presentes os srs. Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, Tapajós, Barão de S. Leonardo, Gabriel, dr. Canavarro, Sympson, padre Torquato, Souza Marques, Ferraz, Lisboa, dr. Gustavo, dr. Antony, Castro e Costa, e Pinheiro; o sr. presidente abre a sessão.

E' lida e approvada a acta da sessão anterior.

Expediente.

O sr. primeiro secretario lêo o seguinte:

Um officio da assembléa legislativa provincial do

Piahy, felicitando esta provincia pela acertada nomeação do exm. sr. dr. Gesilão Pereira da Silva para presidente da mesma.—Resposta-se e archive-se.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. dr. Gustavo lê e manda a meza a seguinte indicação:

«Indico que se nomeie uma commissão de trez membros, que, reunindo os dados precisos, em nome desta assembléa formule e dirija ao Supremo Tribunal de Justiça uma queixa contra o dr. Domingos Jacy Monteiro, pelas violencias e infracções de leis por elle praticadas durante sua administração nesta provincia, para esse fim a dita commissão solicitará por intermedio d'esta assembléa os documentos que, forem necessarios para instruir a queixa, e a commissão não possa por si mesmo obter.—Paço da assembléa provincial do Amazonas, 5 de Junho de 1877.—O deputado, Ramos Ferreira.»

Entra em discussão e é approvada, tendo sobre ella tomado a palavra os srs. Amorim, dr. Ramos Ferreira, Braule Pinto, Castro e Costa, e Ferraz.

E' regeitado um requerimento do sr. Braule Pinto pedindo addiamento da discussão dessa indicação.

O sr. padre Daniel obtem a palavra e manda a meza um requerimento mandando consignar na acta um voto de reprovação dos actos da administração do sr. dr. Domingos Jacy Monteiro; e, depois de orarem os srs. padre Daniel, Ferraz, e dr. Antony, é o mesmo requerimento retirado por seo autor.

O sr. Ferraz, lê e manda a meza os seguintes requerimentos que depois de discutidos são approvados:

«Requeiro que pela secretaria do governo, se passe por copia, a portaria pela qual ficou extinta a escola mixta do bairro de S. Sebastião regida pela professora D. Josephina de Freitas Tenreiro Aranha.—Paço da assembléa provincial, 5 de junho de 1877.—O deputado, E. José Ferraz.»

«Requeiro que o thesouro provincial remetta uma relação de todos os professores e professoras, quer effectivos quer aposentados que são credores da fazenda provincial por divida proveniente da falta de pagamento de seus respectivos ordenados, com declaração das quantias a que tem direito até o fim do mez proximo passado.—Paço da assembléa provincial, 5 de junho de 1877.—O deputado, Estevão José Ferraz.»

«Requeiro que por intermedio da presidencia da provincia o secretario do governo remetta, por copia, o contracto celebrado no dia 3 de maio proximo findo, entre o então presidente o sr. dr. Domingos Jacy Monteiro e Singlehurts Brockleurts & C.ª para a navegação directa entre esta provincia e a Europa, na conformidade da lei n.º 347 de 24 de maio de 1876.—Paço da assembléa provincial, 5 de junho de 1877.—O deputado, Estevão José Ferraz.»

«Requeiro que o thesouro provincial remetta uma relação dos credores a fazenda provincial, cujas contas são provenientes de vendas e fornecimentos, e já estão com o «pague-se» do ex-presidente da provincia o sr. dr. Antonio dos Passos Miranda, com declaração da importancia de cada uma das referidas contas.—Paço da assembléa provincial, 5 de junho de 1877.—O deputado, Estevão José Ferraz.»

«Requeiro que o thesouro provincial informe desde quando paga-se as gratificações, consignadas na tabella junta ao regulamento para extinção de incendios, mandadas dar pelo 1.º vice-presidente, quando na administração da provincia ultimamente, ao dr. director das obras publicas, ao ajudante e ao guarda do serviço da bomba, e bem assim, porque verba; tem-se effectuado esse pagamento.—Paço da assembléa provincial, 5 de junho de 1877.—O deputado, Estevão José Ferraz.»

Entra em discussão e é approvedo o seguinte requerimento do sr. Castro e Costa:

«Avista do limitado pessoal com que presentemente funciona a thesouraria de fazenda, cuja inspecção houve por bem o governo geral confiar-me, e não podendo por isso tomar parte nos trabalhos d'esta assembléa, sem prejuizo do serviço publico a cargo d'aquella repartição, requero, confiado no civismo que caracteriza seus nobres membros, dispensa do meo comparecimento; assegurando que, si no decurso das sessões melhorarem as circumstancias actuaes virei acompanhá-los no desempenho da difficil quão honrosa missão.—Paço da assembléa provincial, 2 de junho de 1877.—O deputado, Nicoláo José de Castro e Costa.»

O sr. Braule Pinto lê e manda a meza o seguinte requerimento que foi approvedo:

«Requero por intermedio da presidencia da provincia, copia do contracto celebrado com o dr. Ernesto Rodrigues Vieira, para impressão dos trabalhos e expediente das repartições provinciaes.—Paço da assembléa provincial do Amazonas, 5 de junho de 1877.—O deputado, Braule Pinto.»

O sr. dr. Ramos Ferreira, lê e manda a meza o seguinte requerimento, que é approvedo:

«Requero que se possa informações se no estabelecimento dos educandos artifices continua occupado um quarto com moveis do ex-director d'aquelle estabelecimento depois que recebeu intimação para despejo, do juizo dos feitos da fazenda.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 5 de junho de 1877.—O deputado, Ramos Ferreira.»

2.^a Parte.—Declara o sr. presidente que vae-se proceder as eleições das commissões permanentes, as quaes dão este resultado:

Poderes.—Barão de S. Leonardo, 10 votos; padre Daniel, 8; Dias dos Santos, 7; Tapajós, 6; dr. Canavarro e dr. Ramos Ferreira, 4 cada um; Souza Marques e Sympson, 2 cada um; padre Torquato e dr. Antony, 1 cada um.

Fazenda.—Gabriel e Sympson, 13 votos cada um; Souza Marques, 12; padre Torquato e Pinheiro, 2 cada um; dr. Ramos Ferreira, Lisboa, e Castro e Costa, 1 cada um.

Agricultura.—Dr. Canavarro, 13 votos; Sympson, 10; Lisboa, 7; Nery, 4; padre Daniel, Tapajós e dr. Antony, 2 cada um; Souza Marques, Ferraz, padre Torquato, Pinheiro e dr. Ramos Ferreira, 1 cada um.

Camaras municipaes.—Pinheiro e Ferraz, 13 votos cada um; dr. Antony, 12; Lisboa, 3; dr. Ramos Ferreira, 2; Barão de S. Leonardo e dr. Canavarro, 1 cada um.

Estatistica e etc.—Lisboa, dr. Canavarro e Tapajós, 12 votos cada um; padre Torquato, 3; Pinheiro, Barão de S. Leonardo, Souza Marques, padre Daniel, dr. Dias dos Santos e Sympson, 1 cada um.

Instrucção publica.—Dr. Ramos Ferreira, 14 votos; Pinheiro, 13; Souza Marques, 7; padre Daniel, 5; padre Torquato e dr. Canavarro, 2 cada um; Lisboa, e Ferraz, 1 cada um.

Obras publicas.—Dr. Antony, 12 votos; Gabriel, 10; Nery, 6; dr. Dias dos Santos e Lisboa, 4 cada um; Ferraz, 3; Tapajós, e Barão de S. Leonardo, 2 cada um; dr. Ramos Ferreira, e dr. Canavarro, 1 cada um.

Ecclesiastica.—Padre Torquato, 13 votos; dr. Dias dos Santos, 11; padre Daniel, 8; Nery, 5; Pinheiro, 3; Tapajós, 2; Ferraz, Lisboa, e Gabriel, 1 cada um.

Força provincial.—Ferraz, 14 votos; Tapajós, 13; Barão de S. Leonardo, 12; padre Torquato e Lisboa, 2 cada um; padre Daniel e Pinheiro, 1 cada um.

Redacção.—Padre Daniel, 14 votos; padre Torquato, 13; dr. Ramos Ferreira, 12; Lisboa, 2; dr. Antony, dr. Canavarro e Barão de S. Leonardo, 1 cada um.

São por tanto membros das commissões os srs. deputados mais votados.

E nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão depois de ter dado a seguinte:

Ordem do dia.

1.^a Parte.—Projectos, requerimentos, etc.

2.^a Parte.—Eleição da commissão especial de que trata a indicação do sr. dr. Ramos Ferreira.

E para constar se lavra esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.^o Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.^o Secretario.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

Aos seis dias do mez de junho de 1877, as horas do estylo no paço da assembléa legislativa provincial comparecerão os srs. deputados Freitas Guimarães, Lisboa, Ferraz, dr. Canavarro, Souza Marques, dr. Gustavo, Sympson e Silva Pinheiro, o sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*João Sebastião da Silva Lisboa*, servindo de 1.^o Secretario.—*Estevão José Ferraz*, servindo de 2.^o Secretario.

Sessão de 7 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze horas, presentes os srs. Freitas Guimarães Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, dr. Ramos Ferreira, Lisboa, dr. Antony, Tapajós, dr. Canavarro-Sympson, Pinheiro, dr. Dias dos Santos, Souza Marques, Nery, Gabriel e Ferraz; o sr. presidente abre a sessão.

E' lida e approveda a acta de 5 do corrente

Expediente.

O sr. 1.^o secretario lê o seguinte:

Um officio do sr. secretario do governo de 2 de junho de 1876 enviando uma informação requisitada pelo sr. deputado Ramos Ferreira:—A quem fez a requisição.

Um dito do mesmo sr., da mesma data, mez e anno, devolvendo o decreto desta assembléa fixando a despesa e orçando a receita das camaras municipaes para o exercicio de 1876-1877, acompanhado da portaria da presidencia da provincia que suspende sua publicação:—A commissão de camaras.

Tres officios dos collegios eleitoraes da capital. Villa Bella e Borba, remettendo as actas da eleição havida para o preenchimento da vaga do fallecido membro d'esta assembléa, major Damazo de Souza Barriga, todos tres de 1.^o de setembro de 1876:—A commissão de poderes.

Um dito da camara municipal da capital de 6 de novembro de 1876, remettendo copia da acta da apuração geral dos votos obtidos por diversos cidadãos para o preenchimento da vaga deixada pelo fallecido membro d'esta assembléa Damazo de Souza Barriga:—A commissão de poderes.

Um dito, sem data, do cidadão tenente-coronel José Clarindo de Queirós, declarando a esta assembléa, que os votos por elle obtidos para seo membro são nullos por ter estado sob seo commando uma lancha da flotilha, etc.:—A commissão de poderes.

Um dito da camara municipal de Silves, de 61 de

março deste anno, expondo a esta assembléa quaes os melhores e mais naturaes limites de seo municipio:—A comissão especial que tem de tratar do assumpto.

Um dito, datado de 3 de abril proximo passado de alguns cidadãos residentes na freguezia de S. Paulo de Olivença, pedindo a elevação da mesma a villa:—A comissão de poderes.

Um dito, de 14 de maio ultimo, da camara municipal de Silves, remettendo balanço e orçamento, e um regulamento para uma companhia de pescadores, a consideração e approvação desta assembléa:—A comissão de camaras.

Um dito do sr. secretario do governo de 5 do corrente mez, remettendo a esta assembléa os balanços, orçamentos, etc., das seguintes camaras municipais: da Capital, Villa-Bella, Itacoatiara, Cudajás e Coary:—A comissão de camaras.

Um dito do mesmo sr. de 31 de maio de 1876, devolvendo sem sanção o projecto que autoriza a presidencia da provincia a comprar uma caza para escola do sexo feminino no bairro dos Remedios:—A comissão especial que for nomeada.

Um dito do mesmo sr. de 2 de junho de 1876 devolvendo tambem dois projectos não sancionados que autorizaram a presidencia da provincia a auxiliar com 3:000\$000 a impressão da grammatica e dicionario da lingua indigena do sr. major Pedro Luiz Symphon, e a subvencionar a casa de saude, com a quantia de 15:000\$000, que fosse estabelecida pelos srs. drs. Aprigio Martins de Menezes e Aureliano Macrino Pires Caldas:—A mesma comissão.

Um officio do sr. secretario do governo de 6 de junho corrente, enviando um outro da camara municipal da Conceição para que seus impostos sejam arrecadados por meio de arrematação:—A comissão de camaras.

O sr presidente declara que, nos termos do regimento, convida aos srs. deputados a votarem em uma comissão de cinco membros para dar seo parecer sobre as razões da presidencia para não sancionar os projectos supra referidos.

Retirão-se da sala das sessões por não poderem tomar parte nessa votação os srs. deputados Gabriel e Symphon.

Corre o escrutinio e seo resultado é o seguinte:

Padre Daniel, 12 votos; dr. Antony e Ferraz, 10 cada um; dr. Ramos Ferreira, 8; dr. Dias dos Santos, 7; Pinheiro, 6, Tapajós e dr. Canavarro, 4 cada um; Barão de S. Leonardo, 3; Souza Marques e Gabriel, 1 cada um; são por tanto membros da comissão os cinco srs. mais votados.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—Volto a sala das sessões os srs. Gabriel e Symphon.

O sr. Braule Pinto obtem a palavra, lê, e manda a meza os tres projectos seguintes:

«Sendo dever da parte dos que governão proteger os povos seus governados tanto quanto esteja em suas forças, e mesmo por que nenhum governo existe legalmente sem a vontade da nação que é o povo. Sabendo-se que a maior parte da população activa e ordeira d'esta se emprega na industria extractiva da seringa ou borracha, fazendo enormes sacrificios, já de seus commodos e já de sua propria vida. E conhecendo-se que o motor mais energico de tal actividade é o commerciante denominado, entre nós,—Regatão,—o qual longe de estar, como infelizmente está sujeito a oneroso imposto deve ser protegido: apresento a consideração d'esta assembléa o seguinte projecto:

«A Assembléa Legislativa da Provincia do Amazonas, decreta:

«Art. unico. E' livre desde já em toda a provincia

o commercio denominado—Regatão—sem outro onus alem do imposto que tiver de pagar as camaras municipais em cujos municipios commerciareem, o qual todavia deve ser proporcional aos fundos de que dispozerem para tal commercio; ficando revogadas quaesquer disposições em contrario.

«Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 7 de junho de 1877.—O deputado, José Justiniano Braule Pinto.»

«Convindo não retardar por mais tempo a criação de municipios no rio Madeira, attendendo-se que n'elle existe uma população crecida e laboriosa, e grande numero de homens instruidos e assim aptos para todos os cargos; e mesmo pela sua riqueza nativa: apresento a consideração d'esta assembléa o seguinte projecto: «A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas decreta:

«Art. 1.^o As freguezias de Borba e Manicoré fiação elevadas a villas com as mesmas denominações.

«§ Unico. Seus limites serão os que tem actualmente.

«Art. 2.^o Revogão-se as disposições em contrario.

«Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 7 de junho de 1877.—S. R.—O deputado, José Justiniano Braule Pinto.»

«Sendo certo, e por tanto incontestavel, que a justiça deve ser repartida, com a mais perfeita igualdade entre os povos não devendo-se deixar uma grande parte da população da provincia sem juizes para com applicação das leis corrigirem os culpados e salvaguardarem os interesses publicos e individuaes, sendo absurdo continuar a comarca da capital comprehendendo os rios Madeira e Purús; apresento, por estas razões, a consideração desta assembléa o projecto infra escripto:

«A Assembléa Legislativa da Provincia do Amazonas, decreta:

«Art. 1.^o Ficão creadas duas comarcas nos rios Purús e Madeira.

«§ Unico. Seus limites serão os seguintes:

«A do Purús comprehenderá todo o rio deste nome e o municipio da villa de Cudajás. A do Madeira comprehenderá as duas freguezias de Borba e Manicoré.

«Art. 2.^o Revogão-se as disposições em contrario.

«Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 7 de junho de 1877.—S. R.—O deputado, José Justiniano Braule Pinto.»

Tiverão a primeira leitura e tomarão os n.^{os} 1, 2 e 3.

O sr. Ramos Ferreira requer verbalmente seja dado para ordem do dia seguinte o projecto do anno passado que se trata do estabelecimento dos educandos artifices.

O sr. presidente diz que hade ser attendido.

O sr. Ferraz lê e manda a meza a seguinte indicação que é approvada depois de discutida, em que tomão a palavra os srs. Ferraz, Amorim e Gabriel:

«Indico, que a vista da diminuta força de linha em guarnição nesta provincia, razão pela qual as nossas fronteiras estão mal guarnecidas, esta assembléa faça chegar ao conhecimento da presidencia da provincia a necessidade d'ella dirigir-se ao governo imperial solicitando a vinda de mais força para segurança e policia de nossas fronteiras e pontos militares, e garantia de nossos direitos territoriaes.—Paço da assembléa, 7 de junho de 1877.—O deputado, E. J. Ferraz.»

2.^a Parte.—O sr. presidente convida os srs. deputados presentes para votarem na comissão a que se refere a indicação do sr. dr. Ramos Ferreira, referida na sessão anterior; recolhidas as cédulas em numero de dezeseis, é seo resultado depois de apuradas, o que se segue:

Barão de S. Leonardo e dr. Ramos Ferreira, 9 votos cada um; dr. Canavarro, Gabriel, Nery e padre Torquato, 7 cada um; padre Daniel e Tapajós 1 cada

um; havendo empate entre os srs. dr. Canavarro, Gabriel, Nery e padre Torquato, decide a sorte pelo dr. Canavarro, ficando a comissão composta dos tres mais votados.

Os srs. dr. Ramos Ferreira, Gabriel e Sympson, tomam a palavra pela ordem e fazem algumas considerações a respeito da comissão nomeada.

E nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente dá a ordem do dia infra escripta e levanta a sessão:

Ordem do dia

1.^a Parte.—Projectos, requerimentos, etc.

2.^a Parte.—Segunda leitura dos projectos n.ºs 1, 2 e 3; e discussão do de n.º 20 do anno passado.

E para constar se lavra esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 8 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo presentes os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule, padre Daniel, dr. Ramos Ferreira, Pinheiro, Nery, padre Torquato, Souza Marques, Lisboa e Gabriel, abre-se a sessão; lida a acta da antecedente foi approvada, depois de orarem os srs. Sympson e dr. Ramos Ferreira.

Expediente.

Um officio do sr. deputado Barão de S. Leonardo, communicando não comparecer por estar doente:—Inteirada.

Um dito da camara municipal d'esta cidade enviando o requerimento em que o fiscal do 2.º districto Raymundo da Silva Moya, pede a esta assembléa seis mezes de licença com seus vencimentos para tratar de sua saude:—A comissão de poderes.

Um requerimento de Triphonia Joaquina d'Oliveira Carvalho, professora vitalicia pedindo a indemnisação de cento e quarenta mil réis que despendeo com seu transporte e de sua familia, quando da cidade de Tefé foi removida para a da cidade de Itacoatiara:—A comissão de fazenda.

Ordem do dia

1.^a Parte.—O sr. deputado Canavarro, lê e manda a meza a seguinte indicação:

«Indico que esta assembléa faça chegar a presença do probo, integro e honrado juiz de direito da comarca de Parentins, dr. Romualdo de Souza Paes de Andrade um voto de sua adhesão pelo modo energico e brioso com que se houve defendendo-se das accusações injustas que lhe forão feitas oficialmente e na imprensa pelo ex-presidente desta provincia dr. Domingos Jacy Monteiro, cujos actos impoliticos, caprichosos e illegaes, o mesmo dr. juiz de direito prova-os a evidencia, e que esta indicação seja lançada na acta de hoje.—Paço da assembléa 8 de junho de 1877.—O deputado, dr. David de Canavarro».

Comparecen o sr. dr. Antony.

Entrando em discussão a indicação, oraram os srs. Braule, dr. Ramos Ferreira, dr. Canavarro, Ferraz e Antony.

Procedendo-se a votação foi regeitada.

Veio a meza a seguinte declaração de votos:

«Votamos contra a indicação somente por conter materia estranha da competencia desta assembléa.—

Os deputados, João Pinheiro, padre Daniel e Ferraz.»

O sr. Sympson manda a meza o seguinte requerimento, que posto a votos foi approvado, depois de ter orado o sr. Braule Pinto:

«Requeiro que por intermedio da presidencia da provincia se solicite com urgencia as copias de todos os contractos feitos com a Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas limitada, depois da fuzão com a Companhia Fluvial do Alto Amazonas.—Paço da assembléa legislativa provincial em Manaus, 8 de junho de 1877.—O deputado, Pedro Sympson.»

O sr. padre Daniel lê e mandou a meza esta indicação:

«Indico que esta assembléa se dirija aos poderes competentes, solicitando a creação de um bispado nesta provincia.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 8 de junho de 1877.—O deputado, Padre Daniel.»

Foi a approvada.

2.^a Parte.—Tiverão a segunda leitura e forão julgados objectos de deliberação os projectos n.ºs 1, 2 e 3.

O sr. presidente declara não poder entrar em discussão o projecto n.º 20 do anno passado por não estar distribuido, o que se vai fazer para opportunamente ser discutido.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte:

Ordem do dia

1.^a Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.^a Parte.—Terceira leitura dos projectos n.ºs 1, 2 e 3.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

PRESIDENCIA DO SR. PADRE DANIEL.

Aos nove dias do mez de junho de 1877, no paço da assembléa legislativa provincial, feita a chamada respondem a ella os srs. padre Daniel, Amorim, Braule, Nery, Ferraz, dr. Antony, dr. Ramos Ferreira, Sympson e Gabriel; e por falta de numero legal o sr. vice-presidente declarou não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Padre Daniel Pedro Marques d'Oliveira*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 11 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze horas, presentes os srs. Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, dr. Ramos Ferreira, Pinheiro, Ferraz, Tapajós, Gabriel, Souza Marques, Sympson, dr. Dias dos Santos e padre Torquato; o sr. presidente abre a sessão.

E' lida e approvada a acta da anterior.

Expediente.

O sr. 1.º secretario lê o seguinte:

Um requerimento de diversos cidadãos naturaes do Ceará pedindo auxilio pecuniario para transportar alguns de seus parentes e conterraneos que desejão emigrar para esta provincia:—A comissão de fazenda.

Um officio do secretario do governo de 8 do corrente, declarando estar a presidencia inteirada ter esta assembléa licenciado o sr. deputado Nicolão José de Castro e Costa, para poder exercer o cargo de inspector da thesouraria de fazenda:—A archivar-se.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—O sr. padre Daniel pede a palavra e manda a meza a seguinte indicação:

«Indico que esta assembléa autorize a meza a contractar a impressão e publicação dos trabalhos com a typographia que mais vantagem e confiança inspirar. —Paço da assembléa provincial do Amazonas, 9 de junho de 1877.—O deputado, Padre Daniel.»

E' approvada.

O sr. Souza, Marques obtem a palavra e manda a meza o seguinte requerimento:

«Requeiro que se solicite (com urgencia) da presidencia da provincia copia do officio que consta ter sido dirigido a cerca de dois ou tres dias pelo sr. dr. Domingos Jacy Monteiro, ex presidente desta provincia, com data de 25 de maio findo ao commandante do corpo de policia, relativo a baixa do cabo Luiz José Gavim e copia da ordem do dia sob n.º 90 sobre o mesmo assumpto.—Paço da assembléa, 11 de junho de 1877.—O deputado, Pedro de Souza Marques.»

Entrou em discussão e orarão os srs. Souza Marques, Ferraz, Amorim, padre Daniel, Sympson, dr. Ramos Ferreira, e depois de discutido foi approvedo.

Entrarão os srs. Nery da Fonseca e dr. Antony.

O sr. dr. Ramos Ferreira manda a meza o seguinte requerimento:

«Requeiro que se pessão a presidencia da provincia informações sobre o resultado que tiverão os trabalhos do caválheiro encarregado pela mesma presidencia de promover o levantamento de fundos para o estabelecimento de um banco nesta cidade, de accordo com a lei votada para esse fim na ultima sessão.—Paço da assembléa legislativa provincial, em 11 de junho de 1877.—O deputado, Ramos Ferreira.»

Orão os srs. Ferraz, dr. Ramos Ferreira e dr. Antony: é approvedo.

O sr. Braule Pinto apresenta o seguinte requerimento:

«Requeiro que por intermedio da presidencia da provincia se informe porque verba é pago um official instructor das praças do corpo de policia, visto que o seo quadro não dá tal official.—Paço da assembléa provincial, 11 de junho de 1877.—O deputado, Braule Pinto.»

E' approvedo sem discussão.

O sr. Ferraz apresenta o seguinte projecto:

«Attendendo a conveniencia de promover o desenvolvimento da lavoura na provincia, apresento a consideração desta assembléa o seguinte projecto:

«Art. 1.º O presidente da provincia é autorizado a despendar no exercicio de 1877 á 1878 a quantia de oito contos de réis com o transporte de pessoas que de outras provincias do imperio queirão vir para esta, contanto que fação somente profissão da lavoura.

«Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

«Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 11 de junho de 1877.—O deputado, Estevão José Ferraz.»

Teve a primeira leitura e tomou o n.º 4.

Tem a terceira leitura os projectos n.º 1, 2 e 3: á imprimir.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão depois de dar a seguinte

Ordem do dia.

1.^a Parte.—Projectos, indções requerimentos, pareceres, etica.

2.^a Parte.—Segunda leitura do projecto n.º 4.

E para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 12 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze horas presentes os srs. Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, dr. Ramos Ferreira, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, dr. Canavarro, Nery da Fonseca, dr. Dias dos Santos, Souza Marques, Pinheiro, padre Torquato e Gabriel; o sr. presidente abre a sessão.

E' lida e approveda a acta da anterior.

Não houve expediente.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—O sr. padre Daniel relator da commissão especial para conhecer das razões pelas quaes a presidencia deixou de sancionar, no anno passado, tres resoluções d'esta assembléa, pede dia e hora para apresentar os respectivos trabalhos.

O sr. presidente designa a presente hora, e elle apresenta os seguintes pareceres:

«A commissão especial a quem foi presente o projecto de lei junto, que concede um auxilio de tres contos de réis para impressão da grammatica e dictionário da lingua indigena, organisados por Pedro Luiz Sympson e não sancionado pela presidencia da provincia, examinando as razões adduzidas, achou que ellas não procedem, por quanto não se trata de graça e sim de um auxilio que entende com o desenvolvimento da instrução publica cuja faculdade é conferida a esta assembléa pelo § 2.º do art. 10 do Acto Adicional, quando diz: «Compete as assembléas legislativas provinciaes legislar sobre instrução publica e os estabelecimentos proprios a promover-a.»

«Ora, podendo a assembléa legislar sobre os meios de promover a instrução publica, e sendo o auxilio de que se trata um meio de promover-a, está claro que é de inteira competencia da assembléa auxiliar a publicação de obras que, diffundão a instrução dos povos, do mesmo modo porque auxilia a outras empresas que entendem com outros ramos de necessidade publica, especialmente nesta provincia, o que de modo algum pode ser considerado graça da natureza das que trata o art. 102 da Constituição.

«A commissão, porém, attendendo ao estado pouco lisongeiro das finanças, posto que reconheça a competencia da assembléa para prestar taes auxilios, todavia entende que se deve aceitar a não sacção.—Sala das commissões, 12 de junho de 1877.—Os deputados, padre Daniel, Antonio Dias dos Santos, Estevão José Ferraz, João Carlos Antony. Tomei conhecimento do objecto. Com restricção Gustavo Adolpho Ramos Ferreira.»

«A commissão especial apreciando as razões que fundamentarão o acto da presidencia que negou sacção ao projecto de lei que autorisa a aquisição de uma casa no bairro dos Remedios, para servir de escola do sexo feminino, quando os cofres da provincia o permittirem, é de parecer que esta assembléa adopte as referidas razões, visto como parecem plausiveis.—Sala das commissões 12 de junho de 1877.—Os deputados, padre Daniel, Antonio Dias dos Santos, Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, Estevão José Ferraz, João Carlos Antony.»

O mesmo sr. na qualidade de relator da commissão

de poderes com permissão do sr. presidente lê e mandou a meza os seguintes pareceres:

«A comissão de poderes encarregada de dar parecer sobre a nulidade da eleição que se procedeo para preencher a vaga do fallecido e sempre lembrado deputado provincial Damazo de Souza Barriga, apreciando as razões de incompatibilidade allegadas pelo tenente-coronel José Clarindo de Queirós, o mais votado na referida eleição, é de parecer que seja reconhecido membro deste corpo legislativo o tenente-coronel Manuel Pereira de Sá, de conformidade com as disposições da reforma eleitoral, officinando-se a camara da capital para expedir o respectivo diploma.—Sala das comissões, 12 de junho de 1877.—Os deputados, padre Daniel, Antony, Dias dos Santos.»

«A comissão de poderes a quem foi submettida a petição de Raymundo da Silva Moya, fiscal de 2.º districto da camara da capital, pedindo seis mezes de licença com os vencimentos para tratar de sua saúde fóra da provincia, é de parecer que a mesma petição volte a respectiva camara para ser informada.—Sala das comissões, 12 de junho de 1877.—Os deputados, padre Daniel, Antonio Dias dos Santos.»

«A comissão de poderes a quem foi presente a representação de seis moradores da freguezia de S. Paulo d'Oliveira, pedindo a esta assembléa a criação de uma villa na mesma freguezia, é de parecer que tal representação seja indeferida, visto que sendo sua população muito diminuta, não haverá um pessoal para exercer as funções de vereadores, subdelegados, juizes de paz, etc.—Sala das comissões da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 12 de junho de 1877.—Os deputados, padre Daniel, Antonio Dias dos Santos.»

Fica sobre a meza para entrarem na ordem dos trabalhos.

O sr. Ferraz pede a palavra e apresenta o seguinte requerimento:

«Requeiro que esta assembléa requirite a remessa do relatorio com que o ex-presidente dr. Domingos Jacy Monteiro passou a administração da provincia ao exm. sr. dr. Agésilas Pereira da Silva, o qual relatorio ainda não foi entregue ao mesmo exm. sr.—Paço da assembléa do Amazonas, 12 de junho de 1877.—O deputado, Estevão José Ferraz.»

Entra em discussão e orão os srs. Ferraz, Braule Pinto, padre Daniel, Amorim, e dr. Ramos Ferreira que manda a seguinte emenda:

Entra o sr. deputado Sympson.

«Emenda ao requerimento do sr. deputado Ferraz; que se peça a presidência copia dos diversos relatorios parciaes das differentes repartições que devem ter servido de base ao relatorio do ex-presidente dr. Jacy, o mais como está.—S. R.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 12 de junho de 1877.—O deputado, Ramos Ferreira.»

Procedendo-se a votação é regeitado o requerimento e approvada a emenda.

2.ª Parte.—Teve a segunda leitura o projecto n.º 4, que é julgado objecto de deliberação.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Terceira leitura do projecto n.º 4 e discussão dos pareceres das comissões de poderes e especial.

Para constar se lavrou esta acta—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza d'Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

PRESIDENCIA DO SR. 1.º SECRETARIO BARBOZA D'AMORIM.

Aos treze dias do mez de junho de 1877 no paço da assembléa legislativa provincial, feita a chamada responderão a ella os srs. deputados Amorim, Braule Pinto, Souza Marques, Nery da Fonseca, Ferraz, Tapajós, Ramos Ferreira, Sympson e Gabriel, e por falta de numero legal o sr. presidente declara não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Henrique Barboza de Amorim*.—*José Justiniano Braule Pinto*.—*Estevão José Ferraz*.

Sessão de 14 de Junho de 1877

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo presentes os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, dr. Ramos Ferreira, dr. Antony, Tapajós, Sympson, padre Torquato, dr. Dias dos Santos, Souza Marques, Pinheiro, Gabriel e Ferraz, abre-se a sessão.

E' lida e approvada a acta da sessão antecedente.

Expediente.

O sr. 1.º secretario fez a leitura de um officio do secretario do governo da provincia de 12 do corrente, remettendo copia da portaria de 30 de janeiro ultimo, pela qual se ordenou fosse fechada a escola do bairro de S. Sebastião, creada pela lei n.º 343 de 15 de maio de 1876, conforme o pedido do sr. deputado Estevão José Ferraz:—A quem fez a requisição.

Um requerimento dos guardas conferentes da recbedoria provincial, pedindo a restituição das importancias das comedorias por elles pagas, quando vão em serviço nos vapores que navegação os rios da provincia:—A comissão de poderes.

Comparece o sr. deputado Nery da Fonseca.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. padre Daniel relator da comissão especial eleita para conhecer das razões dadas pela presidencia da provincia, nos projectos desta assembléa que não forão sancionados no anno passado, depois de permissão do sr. presidente lê e manda a meza o seguinte parecer:

«A comissão especial encarregada de dar parecer sobre o decreto de lei que autorisa o presidente da provincia a subvencionar com a quantia de quinze contos de réis annualmente a casa de saúde que montarem os doutores Aprígio Martins de Menezes, e Aureliano Macrino Pires Caldas, cujo decreto de lei não foi sancionado; posto que a comissão reconheça a conveniencia de tão humanitaria medida, todavia levada pelo principio de severa economia que, em face do deficit da provincia, cumpre adoptar, entende que devem proceder as razões da presidencia.—Sala das comissões, 14 de junho de 1877.—Os deputados, padre Daniel Pedro Marques d'Oliveira, João Carlos Antony, Antonio Dias dos Santos, Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, Estevão José Ferraz.»

Fica sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

O mesmo sr. deputado lê e manda a meza o seguinte projecto:

«Na deficiencia de tempo para confeccionar-se até 30 do corrente mez a lei do orçamento provincial para o proximo futuro exercicio financeiro, e sendo alta-

mente inconveniente que a provincia fique, por algum lapso de tempo, sem a referida lei; por isso tenho a honra de submeter á consideração da casa o seguinte projecto:

«A Assembléa Legislativa da provincia do Amazonas, resolve:

«Art. 1.º Fica em vigor a lei do orçamento provincial de 1876 a 1877, até que entre em execução a nova lei de 1877 a 1878.

«Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

«Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 14 de junho de 1877.—O deputado, padre Daniel.» Teve a primeira leitura e tomou o n.º 5.

O sr. Braule Pinto apresenta os tres projectos seguintes:

«Não podendo o homem sem instrucção conhecer perfeitamente seus deveres e direitos; sendo ella a mais valente alavanca da liberdade dos povos; e, assim rigoroso dever dos poderes do estado concorrerem com todos os meios a seos dispor para que a instrucção seja uma verdade; não existindo no vastissimo, rico e populoso rio Purús uma só escola de ensino primario; e, concorrendo seus habitantes com elevada cifra para os cofres provinciaes, proveniente de impostos, é de inteira justiça que alguma couza se faça em seos bem estar; por tanto, firmando-me no que fica exposto e no patriotismo dos meus nobres e dignos collegas, submetto a consideração d'esta assembléa o seguinte projecto:

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, decreta;

«Art. 1.º Ficão creadas, desde já, no rio Purús quatro escolas de ensino primario para o sexo masculino.

«§ Unico. As sêdes das ditas escolas serão em Berury, Campina, Ariman e Labrea.

«Art. 2.º Os professores terão vencimentos iguaes aos de primeira infancia.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

«Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 14 de junho de 1877.—S. R.—O deputado, José Justiniano Braule Pinto.»

«Sendo como é, fatal a todos os ramos de serviço publico a centralisação geralmente fallando; tendo sido, pelo poder competente, declarada livre a navegação estrangeira nos rios Madeira até St.º Antonio e Solimões até Tabatinga; estando hoje verificado que os guardas conferentes da recebedoria provincial em commissão a bordo dos vapores que navegão os rios da provincia não examinão a quantidade e qualidade dos generos embarcados; estando tambem conhecido que a extinção das collectorias ha trasido desvantagens para a fazenda provincial; e finalmente, devendo-se empregar todos os meios possiveis para que os povoados do interior tenham vida propria tanto quanto legalmente se lhes possa dar; apresento a consideração d'esta assembléa o projecto seguinte:

«A Assembléa Legislativa provincial do Amazonas, decreta:

«Art. 1.º Ficão desde já, restabelecidas as collectorias provinciaes que forão extinctas, e creadas as que forem precisas a juizo da junta da fazenda com approvação da presidencia da provincia.

«Art. 2.º Persistem em inteiro vigor todas as disposições da lei n.º 138 de 1.º de agosto de 1865, que tem sido alterada por actos do poder executivo.

«Art. 3.º Restabelecidas as collectorias fica a presidencia da provincia autorisada a reformar a recebedoria provincial; tendo por base:

«§ 1.º Diminuir o pessoal mais que for possivel.

«§ 2.º Não augmentar os vencimentos.

«§ 3.º Obrigar o escrivão da mesma a prestar fiança cessando a qualidade de empregado de confiança.

«§ 4.º Aproveitar de preferencia os empregados que excederem ao quadro nas collectorias.

«Art. 4.º Revogão-se as disposições em contrario.

«Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 14 de junho de 1877.—O deputado, José Justiniano Braule Pinto.»

«Existindo no codigo criminal disposições para punir os empregados publicos que incorrerem em faltas ou crimes; devendo-se salvaguardar-se os direitos adquiridos por essa distincta classe que vive a mercê de caprichos de momentos; trazendo a incerteza da conservação dos empregos funestas consequências para o serviço publico, visto que, o incentivo desapparece, e, competindo as assembléas provinciaes legislarem sobre tudo quanto é de interesse provincial submetto a consideração desta o seguinte projecto:

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, decreta:

«Art. Unico. Os empregados provinciaes que contarem cinco annos de bons serviços, sem que hajão soffrido penas de advertencias, reprehensões e mais de duas vezes suspensões correcionaes, não poderão ser demittidos sem processo de responsabilidade nos termos do codigo criminal; e, para este fim ficão revogadas todas disposições em contrario.

«Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 14 de junho de 1877.—S. R.—O deputado José Justiniano Braule Pinto.»

Tiverão a primeira leitura e tomarão os n.º 6, 7 e 8.

2.ª Parte.—Teve a terceira leitura o projecto n.º 4 e foi a imprimir.

Retirou-se o sr. deputado Gabriel.

Forão approvados os pareceres da commissão especial sobre as resoluções que não forão sancionadas no anno passado.

Tambem forão approvados os da commissão de poderes sobre a representação de alguns moradores da freguezia de S. Paulo d'Oliveira e do requerimento do fiscal da camara da capital, Raymundo da Silva Moya.

Entrando em discussão o parecer da commissão de poderes sobre a eleição que procedeo para prehenchimento da vaga deixada pelo fallecimento do sr. deputado Damazo de Souza Barriga, o sr. Amorim, manda a seguinte emenda:

«Depois das palavras—reforma eleitoral—elimine-se o resto.»

Foi approvedo o parecer e a emenda.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão, dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Segunda leitura dos projectos n.º 5, 6, 7 e 8; discussão do parecer da commissão especial sobre o projecto que subvencionava a casa de saude que montarem n'esta cidade os drs. Aprigio e Caldas, que não foi sancionado.

Para constar se lavrou esta acta.—João José de Freitas Guimarães, Presidente.—Henrique Barboza de Amorim, 1.º Secretario.—José Justiniano Braule Pinto, 2.º Secretario.

Sessão de 15 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze horas feita a chamada respondem a ella os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, dr. Ramos Ferreira, Lisboa, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, Sympon, dr. Dias dos Santos, Souza Marques, Pinheiro e Gabriel, abre-se a sessão; lida a acta da antecedente, é approvada.

Comparecem os srs. Nery da Fonseca e padre Torquato.

Expediente.

O sr. 1.º secretario fez a leitura de tres officios do secretario do governo da provincia sob n.ºs 6, 7 e 9; o 1.º de 11 do corrente remettendo por copia o contracto celebrado em 3 de maio ultimo para a navegação directa; o 2.º da mesma data enviando copia do contracto feito com o dr. Ernesto Rodrigues Vieira para a impressão dos trabalhos e expediente das repartições provinciaes; o ultimo de 14 enviando copia do officio que mandou dar baixa do serviço de policia ao cabo Luiz José Galvim, e da ordem do dia que a publicou:—Forão remettidos aos srs. deputados que os requisitarão.

Ordem do dia

1.ª Parte.—O sr. Antony, relator da comissão de camaras, lê e manda a meza o presente requerimento:

«A comissão de camaras requer que se solicite da presidencia o balanço definitivo, e orçamento para o futuro exercicio de 1877 a 1878 da camara da capital, documentos estes que não acompanharão o relatorio da mesma camara, de que trata o officio do secretario da presidencia, de 5 deste mez.—Paço da assemblea, 15 de junho de 1877.»

Foi approvedo.

O sr. padre Daniel apresenta o seguinte projecto:

«Convindo dar maior e mais desenvolvimento do fóro desta capital, tenho a honra de submeter a illustrada consideração desta assemblea o seguinte projecto:

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, resolve:

«Art. 1.º Fica creado no termo desta cidade o officio de distribuidor e contador, cujos empregos serão exercidos por um só serventuario,

«Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

«Paço da assemblea legislativa provincial do Amazonas, 15 de junho de 1877.—S. R.—O deputado, padre Daniel Pedro Marques de Oliveira.»

Teve a primeira leitura e tomou o n.º 9.

O mesmo sr. padre Daniel, relator da comissão de poderes, com permissão do sr. presidente, lê o seguinte parecer e projecto da mesma comissão:

«A comissão de poderes, a quem foi submettida a pretensão dos guardas conferentes da recebedoria provincial, solicitando a restituição das importancias subtraídas de seus vencimentos para indemnização de comedorias a bordo dos vapores por determinação arbitraria da presidencia da provincia em portaria de 30 de outubro de 1876 e bem assim a cessação dessa medida illegal, tomando em consideração estas razões e as allegadas pelos peticionarios é de parecer que se adopte o seguinte projecto:

«A Assembléa Legislativa da Provincia do Amazonas, resolve:

«Art. 1.º Fica suspensa desde já, a portaria de 30 outubro de 1876, da presidencia da provincia que manda indemnisar aos cofres a importancia de comedorias dos guardas conferentes da recebedoria provincial, e nullos os effeitos por ella produzidos.

«Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

«Sala das comissões, 15 de junho de 1877.—Os deputados, padre Daniel Pedro Marques d'Oliveira, A. Dias dos Santos.»

Teve a primeira leitura e tomou o n.º 10.

O sr. Ferraz tambem lê e manda a meza o projecto seguinte:

«Não procedendo as razões expendidas pelo presidente da provincia na portaria de 30 de janeiro do corrente anno, ordenando que fosse fechada até ulterior resolução a escola do bairro de S. Sebastião crea-

da pela lei n.º 343 de 15 de maio do anno proximo passado, tenho a honra de apresentar a consideração desta assemblea o seguinte projecto:

«A Assembléa Legislativa do Amazonas, resolve:

«Art. 1.º Fica sem effeito a portaria da presidencia da provincia de 30 de janeiro do corrente anno, que interrompeo a execução da lei n.º 343 de 15 de maio do anno proximo passado, creando uma escola mixta no bairro de S. Sebastião.»

«Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

«Paço da assemblea provincial do Amazonas, 15 de junho de 1877.—O deputado, Estevão José Ferraz.»

Teve a primeira leitura e tomou o n.º 11.

2.ª Parte.—Tiverão a segunda leitura os projectos n.ºs 5, 6, 7 e 8.

Foi approvedo o parecer da comissão especial sobre o projecto que autorizava a presidencia a subvencionar com 15:000\$000 réis annualmente a casa de saude dos Drs. Aprigio Martins de Menezes e Aureliano Macrino Pires Caldas; tendo fallado sobre o mesmo os srs. Souza Marques, Ferraz e padre Daniel.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Segunda leitura dos projectos n.ºs 9, 10 e 11; e terceira leitura dos de n.ºs 5, 6, 7 e 8.

E para constar se lavra esta acta.—Padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, Presidente.—Henrique Barboza de Amorim, 1.º Secretario.—José Justiniano Braule Pinto, 2.º Secretario.

Sessão de 16 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. VICE-PRESIDENTE P. DANIEL.

As onze horas da manhã, feita a chamada, responderão os srs. deputados padre Daniel, Amorim, Braule Pinto, Ferraz, Lisboa, Tapajós, dr. Dias dos Santos, dr. Antony, Sympson, Souza Marques, Pinheiro, padre Torquato e Gabriel, abre-se a sessão.

E lida e approveda a acta da antecedente.

Expediente.

Um requerimento do 1.º escripturario do thesouro provincial, Francisco Leopoldo de Mattos Ribeiro, pedindo um anno de licença com seus vencimentos, para tratar de sua saude, onde lhe convier:—A comissão de poderes.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Nada.

2.ª Parte.—Tiverão a segunda leitura os projectos n.ºs 9, 10 e 11; e terceira os de n.ºs 5, 6, 7 e 8, que vão a imprimir.

O sr. Ferraz autor do projecto n.º 11, pede a retirada do mesmo:—é concedida.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, etc.

2.ª Parte.—Terceira leitura dos projectos n.ºs 9 e 10.

E para constar se lavrou esta acta.—João José de Freitas Guimarães, Presidente.—Henrique Barboza de Amorim, 1.º Secretario.—José Justiniano Braule Pinto, 2.º Secretario.

PRESIDENCIA DO SR. PADRE DANIEL,
VICE-PRESIDENTE.

Aos dezoito dias do mez de junho de 1877, no paço da assembléa legislativa provincial, feita a chamada respondem a ella os srs. deputados, padre Daniel, Amorim, Braule Pinto, Ferraz, dr. Antony, Sympson, dr. Dias dos Santos, Pinheiro, Tapajós, e Gabriel, por falta de numero legal o sr. vice-presidente declara não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—Padre Daniel *Pedro Marques d'Oliveira*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 19 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze horas e cinco minutos feita a chamada comparecem os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Ferraz, padre Daniel, dr. Gustavo, Tapajós, dr. Canavarro, Sympson, dr. Dias dos Santos, Pinheiro, Nery da Fonseca, Souza Marques, dr. Antony, padre Torquato e Gabriel, abre-se a sessão.

Não estava sobre a meza a acta da sessão anterior.

Expediente.

Um officio do secretario do governo de 16 remettedo para ser presente a assembléa, a demonstração do augmento de credito que ainda se faz preciso para occorrer as despesas pertencentes a verba—Eventuaes do § 17 da lei n.º 315 de maio de 1875:—A commissão de camaras.

Um do da camara municipal desta cidade de 9 do corrente enviando o requerimento em que o administrador do curro publico, Victorino Manuel de Lima, pede lhe seja contado para sua aposentadoria o tempo que servio no exercito:—A commissão de poderes.

Um requerimento de José Cavalcante de Menezes Pinho, pedindo um auxilio de 2:000\$000 réis para poder pôr em execução um machinismo de sua invenção, para mover embarcações, e bem assim a emprestar-lhe 5:000\$000 réis para montar nesta cidade uma officina de ferreiro:—A commissão de industria.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Nada.

2.ª Parte.—Tiverão a terceira leitura os projectos n.º 9 e 10.

Nada mais havendo a tratar se o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, etc.

2.ª Parte.—O que occorrer.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 20 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo feita a chamada respondem a ella os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim,

Braule Pinto, padre Daniel, dr. Gustavo, Lisboa, Ferraz, Tapajós, dr. Canavarro, Sympson, Nery da Fonseca, Souza Marques, Pinheiro, padre Torquato, Barão de S. Leonardo e Gabriel, abre-se a sessão.

O sr. 2.º secretario lê as actas das sessões de 16 e 19:—Forão approvadas.

Expediente.

Um officio do sr. deputado dr. Antonio Dias dos Santos, communicando não comparecer por se achar incommodado:—Inteirada.

Um requerimento de diversos officiaes de sapateiro residentes nesta cidade, pediado providencias no sentido de pôr termo a venda de calçado estrangeiro em casas comnerciaes:—A commissão de poderes.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. padre Daniel lê e manda a meza o projecto seguinte:

«Não podendo a provincia, pelo máo estado de suas finanças, continuar a comportar a avultada despesa que faz com o estabelecimento dos educandos artifices, alem do pouco ou nenhum fructo que tira deste instituto de educação, vem apresentar a consideração desta illustre assembléa o seguinte projecto:

«Art. 1.º Fica extinto o estabelecimento dos educandos, creado pela lei n.º 70 de 21 de agosto de 1856.

«Art. 2.º Os educandos serão entregues a seus pais, tutores, curadores, ou parentes que delles se queiram encarregar, e os que não tiverem este arrimo o presidente da provincia providenciará sobre sua sorte como for conveniente.

«Art. 3.º Os utensilios do mesmo estabelecimento serão aproveitados, se forem necessarios, para outras repartições da provincia, e os que não forem serão arrematados assim como os materiaes das officinas e outros objectos a elle pertencentes, e o seu producto recolhido aos cofres provinciaes.

«Art. 4.º O presidente da provincia fica autorizado a alienar, pelo modo que julgar mais vantajoso, e a quem mais vantagens offerecer, o proprio provincial em que funcionava o referido estabelecimento, assim como os terrenos que lhe serviam de pertenças, applicando o seu producto ao pagamento da divida activa da provincia.

«Art. 5.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

«Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 18 de junho de 1877.—S. R.—O deputado, padre Daniel P. M. de Oliveira.»

Tamou o n.º 12 e teve a primeira leitura.

O sr. Sympson fundamenta e lê a seguinte indicação:

«Indico que se solicite do governo imperial a criação de um termo judiciario com juiz letrado no rio Madeira, comprehendendo as freguezias de Borba e Manicoré, visto como a distribuição da justiça civil e criminal naquellas paragens longiquas desta capital é imprificua continuando a ser feita pelo juiz municipal do termo desta capital, á qual ora pertencem aquelles lugares, como a esperiencia o tem demonstrado; interessando-se tambem n'esta necessidade publica o exm. sr. dr. presidente da provincia á quem se pedirá que secunde para com o governo este pedido.—S. R.—Paço da assembléa legislativa provincial em Manaos, 20 de junho de 1877.—O deputado, Pedro Luiz Sympson.»

Entrando em discussão foi approvada, tendo orado os srs. Braule Pinto, Sympson e padre Daniel.

O mesmo sr. Sympson lê e manda a meza o seguinte requerimento:

«Requeiro que seja dado para ordem do dia afim de

entrar em discussão o projecto n.º 38 de 1873, o qual foi entregue a uma comissão especial para dar parecer a respeito, de conformidade com as informações officiaes que collegisse.—S. R.—Paço da assemblea legislativa provincial em Manáos, 20 de junho de 1877.—O deputado, Pedro Luiz Sympson.»

Entrando em discussão foi a final approved, tendo orado os srs. Sympson, Braule Pinto, padre Daniel e Gabriel.

O sr. Sympson relator da comissão de fazenda, com permissão do sr. presidente, apresenta os dois pareceres seguintes:

«A comissão de fazenda a quem foi entregue a petição de diversos cearenses pedindo meios de transportes para pessoas de suas familias d'aquella provincia para esta, é de parecer que se dirijão ao poder executivo provincial, opportunamente, visto que já existe na caza um projecto autorizando a presidencia da provincia a despender uma quantia para promover a emigração de diversas provincias do imperio para esta.—Sala das commissões da assemblea legislativa provincial em Manáos, 20 de junho de 1877.—Os deputados, Pedro Luiz Sympson, Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, Pedro de Souza Marques.»

Outro indeferindo a pretensão da professora de Itacoatiara.

Ficão sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

2.ª Parte.—Nada occorre.

E nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão, dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Segunda leitura do projecto n.º 12; discussão dos pareceres da comissão de fazenda, sobre as pretensões da professora de Itacoatiara, e de diversos cearenses residentes nesta cidade.

E para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*José Justiniano Braule Pinto*, servindo de 1.º Secretario.—*João Carlos da Silva Pinheiro*, servindo de 2.º Secretario.

Sessão de 21 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze horas e meia feita a chamada respondem a ella os srs. deputados Freitas Guimarães, Braule Pinto, Pinheiro, Gabriel, padre Daniel, dr. Gustavo, Barão de S. Leonardo, dr. Antony, Souza Marques, Sympson, Nery da Fonseca, padre Torquato, e Ferraz; abre-se a sessão.

Lida a acta da sessão antecedente foi approvada.

Expediente.

Tres officios do secretario do governo datados de 18, 19 e 20 do corrente, sob n.ºs 10, 11 e 12; o 1.º remetendo por copia a informação que prestou o inspector do thesouro publico provincial declarando a verba porque é pago o official instructor das praças da guarda policial:—A quem requisitou.

O 2.º enviando a demonstração que remette a camara municipal de Itacoatiara do que deve ao seo secretario e ao capellão do cemiterio no exercicio de 1875 a 1876, afim de ser tomada em consideração pela assemblea:—A comissão de camaras.

O 3.º remettendo as demonstrações dos creditos ne-

cessarios a diversas verbas votadas na lei n.º 329 de 25 de maio de 1873:—A comissão de fazenda.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. padre Daniel relator da comissão de poderes, com permissão do sr. presidente, lê e manda a meza os dois seguintes pareceres concluindo um com um projecto:

«A comissão de poderes, tomando em consideração as razões que allega o 1.º escriptuario do thesouro publico provincial, Francisco Leopoldo de Mattos Ribeiro, tem a honra de apresentar a consideração da casa o seguinte projecto:

«A Assembléa Legislativa da Provincia do Amazonas, resolve:

«Art. 1.º E' autorisado o presidente da provincia a conceder um anno de licença com todos os seus vencimentos ao primeiro escriptuario do thesouro publico provincial, Francisco Leopoldo de Mattos Ribeiro, para tratar da sua saude onde lhe convier.

«Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

«Paço da assemblea legislativa provincial do Amazonas, 21 de junho de 1877.—S. R.—Os deputados, padre Daniel P. M. de Oliveira, Barão de S. Leonardo.»

Tomou o n.º 13 e teve a primeira leitura.

«A comissão de poderes a quem foi presente a petição de Victorino Manuel de Lima, administrador do curro publico desta cidade, necessita para poder emitir sua opinião a respeito, que a camara municipal informe sobre a pretensão d'aquelle seo empregado.—Sala das commissões, 21 de junho de 1877.—Os deputados, padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, Barão de S. Leonardo.»

Ficam para entrarem na ordem dos trabalhos.

2.ª Parte.—Tem a segunda leitura o projecto n.º 12, que é julgado objecto de deliberação.

E' approved o parecer da comissão de fazenda sobre a petição de diversos cearenses.

Entrando em discussão o parecer da comissão de fazenda, que indeferiu a petição da professora de Itacoatiara, o sr. padre Daniel manda o seguinte requerimento:

«Requeiro que a petição da professora vitalicia de Itacoatiara vá a comissão de instrucção publica.—Paço da assemblea, 21 de junho de 1877.—O deputado, padre Daniel.»

E' approved, tendo orado os srs. padre Daniel, Sympson, Braule Pinto e dr. Gustavo.

Nada mais havendo a tratar se o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, etc.

2.ª Parte.—Segunda leitura do projecto n.º 13; terceira do de n.º 12; primeira discussão dos projectos n.ºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6; discussão do parecer da comissão de poderes sobre o requerimento do administrador do curro publico.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza d'Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 22 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze e meia horas da manhã, reunidos os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, dr. Cana-

varro, Simpson, Lisboa, Nery da Fonseca, Souza Marques, Pinheiro, padre Torquato, Barão de S. Leonardo e Gabriel, abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente, foi approvada.

Expediente

Um officio do secretario do governo, de hontem datado, remettendo competentemente informado, o requerimento em que o 2.º official da mesma secretaria, Antonio José Barreiros, pede a assembléa oito mezes de licença para tratar de sua saúde:—A commissão de poderes.

Dois ditos da camara municipal desta cidade de 21 do corrente; um enviando para ser presente a assembléa legislativa provincial a petição e documentos de Diogo José de Souza, que pede o pagamento do premio de que trata o § 1.º do art. 1.º da lei provincial n.º 234 de 16 de maio de 1872, visto ter apresentado no mercado publico 500 mãos de milho de sua lavoura:—A commissão de agricultura.

E outro enviando com a respectiva informação a petição do fiscal Raymundo da Silva Moya:—A commissão de poderes.

Duas representações da associação commercial do Amazonas; uma, reclamando contra o imposto de 23 por cento que paga a cachaca importada, e outra cobrindo uma petição dos commerciantes desta cidade reclamando contra o contracto de 3 de maio ultimo para a navegação directa:—A commissão de poderes.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. presidente communica a casa haver nomeado na forma do art. 334 do regimento interno, para os lugares creados pela lei n.º 359 de 29 de maio de 1876 os cidadãos seguintes: Manuel Nery da Fonseca, official; amanuense, o porteiro Manuel José Zuany d'Azevedo; porteiro, Raymundo Salles Monteiro Tapajós; e continuo, Paulo Teixeira Mendes, e submete este acto a deliberação da assembléa:—Foi approvado.

O sr. padre Daniel lê e manda a meza o seguinte requerimento:

«Requeiro que por intermedio do presidente da provincia, o thesouro publico provincial, preste com urgencia os seguintes documentos: 1.º Um quadro demonstrativo de todas as quantias recebidas pelo reverendo vigario collado da parochia desta cidade desde 1869 até hoje; 2.º Cópia dos documentos por elle apresentados de compras de alfaias, ornamentos, guisamentos, etc.; 3.º Cópia dos pedidos feitos pelo mesmo reverendo vigario para guisamentos, e da tabella por elle apresentada para esse fim.—Pago da assembléa provincial do Amazonas, 22 de junho de 1877.—O deputado, padre Daniel.»

Foi approvado.

2.ª Parte.—Entra em primeira discussão o projecto n.º 1.

O sr. Braule Pinto autor do mesmo, apresenta o seguinte requerimento:

«Nos termos do regimento peço permissão para retirar o meo projecto n.º 1, visto que na segunda discussão do de n.º 5 terei oportunidade de tratar do assumpto contido nelle.—Pago da assembléa legislativa provincial, 22 de junho de 1877.—O deputado, Braule Pinto.»

Foi approvado.

E' approvado em primeira discussão o projecto n.º 2.

Entrando em primeira discussão o de n.º 3, o sr. Braule Pinto, lê e manda a meza o seguinte requerimento;

«Permittindo o regimento a retirada de projectos em primeira discussão, assim o faço, do de n.º 3, para o

que peço permissão:—Pago da assembléa legislativa provincial, 22 de junho de 1877.—O deputado, Braule Pinto.»

E' approvado.

Passão em primeira discussão os projectos n.º 4, 5 e 6.

O sr. Braule Pinto requer dispensa dos intersticios do projecto n.º 5:—Foi approvado.

Nada mais havendo a tratar se o sr. presidente levanta a sessão depois de dar a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Terceira leitura do projecto n.º 13; segunda discussão do de n.º 5.

Para constar se lavrou esta acta:—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 23 de Junho de 1877

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo feita a chamada, comparecem os srs. Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, Ferraz, Tapajós, Simpson, Nery da Fonseca, Pinheiro, Souza Marques, padre Torquato, Barão de S. Leonardo, dr. Antony e Gabriel, abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente, foi approvada.

Expediente.

Um officio do secretario do governo da provincia de 22 do corrente, sob n.º 13, enviando copias dos contractos celebrados com a Companhia de Navegação a vapor do Amazonas (limitada) depois da fusão d'esta com a Fluvial do Alto Amazonas:—A quem fez a requisição.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Nada occorreo.

2.ª Parte.—Teve a terceira leitura o projecto n.º 13, foi a imprimir.

Passou em segunda discussão o projecto n.º 5 com a seguinte emenda:

«Emenda ao art. 1.º do projecto n.º 5, no final acrescenta-se: Com as seguintes alterações: Supprimase o § 3.º do art. 9.º»

«O § 13 do art. 13 fica concebido da seguinte forma:

«Até 2:000\$000..... 100\$000

«De 2:000\$000..... 150\$000

«De mais de 6:000\$000..... 200\$000

«S. R.—Os deputados, Braule Pinto, Barão de S. Leonardo, padre Daniel, Pedro Simpson e Ferraz.»

Orarão os srs. Braule Pinto, Simpson, Gabriel, padre Daniel, Amorim, Ferraz e dr. Antony.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão, dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Primeira discussão dos projectos n.ºs 7, 8, 9 e 12; segunda dos de n.ºs 2, 4 e 6; terceira do de n.º 5 deste anno, n.º 20 de 1876 e n.º 38 de 1873.

Para constar se lavrou esta acta:—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 25 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo, feita a chamada comparecem os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, Gabriel, dr. Gustavo, Ferraz, padre Torquato, Pinheiro, Souza Marques, Tapajós, Nery da Fonseca, Sympton, dr. Antony e Lisboa, abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente, foi approvada.

Expediente.

Um officio do padre Francisco Benediêto da Fonseca Coutinho, vigario da parochia de Borba e presidente da commissão das obras da matriz, enviando o balanço da receita e despesa das mesmas obras, e pedindo providencias para a conclusão das mesmas:—A commissão de fazenda.

Uma proposta do actor José de Lima Penante, para organizar uma companhia dramatica nesta cidade mediante a subvenção de 6:000\$000 réis:—A commissão de commercio e artes.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—O sr. padre Daniel e Gabriel, mandão a meza a seguinte indicação:

«Indicamos que esta assembléa solicite do governo imperial um auxilio para compra de alfaias e paramentos da nova matriz desta capital; attendendo que pelo máo estado financeiro da provincia, não se acha esta assembléa nas circumstancias de autofisar uma despesa de 20 a 30 contos de réis que se torna indispensavel para compra d'aquelles misteres.—Paço da assembléa do Amazonas, 25 de junho de 1877.—Os deputados, padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães.

Foi approvada.

O sr. padre Daniellé e manda a meza o seguinte requerimento, que foi approvado:

«Requeiro que pelo thesouro publico provincial me seja remetido, com urgencia, um quadro de todas as despesas feitas com o estabelecimento de educandos artificees, desde a sua installação até o fim de maio ultimo.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 25 de junho de 1877.—O deputado, padre Daniel Pedro Marques de Oliveira.»

2.^a Parte.—Entra em primeira discussão o projecto n.º 7.

O sr. Amorim requer o addiamento do mesmo:—Foi concedido.

Foi regeitado em primeira discussão o projecto n.º 8 e approvados os de n.º 9 e 12; tendo orado na discussão d'este, os srs. Braule Pinto, padre Daniel, Gabriel, dr. Gustavo e Ferraz.

Passa em segunda discussão o projecto n.º 2, com a seguinte emenda:

«Os limites desta villa principiarão da ponta de cima da ilha das Araras exklusive até encontrar os limites d'esta capital pela margem esquerda do Rio Madeira, a provincia de Matto Grosso a margem direita e as fronteiras da Republica da Bolivia.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas em Manaós, 25 de junho de 1877.—O deputado, Pedro Sympton.»

Orarão os srs. Sympton, Braule Pinto e padre Daniel.

E' approvado em terceira discussão e remetido a commissão de redacção o projecto n.º 5.

Achando-se adiantada a hora o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia

1.^a Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.^a Parte.—Primeira discussão dos projectos n.ºs 10 e 13 e as materias anteriormente designadas.

E para constar se lavra esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.^o Secretário.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.^o Secretário.

Sessão de 26 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo feita a chamada, comparecem os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, dr. Gustavo, Gabriel, Lisboa, Tapajós, dr. Antony, Sympton, Souza Marques, e Pinheiro, abre se a sessão.

Lida a acta da antecedente, foi approvada.

Expediente.

Um requerimento de Antonio Guerreiro Antony, pedindo uma subvenção para estudar direito em uma das faculdades do imperio:—A commissão de fazenda.

Uma representação de diversos moradores do lago Pariny, pedindo que aquelle lago seja desmembrado de Badajós e incorporado a villa do Coary, para onde com mais facilidade se podem dirigir:—A commissão de estatistica.

Uma dita de diversos commerciantes sobre o contracto da navegação directa:—A commissão de poderes.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—O sr. padre Daniel, relator da commissão de redacção, com permissão do sr. presidente lê a do projecto n.º 5.

O sr. Braule lê e manda a meza este requerimento:

«Requeiro que a redacção do projecto n.º 5 entre em discussão na segunda parte da ordem do dia de hoje.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 26 de junho de 1877.—S. R.—O deputado, Braule Pinto.»

Foi approvado.

O sr. Sympton relator da commissão de agricultura, commercio e artes, depois de obter permissão do sr. presidente lê os seguintes pareceres:

«A commissão de agricultura, commercio, artes e navegação, tendo examinado attentamente a petição e os documentos annexos a petição que apresentou a esta assembléa José Cavalcante de Menezes Pinho, é de parecer que, attendendo-se ao máo estado das finanças da provincia, não lhe pode ser concedido o favor pecuniario que requer, porque não se deve continuar a criar fontes de despesas improductivas.

«Alem disso considera ainda a commissão que, se o peticionario entende que o machinismo—que diz ser da sua invenção—é util e lhe assiste direito para obter os favores que requer, neste caso, deve o supplicante, como faculta o § 26 do art. 179 da constituição politica do imperio, requerer ao governo imperial que é autoridade competente para dar privilegios, patentes e premios aos autores de taes descobertas ou invenções, na forma da lei n.º 28 de 18 de agosto de 1830.—Sala das commissões da assembléa legislativa provincial em Manaós, 23 de junho de 1877.—Os deputados, Pedro Luiz Sympton, João Sebastião da Silva Lisboa.»

«A commissão de agricultura, commercio, artes e navegação tendo estudado a proposta de José de Lima

Penante, a cerca da organização de uma companhia dramatica para trabalhar por espaço de quatro mezes, dando pelo menos seis recitas em cada mez, mediante a subvenção de seis contos de réis paga em prestações mensaes, julga que é ella de alguma utilidade publica para os habitantes d'esta capital, porém que deve ser addida para quando as finanças da provincia o permittirem, visto que actualmente não pode ser aceita porque estão-se supprimindo verbas votadas anteriormente, aliás, de reconhecida conveniencia, afim de poder-se por este meio equilibrar a receita com a despesa da provincia.—Sala das commissões da assemblea legislativa provincial em Manaus, 26 de junho de 1877.—Os deputados, Pedro Luiz Sympson, João Sebastião da Silva Lisboa.»

«A commissão de agricultura, commercio, artes e navegação examinando os documentos que apresentou Diogo José de Souza, com sua petição provando ter direito ao premio de que trata o § 2.º do art. 1.º da lei provincial n.º 234 de 16 de maio de 1872, é de parecer que, vigorando a lei que autorisa este premio e tendo o supplicante provado a verdade do que allega, se consigne na lei do orçamento provincial a verba de 100\$000 réis a que se refere o dito §, porque, assim se promove um incentivo á lavoura e não se falseia a lei.—Sala das commissões, 26 de junho de 1877.—Os deputados, Pedro Luiz Sympson, João Sebastião da Silva Lisboa.»

Ficção sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

2.ª Parte.—Passão em primeira discussão os projectos n.ºs 10 e 13.

Foi approved em segunda discussão o projecto n.º 4 com as seguintes emendas:

«Em vez da palavra—somente—diga-se—especialmente.—Paço da assemblea, 26 de junho de 1877.—O deputado, Amorim.»

«Em vez de oito contos—diga-se dez contos—o mais como está.—26 de junho de 1877.—O deputado, Antony.»

Durante a discussão oraram os srs. deputados Braule Pinto, Amorim, Antony e dr. Gustavo.

Entra em segunda discussão o projecto n.º 6, que foi approved, com esta emenda ao art. 1.º:

«Em vez da palavra quatro—diga-se duas, e no seo § supprima-se as palavras—Campina e Labria.—Paço da assemblea, 26 de junho de 1877.—O deputado, Amorim.»

E o seguinte additivo:

«O presidente da provincia fica autorizado a extinguir as escolas de primeiras letras, que tiverem menos de vinte alumnos de ambos os sexos, e bem assim a reformar o lyceô d'esta capital, restabelecendo as cadeiras suspensas em virtude da portaria da presidencia de 31 de janeiro ultimo.—Paço da assemblea legislativa provincial do Amazonas, 26 de junho de 1877.—O deputado, padre Daniel.»

Orarão os srs. Amorim, Braule Pinto e padre Daniel.

Foi approved a redacção do projecto n.º 5.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Segunda discussão dos projectos n.ºs 9 e 12 deste anno; terceira do de n.º 38 de 1873 e discussão dos tres pareceres da commissão de agricultura apresentados hoje.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barbosa de Amorim*, 1.º Secretario.—*João Carlos da Silva Pinheiro*, servindo de 2.º Secretario.

Sessão de 27 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo feita a chamada comparecem os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Pinheiro, padre Daniel, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, Nery da Fonseca, Barão de S. Leonardo, Gabriel, Souza Marques e Sympson, abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente, foi approveda.

Expediente.

Um requerimento de Francisco Leopoldo de Mattos Ribeiro, primeiro escriptuario do thesouro publico provincial, pedindo uma gratificação pelos serviços que prestou a fazenda provincial em tres commissões:—A commissão de fazenda.

Comparece o sr. deputado padre Torquato.

Ordem do dia

1. Parte.—O sr. Pinheiro lê e manda a meza os seguintes requerimentos:

«Requeiro que se solicite da presidencia copia das informações prestadas pela directoria da instrucção publica e thesouro provincial no requerimento que a professora vitalicia Triphonia Joaquina de Oliveira Carvalho, pede ajuda de custo para occorrer as despesas com o seo transporte de Tefé para Itacoatiara, para onde foi removida a juizo da presidencia.—Paço da assemblea, 27 de junho de 1877.—João Pinheiro.»

«Requeiro que se peça da presidencia copia da portaria que removeu a professora vitalicia de Tefé, Triphonia Joaquina de Oliveira Carvalho, para Itacoatiara, bem como os documentos que motivaram a mesma portaria.—Paço da assemblea, 27 de junho de 1877.—João Pinheiro.»

2.ª Parte.—Foi approved em segunda discussão o projecto n.º 9.

Retiraram-se os srs. Tapajós e Gabriel.

Entrando em segunda discussão o projecto n.º 12, o sr. deputado Ferraz lê e manda a meza a seguinte emenda ao art. 1.º:

«Depois da palavra extincto—diga-se—desde, já o mais como está.—Paço da assemblea do Amazonas, 27 de junho de 1877.—O deputado, Ferraz.»

Retira-se o sr. Barão de S. Leonardo.

Reconhecendo o sr. presidente não haver numero legal, levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Continuação das materias já designadas, e terceira discussão do projecto n.º 2.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barbosa de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 28 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze horas da manhã feita a chamada comparecem os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Gabriel, padre Daniel, Lisboa, padre Torquato, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, dr. Canavaro, Nery da Fonseca, dr. Dias dos Santos, Sympson e Souza Marques, abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente, foi approvada.

Expediente.

Um officio do secretario do governo de 27 e n.º 14, enviando por copia um outro do juiz de direito da comarca de Itacoatiara demonstrando a necessidade de edificar-se um predio que sirva de cadeia civil:—A commissão de fazenda.

Uma representação de Alexandre Paulo de Brito Amorim, sobre a resolução de 24 de maio de 1876:—A commissão de poderes.

Um requerimento de Severino Emydio Dinis de Souza, contractante da illuminação publica, pedindo prorrogação do contracto por mais cinco annos:—A commissão de fazenda.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. padre Daniel relator da commissão de poderes, com permissão do sr. presidente, lê e manda a meza o seguinte parecer da mesma commissão:

«A commissão de poderes a quem foi presente uma petição de Antonio José Barreiros, 2.º official da secretaria do governo, pedindo oito mezes de licença para tratar de sua saúde, tendo em vista a informação do secretario da presidencia, é de parecer que o peticionario se dirija ao poder executivo que, por lei, se acha autorizado a conceder licenças a empregados provinciales.

«Sala das comissões da assembléa provincial do Amazonas, 28 de junho de 1877.—Os deputados, padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, Antonio Dias dos Santos.»

Ficou sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. Ferraz relator da commissão de força publica, lê e manda a meza o seguinte projecto:

«A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, resolve:

Art. 1.º A força da guarda policial para o anno financeiro de 1877 a 1878 é fixada em cinco officiaes e noventa e quatro praças de pret, conforme o plano junto, e os vencimentos serão os da tabella annexa.

Art. 2.º O presidente da provincia é autorizado a reformar o actual regulamento.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 28 de junho de 1877.—Os deputados, Francisco Antonio Monteiro Tapajós, Estevão José Ferraz.»

Plano da força da guarda policial

ESTADO COMPLETO

Officiaes	Commandante.....	1
»	Capitão.....	1
»	Tenente.....	1
»	Alferes.....	2
Inferiores	1.º Sargento.....	1
»	2.º Ditos.....	2
»	Furriel.....	1
Praças	Cabos.....	8
»	Soldados.....	80
»	Cornetas.....	2
Total.....		99

OBSERVAÇÃO

O commandante terá a graduação de major.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 28 de junho de 1877.—Os deputados, Estevão José Ferraz, Francisco Antonio Monteiro Tapajós.

TABELLA dos vencimentos dos officiaes e praças de pret da guarda policial.

GRADUAÇÕES	VENCIMENTO DIARIO			VENCIMENTO MENSAL			VENCIMENTO ANNUAL			TOTAL	
	Soldo	Etapa	TOTAL	Soldo	Etapa	Gratificação de exercicio	Gratificação de expediente	TOTAL	Gratificação de exercicio		Gratificação de expediente
1 Major Comandante.....				140 \$000		80 \$000	30 \$000	250 \$000	960 \$000	360 \$000	3.000 \$000
1 Capitão.....				100 \$000		60 \$000		160 \$000	720 \$000		1.920 \$000
1 Tenente.....				80 \$000		40 \$000		120 \$000	480 \$000		1.440 \$000
2 Alferes.....	1 \$000	\$500	1 \$500	140 \$000	15 \$000	60 \$000		200 \$000	720 \$000		2.400 \$000
1 1.º Sargento.....	1 \$600	\$500	2 \$600	30 \$000	30 \$000			45 \$000	180 \$000		540 \$000
2 2.º Sargentos.....	\$700	\$500	1 \$200	48 \$000	30 \$000			78 \$000	360 \$000		936 \$000
1 Furriel.....	4 \$800	\$500	4 \$300	24 \$000	15 \$000			36 \$000	180 \$000		432 \$000
8 Cabos de esquadra.....	40 \$000	40 \$000	80 \$000	144 \$000	120 \$000			264 \$000	1.440 \$000		3.468 \$000
80 Soldados.....	40 \$000	40 \$000	80 \$000	1.200 \$000	1.200 \$000			2.400 \$000	14.400 \$000		28.800 \$000
2 Cornetas.....	1 \$200	1 \$000	2 \$200	36 \$000	30 \$000			66 \$000	462 \$000		792 \$000
Somma.....	49 \$300	47 \$000	96 \$300	1.939 \$000	1.440 \$000	240 \$000	30 \$000	3.619 \$000	2.880 \$000	360 \$000	43.428 \$000

Paço da assembléa provincial do Amazonas, 28 de junho de 1877.—S. R.—Os deputados, Estevão José Ferraz, Francisco Antonio Monteiro Tapajós.

Tomou o n.º 14 e teve a primeira leitura.

Comparece o sr. deputado Pinheiro.

2.ª Parte.—Foi aprovado em segunda discussão o projecto n.º 12, tendo orado os srs. Braule Pinto e padre Daniel.

Passa em terceira discussão o projecto n.º 2, com as seguintes emendas:

Art. ao numero 1.º. Fica annexa ao municipio de Borba a freguezia de Canumá.—Junho 28 de 1877.—O deputado, Torquato.

Os limites de Borba comprehendendo a freguezia de Canumá confrontarão com Maués pelo lago Curupira e com esta capital com o lugar denominado Uricuritiba.—S. R.—O deputado, Pedro Luiz Sympson.

Vai a comissão de redacção.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 38 de 1873.

Os srs. Lisboa e Canavarro mandão a meza o seguinte requerimento:

«Requeiro addiamento da terceira discussão do projecto n.º 38 de 1873, até que seja apresentado a caza o parecer da comissão de estatística sobre a representação dos moradores do lago Piuniny.—Paço em 28 de junho de 1877.—Os deputados, Lisboa e dr. Canavarro.»

Foi regeitado, crão os srs. Sympson, Braule Pinto e padre Daniel.

Procedendo-se a votação do projecto, foi elle approvedo com as emendas apresentadas em 1875, pelos srs. deputados Leão e padre Daniel, e remetido a comissão de redacção.

Achando-se adiantada a hora o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte:

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Segunda leitura do projecto n.º 14; segunda discussão dos projectos n.º 1 a 13; terceira discussão dos de n.º 4, 6, 9 e 12; discussão dos pareceres da comissão de agricultura já designados e da comissão de poderes sobre o requerimento do segundo official da secretaria do governo Antonio José Barreiros.

Para constar se lavrou esta acta—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza d'Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 30 de Junho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo feita a chamada, comparecem os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Branle Pinto, dr. Gustavo, Ferraz, dr. Antony, dr. Canavarro, Tapajós, padre Daniel, Sympson, padre Torquato, dr. Dias dos Santos e Gabriel, abre-se a sessão.

Lida a acta da sessão antecedente foi approvada.

Expediente

Um officio do secretario do governo datado de hoje sob n.º 9, remettendo o balanço da receita e despesa da camara municipal da capital do exercicio de 1875 a 1876 e orçamento para o futuro de 1877 a 1878:—A comissão de camaras.

Um requerimento de Leopoldo Nery da Fonseca, guarda conferente da recebedoria provincial, pedindo seis mezes de licença com todos os vencimentos para tratar de sua saúde na provincia do Pará ou onde mais lhe convier:—A comissão de poderes.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. padre Daniel relator da comissão de redacção apresenta a dos projectos n.º 2 d'este anno e n.º 38 de 1873:—Ficção sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. dr. Gustavo lê e manda a meza o seguinte requerimento:

«Requeiro que seja discutido na segunda parte da ordem do dia de hoje e em primeiro lugar o projecto n.º 20 da sessão passada.—S. R.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 29 de junho de 1877.—O deputado, Ramos Ferreira.»

Posto em discussão orão os srs. Ferraz, dr. Gustavo, Braule Pinto, padre Daniel, dr. Dias dos Santos, Gabriel, Sympson e Amorim.

Posto a votos o requerimento é regeitado.

2.ª Parte.—Tem a 2.ª leitura o projecto n.º 14.

Foi aprovado em segunda discussão o projecto n.º 10 com o seguinte substitutivo:

«Substitutivo ao art. 1.º do projecto n.º 10. Art. O presidente da provincia é autorizado a mandar pagar aos guardas da recebedoria e collectorias provinciaes, a importancia a que tiverem direito do desconto que lhes foi feito em seus vencimentos das comedorias pagas a bordo dos vapores, quando em serviço do fisco.—Paço da assembléa provincial do Amazonas, 28 de junho de 1877.—O deputado, padre Daniel Pedro Marques de Oliveira.»

Orão os srs. Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, e dr. Dias dos Santos.

Tambem é approvedo em segunda discussão o projecto n.º 13, sendo regeitada uma emenda do sr. padre Daniel e sub-emenda do sr. Ferraz.

Durante a discussão orarão os srs. padre Daniel, Ferraz, Amorim e Braule Pinto.

Passão em terceira discussão os projectos n.º 4 com as emendas em segunda discussão e o n.º 6 com as seguintes emendas:

«Emenda ao art. additivo apresentado pelo sr. deputado padre Daniel.—Depois das palavras—e bem assim—diga-se: a reorganisar as cadeiras do lyceó, distribuindo as materias do ensino como julgar mais conveniente, restaurando as cadeiras que forão supprimidas por portaria da presidencia de 31 de janeiro do corrente anno, a excepção da do inglez que fica extincta.—Paço da assembléa legislativa do Amazonas, 30 de junho de 1877.—O deputado, Estevão J. Ferraz.»

«Sub-emenda a emenda do sr. Ferraz.—Supprimão-se as palavras a excepção da do inglez que fica extincta.—Paço da assembléa, 30 de junho de 1877.—O deputado, Antony.»

E' igualmente approvedo em 3.ª discussão o projecto n.º 9.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 12.

O sr. Ferraz lê e manda a meza o seguinte artigo substitutivo ao art. 4.º:

«Substitutivo ao art. 4.º do projecto n.º 12.—O predio, terrenos e as bemfeitorias locaes, serão alugados ou arrematados, e não alienados, cujo producto deverá ser guardado como fundo de reserva para o costeio de estabelecimento d'esta ordem logo que a provincia poder manter.—Paço da assembléa legislativa do Amazonas, 30 de junho de 1877.—O deputado, Estevão José Ferraz.»

O sr. Gabriel fundamenta e manda a meza um projecto substitutivo, e o sr. presidente convida a casa a eleger uma commissao de tres membros para os re-fundir na forma do art. 144 do regimento.

Correndo o escrutinio recolhem-se onze cédulas que apuradas derão o seguinte resultado:

Os srs. padre Daniel e Sympson, 8 votos cada um; Ferraz, 7; dr. Gustavo e Lisboa, 3; Gabriel, 2; Tapajós e dr. Antony, 1 cada um.

São membros da comissão os srs. padre Daniel, Sympson e Ferraz.

Foi approved e remetido a comissão de fazenda o parecer da comissão de agricultura sobre o requerimento de Diogo José de Souza.

Foi também approved o parecer da comissão de poderes sobre a pretensão do 2.º official da secretaria do governo Antonio José Barreiros, tendo orado os srs. Ferraz, Braule Pinto e padre Daniel.

Entrando em discussão o parecer da comissão de agricultura sobre a proposta do actor José de Lima Penante, os srs. Antony e Ferraz mandão a seguinte emenda:

«Depois da palavra capital—supprime-se o mais até a palavra—pode—e diga-se deve ser acêito—o mais que contem illimino-se.—Pago, 30 de junho de 1877.—Antony e Ferraz.»

Achando-se adiantada a hora e verificando-se não haver numero legal o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Terceira leitura do projecto n.º 14; discussão das redacções dos projectos n.º 2 d'este anno e 38 de 1873; e continuação das materias já designadas.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Carboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 2 de Julho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo feita a chamada comparecem os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, dr. Gustavo, padre Daniel, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, dr. Canavarro, Sympson, Nery da Fonseca, Gabriel, dr. Dias dos Santos, Pedro Marques, Pinheiro, e Padre Torquato abre-se a sessão.

Não achando-se sobre a meza a acta da sessão antecedente não foi lida.

Expediente.

Dois officios do secretario do governo, um de 30 de junho ultimo, sem numero, communicando haver s. exc. o sr. presidente da provincia sancionado a resolução d'esta assembléa que mandou vigorar no exercicio anterior; outro d'esta data sob n.º 16 remettendo para ser presente a assembléa o relatorio com que o exm. sr. dr. Domingos Jacy Monteiro, passou a administração da provincia a s. exc. o sr. dr. Agésilâ Pereira da Silva:—Inteirado.

Ordem do dia

1.ª Parte.—O sr. presidente commnica haver o sr. deputado Barão de S. Leonardo, recebido a infausta noticia do assassinato de algumas pessoas de sua familia, no Rio Branco, e que achando-se por isso aquelle sr. deputado de nojo, nomeara uma comissão composta dos srs. Nery da Fonseca, Pedro Marques e dr. Gustavo, para por parte d'esta assembléa, desanajal-o e sentimental-o.

O sr. padre Daniel relator da comissão de poderes, com permissão do sr. presidente, lê o parecer da mesma sobre a petição de diversos sapateiros residentes

n'esta cidade:—Fica sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. Sympson como relator da comissão de fazenda, lê e manda a meza o seguinte requerimento:

«A comissão de fazenda precisa que se solicite por intermedio da presidencia da provincia informações do thesouro publico provincial a cerca da comissão em que foi empregado o 1.º escriptuario Francisco Leopoldo de Mattos Ribeiro, para Tabatinga e sobre a importancia de ajuda de custa que recebeo.—Pago da assembléa legislativa provincial em Manãos, 2 de julho de 1877.—Os deputados, Pedro Luiz Sympson, Pedro de Souza Marques e Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães.»

O mesmo sr. Sympson relator da comissão especial eleita para refundir o projecto n.º 12 e o substitutivo apresentado na sessão anterior, leo o seguinte parecer:

«A comissão especial nomeada para na forma do regimento, refundir o projecto n.º 12 e o seu substitutivo, depois de examinar refletidamente as materias dos referidos projectos, é de parecer que se adopte de preferencia o de n.º 12, já em terceira discussão em que deve continuar na forma do regimento.—Sala das commissões da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 2 de julho de 1877.—Os deputados, Pedro Luiz Sympson, padre Daniel Pedro Marques de Oliveira e Estevão José Ferraz.»

2.ª Parte.—Teve a 3.ª leitura o projecto n.º 14.

O sr. deputado Ferraz requer dispensa dos interstícios para este projecto:—Foi concedido.

Entra em discussão o parecer da comissão de agricultura sobre o projecto do actor José de Lima Penante.

O srs. Ferraz e padre Torquato, requerem addiamento da discussão e votação do mesmo parecer para a sessão de 1878:—Foi concedido.

Orarão os srs. Ferraz, Braule Pinto e Amorim.

Foi também approved o parecer da comissão de agricultura, sobre a pretensão de José Cavalcante de Menezes Pinho, tendo fallado sobre ella os srs. Braule Pinto, Souza Marques, Ferraz, Antony e Sympson.

Entram em discussão as redacções dos projectos n.º 2 d'este anno e 38 de 1873:—Forão approvedas.

Continuando a terceira discussão do projecto n.º 12, o sr. Amorim lê o seguinte art. additivo:

«Art. Aos educandos se dê os instrumentos musicos de que fazião uzo.—Pago da assembléa, 2 de julho de 1877.—O deputado Amorim.»

Foi approved e bem assim o projecto que é re-
mettido a comissão de redacção.

O sr. Ferraz requer que a votação do projecto n.º 12 fosse nominal:—E' attendido.

Votarão a favor do projecto os srs. Freitas Guimarães, padre Daniel, Amorim, Ferraz, dr. Antony, dr. Canavarro, Sympson, Nery da Fonseca, dr. Dias dos Santos, Souza Marques, Pinheiro e padre Torquato; e contra dr. Ramos Ferreira, Tapajós, Gabriel e Braule Pinto, que mandarão a meza as seguintes declarações de votos:

«Voto contra a extincção do estabelecimento dos educandos artifices d'esta provincia de que trata o projecto n.º 12 em discussão, porque é uma medida ante progressista e por tanto retrograda, e porque foi iniciativa minha em projecto n.º 9 de 29 de julho de 1856 a sua creação; não quero acarretar sobre mim, e sobre meus filhos a maldição do povo, d'esse povo que cansado trabalha para pagar impostos de producção que com o suor de seo rosto adquire, e que tem em compensação a não educação de seus filhos condemnados assim a ignorancia, e ainda porque: a minha consciencia repugna de aceitar o progresso e a civilização tão apregoados, extinguindo-se estabelecimentos e instituições que servem para educar a mocidade e morali-

sar os costumes constituindo cidadãos uteis á patria onde nascem, como na que por ventura tenham de adoptar, e porque as finanças não devem ser melhoradas por leis vexatorias e odiosas, tanto mais que uma tal lei não se deo na crise em que um exbanjamento dava em resultado esse deficit em cerca de seiscentos contos de réis o qual hoje se acha reduzido (talvez) a cincoenta contos, e, finalmente porque a verba de tres por cento addicionaes que pagão contra a justiça os vapores não subvencionados os quaes d'elles devem ser isemptado, revertido as rendas da provincia bastaria para fazer desaparecer como por magia essa maromba deficit tão proclamada, conservando-se o unico estabelecimento que honra a provincia.—Sala da assemblea do Amazonas, 2 de julho de 1877.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós.»

«Ainda em terceira discussão votamos contra o projecto n.º 12 como prejudicial a provincia, porque distroe a instituição eminentemente popular do unico estabelecimento da provincia em que a infancia desvalida podia encontrar a par da educação solida um meio de vida honesto; de um estabelecimento cujo unico defeito proveio das más administrações e falta de uma lei regulamentar.—Paço da assemblea legislativa provincial do Amazonas, 2 de julho de 1877.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, José Justiniano Braule Pinto e Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães.»

E nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão, dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Primeira discussão do projecto n.º 14; e terceira dos de n.º 10 e 13, e discussão do parecer da commissão de poderes sobre o requerimento de diversos sapateiros residentes nesta cidade.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente, com restricções quanto ao voto inserido na acta do sr. deputado Monteiro Tapajós, por conter materia offensiva a assemblea.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 3 de Julho de 1877

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze horas da manhã reunidos os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, dr. Ramos Ferreira, Lisboa, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, dr. Canavarro, Sympson, Nery, dr. Dias dos Santos, Souza Marques, Pinheiro, padre Torquato e Gabriel, abre-se a sessão.

Lidas as actas das sessões de 30 de junho e 2 do corrente, foi aquella approvada, e sobre esta o sr. dr. Dias dos Santos, mandou o seguinte requerimento:

«Requeiro que se retire a declaração de voto do nobre deputado o sr. Tapajós inserida na acta de hontem.—Sala das sessões, 3 de julho de 1877.—Antonio Dias dos Santos.»

Posto em discussão este requerimento, orarão os srs. Braule Pinto, dr. Dias dos Santos, Amorim, Ferraz, dr. Ramos Ferreira, e dr. Antony.

Procedendo-se a votação o requerimento ficou em patado e por isso addiada para a sessão seguinte.

Não houve expediente.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. Nery na qualidade de membro da commissão nomeada por esta assemblea para desandar ao sr. deputado Barão de S. Leonardo, scientificou a casa haver cumprido, seu dever e que o mesmo sr. Barão enviava seus agradecimentos, por essa demonstração.

O sr. padre Daniel relator da commissão de redacção, com permissão do sr. presidente, lê as redacções dos projectos n.º 4, 9 e 12, e em seguida requer que as mesmas sejam discutidas na presente sessão:—Foi concedido.

O sr. Sympson, relator da commissão de fazenda lê os tres pareceres seguintes, da mesma commissão:

«A commissão de fazenda é de parecer que a petição de Antonio Guerreiro Antuny seja enviada a commissão de instrução publica para dar o seu parecer a respeito da pretensão do supplicante.—Sala das commissões da assemblea legislativa provincial em Manaus, 3 de julho de 1877.—Os deputados, Pedro Luiz Sympson, Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, Pedro de Souza Marques.»

«A commissão de fazenda tendo examinado a petição de Severiano Emigdio Diniz de Souza, requerendo que esta assemblea prorogue por mais cinco annos o contracto que consigo foi feito pela presidencia da provincia por quatorze mezes, da illuminação publica desta capital, é de parecer que o peticionario se dirija ao poder executivo provincial que é autoridade competente para attendel-o de preferencia quando, em concorrência para a arrematação, julgar que a sua proposta é a mais vantajosa para a provincia.—Sala das commissões da assemblea legislativa provincial em Manaus, 3 de julho de 1877.—Os deputados, Pedro Luiz Sympson, Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, Pedro de Souza Marques.»

«A commissão de fazenda a quem forão presentes os officios do secretario da presidencia e por copia o do dr. juiz de direito da comarca de Itacatiara demonstrando a necessidade que ali ha de edificar-se um prédio para cadea civil, é de parecer que, pertencendo estas despesas ao orçamento municipal, deve ser ouvida a commissão de camaras para que, avista dos redictos daquela municipalidade, proponha a verba que julgar conveniente para attender-se a esta necessidade.—Sala das commissões da assemblea legislativa provincial em Manaus, 3 de julho de 1877.—Os deputados, Pedro Luiz Sympson, Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, Pedro de Souza Marques.»

Ficão sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. padre Daniel, relator da commissão de poderes lê o seguinte parecer da mesma commissão:

«A commissão de poderes a cujo exame foi submetida a petição de Alexandre Paulo de Brito Amorim, em que pede indemnisação pelos prejuizos e lucros cessantes que diz ter soffrido com a rescisão do contracto de navegação directa que firmou com a presidencia em 19 de março de 1873, desejando, para interpor parecer, ouvir a presidencia da provincia, pede que se solicite de s. exc. informações do que ha sobre a materia em que assenta a reclamação do peticionario.—Sala das commissões, 3 de julho de 1877.—Os deputados, padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, Antonio Dias dos Santos.»

Entrando-se na 2.ª parte da ordem do dia, o sr. presidente reconhecendo não haver número legal levanta a sessão, dando para a ordem do dia as materias anteriormente designadas.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 4 de Julho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze horas feita a chamada comparecem os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, dr. Gustavo, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, padre Daniel, Souza Marques, dr. Dias dos Santos, padre Torquato, Pinheiro, Gabriel e Lisboa, abre-se a sessão.

Procedendo-se a votação do requerimento do sr. dr. Dias dos Santos, sobre a acta de 2, ficou novamente empatada e por isso regeitado o mesmo requerimento e a acta approvada.

Não lêo-se a acta da antecedente por não estar sobre a meza.

Ordem do dia

1.^a Parte.—O sr. Braule Pinto, lê e manda a meza o projecto seguinte:

«A comissão especial nomeada na sessão de 24 de maio do anno passado, para redigir melhor o regimento interno d'esta assembléa, depois de leitura accurada do mesmo, entendeu dever-se-lhe fazer somente algumas alterações; pelo que tem a honra de submeter a consideração da assembléa o seguinte projecto:

A Assembléa Legislativa provincial do Amazonas, resolve:

Art. 1.^o—Ficão desde já, substituidas, ampliadas, interpretadas e innovadas algumas disposições da resolução n.^o 243 de 24 de maio de 1872 que constitue o regimento da assembléa legislativa provincial:

§ 1.^o—O art. 7.^o fica substituido pela seguinte forma:—Havendo duvida sobre a eleição de algum membro da assembléa, assistirá elle a discussão, se houver, discutirá, se quizer, e só se retirará da sala das sessões na occasião da votação; e, a ella não voltará se sua eleição for julgada nulla.

§ 2.^o—A comissão permanente de policia interna alem das obrigações que lhe estão marcadas no actual regimento terá mais a seguinte:—A pretexto algum prestará o paço da assembléa para reuniões de regosijo publico ou particular que não sejam as para que é elle destinado.

§ 3.^o—No primeiro anno do biennio se elegerá uma comissão especial de tres membros que se reunirá na secretaria da assembléa, durante o interregno das suas sessões, sempre que lhe aprouver para colleccionar as notas que devem servir de base a um relatorio a ser apresentado no 1.^o dia de sessão ordinaria, o qual trate especificadamente dos actos dos poderes executivo e judiciario relativamente o modo porque cumprem as leis geraes e provinciaes; para inteiro cumprimento dos §§ 7.^o e 9.^o do art. 11 do acto adicional a constituição do imperio. A discussão d'este relatorio terá preferencia a qualquer outro trabalho.

§ 4.^o—Fica entendido que o capitulo 10 e os arts. que lhe são subordinados não inibem a assembléa de alterar as propostas das camaras municipaes, por ser isso de sua competencia e direito.

E' porem vedado qualquer innovação na receita e despeza.

§ 5.^o—Cada camara municipal terá projecto de lei do orçamento distincto, para que, os interesses de um municipio não fiquem prejudicados por conveniencias de outros e retardamento da remessa dos relatorios e propostas d'algumas.

§ 6.^o—Qualquer autorisação que a assembléa entenda dar a presidencia da provincia constituirá projecto separado.

§ 7.^o—E' vedado emendas, substitutivos ou additivos no projecto de lei do orçamento provincial ou em qualquer outro, que não tenha relação com o texto.

§ 8.^o—Havendo deputados inscriptos com a palavra para tratar de qualquer assumpto em discussão não poderá ser ella encerrada antes de finda, salvo se tiver se prolongado por mais de cinco dias.

§ 9.^o—Não está fora de ordem o deputado que nas discussões uze de linguagem energica e incisiva, sendo em these, não é porem permittido discutir-se sobre questões pessoaes.

§ 10.—O lugar de official-maior da secretaria da assembléa é de confiança da mesma.

Art. 2.^o—Revogão-se as disposições em contrario.

Sala das sessões no paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 4 de julho de 1877.—S. R.—Os deputados, José Justiniano Braule Pinto, Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, Antonio Dias dos Santos.

Toma o n.^o 15 e tem a primeira leitura.

Passa em primeira discussão o projecto n.^o 14 e em terceira os de n.^{os} 10 e 13, approvando-se a emenda sobre este regeitada em segunda discussão, depois de orar o sr. dr. Antony.

Foi approvado o parecer da comissão de poderes e remettido a de fazenda, o requerimento de diversos sapateiros residentes n'esta cidade.

Forão approvadas as redacções dos projectos numeros 4, 6, 9 e 12.

Tambem forão approvados os pareceres das comissões de fazenda, sobre o officio do dr. juiz de direito da comarca de Itacoatiara, e requerimentos de Severino Emigdio Diniz de Souza, de Antonio Guerreiro Antuny, e o da comissão de poderes sobre a pretensão de Alexandre Paulo de Brito Amorim.

Nada mais havendo a tratar-se, o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.^a Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.^a Parte.—Segunda leitura do projecto n.^o 15 e segunda discussão do de n.^o 14.

Para constar se lavrou esta acta.—João José de Freitas Guimarães, Presidente.—Henrique Barbosa de Amorim, 1.^o Secretario.—João Sebastião da Silva Lisboa, servindo de 2.^o Secretario.

Sessão de 5 de Julho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze horas feita a chamada, comparecem os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Lisboa, Gabriel, padre Daniel, dr. Gustavo, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, Sympson, Nery da Fonseca, dr. Dias dos Santos, Souza Marques, e padre Torquato, abre-se a sessão. Lidas as actas das sessões de 3 e 4 forão approvadas.

Expediente.

Quatro officios da secretaria do governo datados de 3 e 4 do corrente sob n.^{os} 17, 18, 19 e 20; o primeiro enviando por copia as informações prestadas pela directoria da instrução publica e thesouro provincial, sobre a ajuda de custo que requereo a professora de Itacoatiara: o segundo remettendo o quadro das quantias recebidas pelo vigario d'esta cidade para guisamentos e alfaias: o terceiro remettendo o quadro e relação dos credores da fazenda provincial: e o quarto finalmente, enviando informações sobre as gratificações arbitradas ao guarda e ao ajudante da bomba de incendios.

Forão remettidos a quem os requisitou.

Um officio do sr. deputado dr. Canavarro, communicando que por incommodo de saude não comparece:—Inteirada.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—O sr. padre Daniel relator da commissão de redacção, lê as dos projectos n.ºs 10 e 13.

O sr. dr. Dias dos Santos, lê e manda a meza a seguinte moção:

«Considerando o insolito procedimento do ex-presidente da provincia dr. Domingos Jacy Monteiro, que nesse exercicio desrespeitou as leis e os principios do nosso direito constituido, governando como dictador, reformando sem previa autorisação estabelecimentos de instrucção publica, como fez com o lyceó, aonde supprimio cadeiras e d'ali retirou ou removeo para repartições estranhas ao magisterio, professores vitallios, como tambem aconteceu ao seminario, donde expellio estudantes, suspendee as pensões dos que erão mantidos pela provincia, pela vontade do poder competente, reduzindo este estabelecimento, que tão bons serviços tem prestado, ao estado de quasi não poder funcionar, reformando a recebedoria provincial e o estabelecimento de educandos, sem previa autorisação legislativa, e até interpretando leis da assemblea provincial, por via de autoridade, como na portaria de 30 de outubro de 1876 á respeito dos guardas conferentes, mutilando radicalmente as disposições da respectiva lei; intervindo em actos do poder judiciario e independente, segundo a constituição. Considerando ainda que em seo relatorio, datado de 4 de junho ultimo e entregue a seo successor o sr. dr. Agésilao Pereira da Silva em 30 do mesmo, ali, então grosso volume, só tratou de questões alheias ao interesse publico, como si estivesse dominado do pensamento de malidescencia, ferindo a reputação de muitos caracteres sempre respeitadas d'entre os srs. deputados e particulares da provincia, e até mesmo julgando de actos deste poder, que tão grosseiramente havia desrespeitado, por todas estas razões requeremos que esse relatorio omminoso seja trancado e tido como sem valor algum, bem como requeremos um voto de solemne reprovação a administração desse presidente dr. Domingos Jacy Monteiro e que esse voto e o presente sejam enviados por copia ao governo de S. M. Imperial.—Paço da assemblea, 5 de junho de 1877.—Antonio Dias dos Santos, padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, João Carlos Antony, Pedro de Souza Marques, e João Sebastião da Silva Lisboa.»

Posto em discussão orão os srs. Amorim, padre Daniel e dr. Dias dos Santos, vindo a meza o seguinte requerimento:

«Requeiro addiamento da discussão do requerimento para o dia d'amanhã.—Sala das sessões, 5 de julho de 1877.—Antonio Dias dos Santos.»

Foi regeitado.

Continuando a discussão da moção foi afinal approvada, tendo orado os srs. Gabriel, Amorim, padre Daniel, dr. Gustavo, dr. Dias dos Santos e Ferraz.

O sr. Gabriel declarou votar contra a moção por não estar nos termos do art. 88 do regimento.

O sr. dr. Antony, relator da commissão de camaras pedio designação de dia e hora para apresentar o projecto do orçamento municipal, e o sr. presidente designou a sessão seguinte na primeira parte da ordem do dia.

2.^a Parte.—Teve a segunda leitura o projecto n.º 15.

Entrando em segunda discussão o art. 1.º do projecto n.º 14, o sr. presidente reconhecendo não haver numero legal suspendeo a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.^a Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pa-receres, etc.

2.^a Parte.—Terceira leitura do projecto n.º 15; continuação da segunda discussão do projecto n.º 14 e discussão das redacções dos projectos n.ºs 10 e 13.

E para constar se lavra esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto* 2.º Secretario.

Sessão de 6 de Julho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze horas da manhã feita a chamada comparecem os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, dr. Ramos Ferreira, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, Sympton, dr. Dias dos Santos, Souza Marques, Pinheiro, padre Torquato e Gabriel, abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente, foi approvada.

Não houve expediente.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—A commissão de propostas e representações de camaras, pelo seo relator o sr. Pinheiro, apresenta o seguinte projecto da lei do orçamento municipal, para o exercicio de 1877 á 1878:

Orçamento Municipal.

«A commissão de camaras, tendo examinado os papéis das municipalidades, tem a honra de apresentar á consideração desta assemblea o seguinte projecto: A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, decreta:

Art. 1.º—As camaras municipaes da provincia poderão despende no exercicio de 1877-1878 as quantias que lhes são votadas na presente lei, a saber:

TITULO I.

DESPEZA

Art. 2.º—Camara da Capital:

§ 1.º Pessoal:			
Secretario.....	Ordenado..	1:600\$000	
	Gratificação	200\$000	1:800\$000
2 Amanuenses.	Ordenado..	2:000\$000	
	Gratificação	400\$000	2:400\$000
Porteiro.....	Ordenado..	900\$000	
	Gratificação	200\$000	1:100\$000
2 Fiscaes	Ordenado..	3:000\$000	
	Gratificação	600\$000	3:600\$000
Engenheiro....	Ordenado..	1:200\$000	
	Gratificação	400\$000	1:600\$000
Aferidor.....			500\$000
Procurador 10 %.....			\$
Agentes fiscaes do interior 10 %.....			\$
Expediente.....			2:000\$000
Impressão e publicação dos trabalhos..			900\$000
Compra de mobilia.....			200\$000
Reparos em edificios municipaes.....			500\$000
§ 2.º Cemiterio:			
Administrador.	Ordenado..	1:000\$000	
	Gratificação	200\$000	1:200\$000
Capellão.....			600\$000
2 Coveiros.....	Diaria.....		2:190\$000
Festa do dia 2 de Novembro.....			400\$000
Guisamentos para a capella.....			80\$000
Utencis			200\$000
			19:270\$000

	Transporte.....	19:270\$000
§ 3.º Mercado publico:		
Administrador. Ordenado..	1:200\$000	
Gratificação	400\$000	1:600\$000
Porteiro..... Ordenado..	600\$000	
Gratificação	300\$000	900\$000
Porcentagem 10 %.....		\$
Expediente e custeio		200\$000
§ 4.º Aulas nocturnas:		
3 Professores.. Ordenado..	1:800\$000	
Gratificação	600\$000	2:400\$000
Expediente, luzes e despesas miudas...	600\$000	
Guardas urbanas:		
3 Guardas..... Gratificação	2:700\$000	
Fardamento ...	300\$000	3:000\$000
§ 5.º Matadouro publico:		
Administrador. Ordenado..	960\$000	
10 %.....		\$
2 Serventes.... Diaria.....	1:460\$000	
Custeio e expediente.....	200\$000	
6.º Custas judiciais, jury e eleições...	2:600\$000	
7.º Festa do culto divino e de regosijo publico.....	1:800\$000	
8.º Limpeza de ruas, e do lixo das mesmas e das casas de particulares por meio de carroças.....	8:000\$000	
9.º Concerto de ruas, abertura e limpeza das novas.....	1:000\$000	
10. Limpeza das ruas de 4 freguezias..	1:000\$000	
11. Conservação da arborisação.....	2:000\$000	
12. Continuação da obra do Paço Municipal.....	16:000\$000	
13. Indemnisação aos prejudicados com arrumação de ruas e praças..	4:000\$000	
14. Calçamento de ruas e concertos de rampas.....	6:600\$000	
15. Conservação da estrada da colonia..	1:000\$000	
16. Aposentados.....	600\$000	
17. Eventuaes	2:500\$000	
18. Exercícios findos.....	\$	
19. Reposições e restituições.....	\$	
20. Para inscripções das ruas, praças, estradas e numeração de casas.....	1:000\$000	
		78:090\$000
Art. 3.º—Camara de Itacoatiara:		
§ 1.º Pessoal:		
Secretario..... Ordenado	1:000\$000	
Fiscal.....	400\$000	
Porteiro e administrador do cemiterio..	360\$000	
Procurador e fiscaes de fora 10 %....	\$	
2.º Custas judiciais, jury e eleições....	600\$000	
3.º Festa do culto divino e regosijo publico.....	100\$000	
4.º Expediente.....	300\$000	
5.º Illuminação publica da cidade.....	900\$000	
6.º Limpeza das ruas, praças e cemiterio	1:400\$000	
7.º Exercícios findos.....	2:762\$934	
		7:822\$934
Art. 4.º—Camara de Silves:		
§ 1.º Pessoal:		
Secretario..... Ordenado	300\$000	
Fiscal e administrador do cemiterio	120\$000	
Porteiro e continuo.....	96\$000	
Procurador e fiscaes de fora 10 %....	\$	
Aferidor 50 %.....	\$	
2.º Custas judiciais, jury e eleições....	300\$000	
3.º Festa do culto divino e regosijo publico	150\$000	
4.º Limpeza das ruas, praças e estradas.	300\$000	
		1:266\$000

	Transporte.....	1:266\$000
§ 5.º Reedificação da casa da camara municipal.....		2:000\$000
6.º Expediente.....		100\$000
7.º Compra de mobilia.....		150\$000
8.º Calçamento da capella do cemiterio.		200\$000
		3:716\$000
Art. 5.º—Camara da Conceição:		
§ 1.º Pessoal:		
Secretario..... Ordenado	500\$000	
Fiscal.....	360\$000	
Aferidor 50 %.....	\$	
Procurador e fiscaes de fora 10 %....	\$	
2.º Custas judiciais, jury e eleições....	100\$000	
3.º Expediente.....	100\$000	
4.º Festa do culto divino e regosijo publico	100\$000	
5.º Limpeza de ruas, praças, etc.....	300\$000	
6.º Eventuaes.....	100\$000	
7.º Reparo no edificio municipal.....	500\$000	
		2:060\$000
Art. 6.º—Camara de Vila-Bella da Imperatriz:		
§ 1.º Pessoal:		
Secretario..... Ordenado..	600\$000	
Gratificação	200\$000	800\$000
Fiscal	Ordenado.. 300\$000	
Gratificação	100\$000	400\$000
Administrador do cemiterio. Ordenado..		300\$000
Porteiro da camara.....		250\$000
Professor da escola nocturna. Gratificação		600\$000
Procurador e fiscaes de fora 10 %....		\$
2.º Compra de mobilia.....		400\$000
3.º Custas judiciais, jury e eleições....		600\$000
4.º Festa do culto divino e regosijo publico		150\$000
5.º Expediente.....		400\$000
6.º Limpeza de ruas, praças e estradas.		600\$000
7.º Idem da freguezia do Andirá.....		200\$000
8.º Concerto da camara e do cemiterio.		1:500\$000
9.º Para diligencias dos fiscaes.....		100\$000
10. Luz e accio da escola nocturna....		50\$000
11. Demolição, desapropriação e abertura de ruas.....		100\$000
Eventuaes		200\$000
		6:650\$000
Art. 7.º—Camara de Barcellos:		
§ 1.º Pessoal:		
Secretario..... Ordenado..	600\$000	
Gratificação	200\$000	800\$000
Fiscal e administrador do cemiterio	Ordenado.. 500\$000	
Gratificação	100\$000	600\$000
Porteiro e continuo..... Ordenado		250\$000
Procurador e fiscaes de fora 10 %....		\$
Aferidor 50 %.....		\$
2.º Custas judiciais, jury e eleições....		100\$000
3.º Expediente.....		100\$000
4.º Festa do culto divino e regosijo publico		100\$000
5.º Limpeza de ruas e praças da villa e freguezias.....		300\$000
6.º Idem de ruas novas.....		200\$000
7.º Concertos da cadeia.....		500\$000
8.º Coveiro do cemiterio, diaria.....		300\$000
9.º Guisamentos para a capella.....		50\$000
10. Compra de sinos e utensis.....		300\$000
11. Commemoração dos fieis defuntos..		50\$000
12. Eventuaes		300\$000
		3:950\$000

Art. 8.º—Camara de Cudajás:

§ 1.º Pessoal:	
Secretario..... Ordenado	500\$000
Fiscal e administrador do cemiterio	300\$000
Porteiro e continuo.....	200\$000
Procurador e fiscaes de fora 10 %.....	\$
2.º Limpeza de ruas, praças e do cemiterio.....	800\$000
3.º Abertura de novas ruas.....	500\$000
4.º Expediente e compra de um cofre..	650\$000
5.º Para começo do paço municipal....	1.000\$000
6.º Com uma cerca de pau a pique no cemiterio	400\$000
7.º Aluguel da casa em que funciona a camara	480\$000
8.º Gratificação a um coveiro.....	400\$000
9.º Eventuaes	200\$000
10. Aferidor 50 %.....	\$
	5.130\$000

Art. 9.º—Camara do Coarj:

§ 1.º Pessoal:	
Secretario..... Ordenado	600\$000
Fiscal e administrador do cemiterio.....	300\$000
Porteiro e continuo.....	200\$000
Procurador e fiscaes de fora 10 %.....	\$
Aferidor 50 %.....	\$
2.º Expediente.....	200\$000
3.º Festa do culto divino e regosijo publico	400\$000
4.º Custas judicias, jury e eleições....	400\$000
5.º Limpeza de ruas, praças e do cemiterio.....	300\$000
6.º Abertura de novas ruas.....	200\$000
7.º Para começo de uma casa para cadêa.	1.600\$000
8.º Aluguel da casa em que funciona a camara	480\$000
9.º Coveiro do cemiterio.....	200\$000
10. Eventuaes.....	400\$000
11. Divida passiva ao thesouro provincial	906\$042
	5.586\$042

Art. 10.—A camara de Teffé regular-se-ha em sua despesa pelo que lhe foi marcado na lei n.º 315 de 18 de maio de 1875.

TITULO II.**RENDAS MUNICIPAES.**

Art. 11.—As camaras municipaes farão arrecadar no exercicio de 1877 a 1878 as seguintes rendas:

§ 1.º Aferição de pesos e medidas.....	\$
§ 2.º Dous por cento do valor dos generos que sahirem do municipio, deduzidos dos preços das pautas da provincia e somente d'aquelles generos pertencentes á seus municipios.....	\$
§ 3.º Multa por infracção de leis e regulamentos	\$
§ 4.º Saldo dos exercicios anteriores.....	\$
§ 5.º Prestações e donativos.....	\$
§ 6.º Rendimento dos cemiterios.....	\$
§ 7.º Cobrança da divida activa.....	\$
§ 8.º Reposições e restituições.....	\$
§ 9.º Alvará de licença.....	4\$000
§ 10. Imposto sobre casas commerciaes fora dos povoados.....	20\$000
§ 11. Dito sobre canoas de regatão.....	50\$000
§ 12. Dito de dita de condução de pedra, areia e madeira.....	20\$000

§ 13. Dito sobre theatros, espectaculos não gratuitos.....	60\$000
§ 14. Dito sobre bilhar e qualquer jogo licito	60\$000
§ 15. Ditos sobre officinas, fabricas e torração de café.....	4\$000
§ 16. Dito sobre feitorias de salga de peixe.	2\$000
§ 17. Ditos sobre açougues fora do mercado.	10\$000
§ 18. Ditos sobre quitandas, botequins, boticas, drogarias e paderias, excepto nas freguezias.....	25\$000
§ 19. Imposto sobre hoteis.....	50\$000
§ 20. Dito sobre casas de pasto.....	25\$000
§ 21. Dito sobre lojas ambulantes, excepto aquellas cujo capital não exceda de 50\$000 e as de viveres.....	60\$000
§ 22. Dito por pessoa que vender joias de ouro, prata ou pedras preciosas pelas ruas das cidades, villas, freguezias e interior dos municipios.....	250\$000
§ 23. Dito sobre lojas ou casas commerciaes em que se venderem joias de ouro, prata ou pedras preciosas.....	100\$000
§ 24. Carroças de condução qualquer e de vender agua.....	30\$000
§ 25. Escriptorios de agentes de leilões e de commissões	20\$000
§ 26. Casas e lojas commerciaes em que se venderem seccos e molhados, ou ambos os generos a retalho; até 1:000\$000..	10\$000
Até 2:000\$000.....	20\$000
D'ahi para cima.....	30\$000
§ 27. Armazens.....	40\$000
§ 28. Imposto por pessoa empregada na extração de ovos e tartarugas nas praias do municipio	5\$000
§ 29. Dito por tirar esmollas, excepto as irmandades que tiverem compromissos approvados.....	50\$000
§ 30. Emolumentos sobre nomeação de comandantes de praias.....	25\$000
Emolumentos conforme a tabella annexa	\$

RENDA ESPECIAL DA CAMARA DA CAPITAL

§ 1.º Rendimento do mercado publico.....	\$
§ 2.º Dito do matadouro publico.....	\$
§ 3.º Fóros dos terrenos do patrimonio na razão de dous réis por metro quadrado no perimetro urbano e 1 réal fora delle	\$
§ 4.º Laudemio por traspasso dos ditos terrenos na razão de dous por cento do valor da venda d'elles.....	\$
§ 5.º Alinhamento dado nos terrenos particulares na cidade a razão de 400 réis por metro de frente para as ruas, travessas e estradas.....	\$
§ 6.º Um por cento do rendimento liquido dos leilões commerciaes.....	\$

Tabella dos emolumentos á que se refere o presente projecto de lei.

Por titulo de nomeação ou de aposentadoria.	5\$000
Apostilas nos mesmos titulos	3\$000
Por titulo de nomeação interina ou de vencimentos eventuaes.....	2\$000
Por termo de contracto a saber:	
De 100\$000 até 1:000\$000.....	2\$000
D'ahi para cima meio por cento do valor do contracto	\$
Por termo de fiança menos de aforamento de terreno de patrimonio	2\$000
Por despacho ou portaria de licença a empregados:	

Até 3 mezes com vencimentos.	2\$000
Até 6 com idem	6\$000
De mais de 6 mezes idem.	10\$000
Até 3 mezes sem vencimento.	1\$000
Até 6 idem idem idem.	2\$000
De mais de 6 idem idem idem	4\$000
Pelo registro de título do governo imperial excepto de cartas de naturalisação.	5\$000
Pelo registro de qualquer título que não tiver pago emolumento municipal.	1\$000

TITULO III.

DISPOSIÇÕES GERAES

Permanentes.

Art. 12.—As camaras municipaes ficão autorisadas, depois de processadas e reconhecidas as dividas de exercicios findos, feitas em virtude de disposições legislativas, a mandar effectuar o seu pagamento, dando conta a assembléa na sua primeira reunião.

Art. 13.—As camaras que tiverem patrimonio regularão os seus respectivos fóros e latifundios pelo que se acha estabelecido para a da capital.

Art. 14.—Continuam em vigor os arts. 13 da lei n.º 304 de 19 de maio de 1874 e 20 da de n.º 313 de 18 de maio de 1875.

Transitorias.

Art. 15.—Fica augmentado o credito do § 17 do art. 2.º da lei n.º 313 de 18 de maio de 1875 com a quantia de seis contos e quatro mil duzentos e trinta e oito réis 6:004\$238.

Art. 16.—Fica approvada a prorrogação do prazo concedido ao commendador Francisco de Souza Mesquita, empresario da obra do novo paço municipal.

Art. 17.—Revogão-se as disposições em contrario.

Sala das commissões da assembléa provincial, 5 de julho de 1877.—João Carlos Antony, João Carlos da Silva Pinheiro, Estevão José Ferraz.

Tomou o n.º 16 e teve a primeira leitura.

2.ª Parte.—Teve a terceira leitura e foi a imprimir o projecto n.º 15.

Foi approvado em 2.ª discussão o projecto n.º 14.

Fôrão approvadas as redacções dos projectos n.º 10 e 13.

Nada mais havendo a tratar se o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Segunda leitura do projecto n.º 16 e terceira discussão do de n.º 14.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amarim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 7 de Julho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze horas da manhã feita a cham da comparecem os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, Lisboa, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, Nery, dr. Dias dos Santos, Pinheiro, padre Torquato, Sympson e Gabriel, abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada.

Expediente

Dois officios do secretario do governo datados de 5 e sob n.º 21 e 23; o primeiro enviando para ser presente a assembléa, copia do officio do inspector da alfandega d'esta cidade ao do thesouro provincial, propondo que se harmonize com o systema da fazenda geraes os prazos para a arrecadação dos impostos provinciaes e copia do officio que a respeitó dirigio o inspector do thesouro ao presidente da provincia.—A commissão de fazenda.

O segundo communicando haver s. exc. sancionado as resoluções d'esta assembléa que foram remettidas em 4 do corrente.—Inteirada.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. dr. Dias dos Santos, lê e manda a meza o seguinte requerimento:

«Existindo na secretaria um parecer da commissão de poderes com despacho de ser formulado o respectivo projecto de lei sobre o objecto do requerimento do dr. Aprigio, requero que esses papéis sejam enviados a commissão actual para lhes dar o devido cumprimento, visto ter a commissão do anno passado cessado suas funções.—Sala das sessões, 7 de julho de 1877.—A. Dias dos Santos.»

Foi approvado.

A commissão de camaras, por intermedio de seu relator apresentou com permissão do sr. presidente, o seguinte parecer:

«A commissão de camaras, tendo examinado o conteúdo do officio do juiz de direito de Itacoatiara, é de parecer que não pode por enquanto ser attendida a exposição que faz o dito juiz acerca da necessidade de construir-se naquella cidade um predio destinado para cadeia civil, por quanto a receita municipal tem sido tão diminuta que escassamente comporta a despeza com o pessoal da camara.—Sala das commissões da assembléa provincial em Manaus, 7 de julho de 1877.—João Carlos Antony, João Carlos da Silva Pinheiro, Estevão José Ferraz.»

Ficou para entrar na ordem dos trabalhos.

2.ª Parte.—Teve a segunda leitura o projecto n.º 16, que orga a receita e fixa as despesas das camaras municipaes da provincia.

E' approvado em segunda discussão o projecto n.º 14, com a seguinte emenda a respectiva tabella:

«Um commandante, soldo 140\$000, exercicio 90\$000, expediente 30\$000, total 260\$000; um capitão, soldo 120\$000, exercicio 70\$000, total 190\$000; um tenente, soldo 100\$000, exercicio 65, total 165\$000; dois alferes, (cada um) soldo 90\$.00, exercicio 55\$000, total 145\$000.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 7 de julho de 1877.—O deputado, padre Daniel.»

Nada mais havendo a tratar se o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Terceira leitura do projecto n.º 16 (organamento municipal) e discussão do parecer da commissão de camaras sobre o officio do dr. juiz de direito da comarca de Itacoatiara.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza d'Amarim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 9 de Julho de 1877

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo feita a chamada comparecem os srs. Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, dr. Ramos Ferreira, Lisboa, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, dr. Dias dos Santos, Pinheiro, Sympson, padre Torquato, Gabriel e Souza Marques, abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente, foi approvada.

Expediente.

Uma proposta do commendador Antonio José Gomes Pereira Bastos, para estabelecer fabricas para artefactos de borracha:—A commissão de agricultura, commercio e artes.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. padre Daniel, relator da commissão de redacção, apresenta a do projecto n.º 14:—Fica para a ordem dos trabalhos.

A commissão de poderes, por intermedio do seo relator, e com permissão do sr. presidente, apresenta o seguinte parecer da mesma commissão:

«A commissão de poderes a cuja analyse forão submettidas as representações da associação commercial d'esta capital, e de diversos commerciantes, reclamando contra algumas das condições do contracto celebrado pela presidencia da provincia com Singlehursts, Broklehurst & C.ª em data de 3 de maio ultimo, para navegação entre esta cidade e alguns portos da Europa, depois de maduramente examinar a questão, compulsando todos os documentos concernentes a esta questão, entende que não compete a esta assembléa nem é conveniente alterar o mencionado contracto pelas razões que passa a expôr:

A lei n.º 347 de 24 de maio de 1876, autorizou a presidencia da provincia a celebrar novo contracto para a navegação directa entre esta provincia e alguns portos da Europa, com quem mais vantagens offerecesse, pela subvenção annual de 70:000\$000 e com a obrigação de montar nesta capital uma casa de grosso trato, ficando revogadas as disposições em contrario.

A mencionada presidencia em virtude d'esta authorisação celebrou o contracto, contra o qual reclamão os peticionarios, allegando que os vapores fazendo escala por alguns portos do litoral do imperio, é desvantajoso ao commercio, assim tambem a circumstancia de não ser obrigatoria a escala pelo Havre e Lisboa.

Por essas e outras razões entendem os peticionarios que o contracto é defeituoso, e imprime á navegação o caracter de cabotagem, em vez de directa.

A navegação de cabotagem é toda aquella que é feita sómente entre uns e outros portos do litoral do imperio, sendo pois sem fundamento o que allegão os reclamantes, porquanto o facto de fazerem os vapores escala por alguns portos do litoral, não lhe tira o caracter nem a denominação de directa, isto é de navegação para a Europa, porquanto vê-se pelo referido contracto que os vapores partirão de Liverpool com direcção a esta provincia, fazendo escala por Lisboa etc. O fim pois da lei está estabelecido, que é, pôr esta praça em communicação com a Europa por meio de navios que venhão a este e entros portos da provincia, estabelecer as communicações e o transporte de mercadorias directamente, isto é evitando as baldeações de mercadorias e malas no Pará, como antes da navegação era feito. Semelhante doutrina é pois inadmissivel, e para provar a improcedencia de semelhante reclamação basta dizer-se que no contracto celebrado em 19 de março de 1873 com Alexandre Paulo de Brito

Amorim, na clausula 1.ª é concedido a faculdade de tocarem os vapores nos portos do Maranhão, Pará e etc., e ninguem então ousou dizer que essa navegação era de cabotagem, nem que o contracto por esse facto estivesse fora da authorisação concedida a presidencia da provincia.

E demais não vê a commissão razão alguma para suppor que os navios tocando nos portos do imperio de que faz menção o contracto, possa isso trazer desvantagem alguma ao commercio, e antes crê que d'ahi ha de necessariamente vir resultados beneficos não só nas relações commerciaes que se estabelecerão entre elles, e esta provincia, recebendo o assucar, café e outros generos que aqui tem grande consummo, como será um incentivo para promover a vinda de braços sobretudo do Ceara, d'onde já está estabelecida uma quazi que corrente de emigração para esta provincia, que tanto carece de braços para o seu desenvolvimento. O fim da navegação não é somente auxiliar o commercio, ella tambem tem em vista promover outras fontes de progresso, e ninguem dirá que a emigração não é um elemento poderoso para desenvolver as fontes de riqueza que possui a provincia.

Se os vapores não são obrigados a tocarem todas as viagens pelos portos do Havre e Lisboa, não encherá a commissão em que possa ser isso prejudicial ao commercio, porque sómente em casos excepçionaes isso se dará e ainda assim é o contractante obrigado a fazer a sua custa o transporte de cargas, passageiros e malas.

A lei n.º 242 de 27 de maio de 1872 se tornou obrigatoria a escala por aquelles portos, é certo que, autorisara a despendar até a quantia de 90:000\$000 com essa navegação elevada a 100:000\$000 pela lei n.º 302 de 13 de maio de 1874, art. 14 § 7.º ao passo que o actual contractante apenas percebe 32:000\$000!

Tamanha differença em favor dos cofres da provincia, e na emergencia actual, seria motivo bastante poderoso em favor do contracto ultimamente celebrado.

Apezar de tudo a commissão tem a convicção firmada que a provincia auferirá maiores resultados deste contracto, do que auferio daquelle que tão oneroso era aos cofres do thesouro.

Este facto é motivo muito poderoso que ha de necessariamente calar no animo d'esta illustre assembléa, de cujo patriotismo não é dado duvidar na precaria situação financeira que atravessamos.

Passaremos agora a tratar da legalidade do contracto.

Entende a commissão que o presidente celebrando esse contracto, não exorbitou da authorisação que lhe foi concedida pela lei de 24 de maio de 1876.

Nem do espirito nem da letra se afastou a presidencia na pratica d'esse acto, e, desde que assim obrou, é o contracto hoje um facto consumado, e que não pode ser attendido por esta assembléa, sem ferir de frente as attribuições do poder executivo, e por tanto sem criar sérios conflictos, e quicá sem estabelecer direito ao contractante a fazer reclamações por perdas e damnos, que de certo levarão a provincia a uma deploravel situação.

Se a lei estabelecesse a condição de voltar o contracto a esta assembléa para ser approvado, o caso então mudaria de figura, e elle só teria execução depois de submettido a esta assembléa e por ella approvado, mas não estabeleceu isso, nada mais resta a esta assembléa fazer.

He preciso dizer para que fique bem claro quando haja quem possa pôr em duvida a argumentação que aqui deixamos produzida, aliás deficiente por nos faltarem luzes bastantes, que a idéa de que a lei n.º 242 de 27 de maio de 1872 acima citada ainda vigora, é erronea, porquanto posteriormente pelo art. 3.º da lei n.º 347 de 24 de maio de 1876, ficão revogadas todas as disposições em contrario, e por tanto sem effeito al-

gum excepto quanto a condição de estabelecer n'esta capital um armazem de grosso trato, como se vê do § 2.º do art. 2.º da mencionada lei.

A vista do exposto só resta um unico meio regular para esta assembléa attender em parte as reclamações alludidas, que a commissão, parece, poder ser posto em pratica sem affectar interesses do contractante e sem ir crear embarços que não poderão ser removidos, desde que muito legalmente, a elles se antepozem a intervenção de um poder independente, qual é o executivo.

A commissão se propõe este alvitre é sómente porque com uma pequena despesa pode ser satisfeita aquella conveniência que apontão os reclamantes, e não porque esteja convencida da necessidade d'ella, nem que o contracto por esse lado possa ser atacado.

Submette pois a consideração d'esta assembléa o seguinte projecto:

Art. 1.º—O presidente da provincia fica autorizado a innovar o contracto celebrado em 3 de maio ultimo com Singlehurst, Broklehurst & C.ª para a navegação entre esta provincia e alguns portos da Europa, afim de tornar obrigatoria a escala pelos portos do Havre e Lisboa.

Art. 2.º—Para o fim indicado, é o mesmo presidente autorizado a augmentar a subvenção até a quantia de 4:000\$000 annualmente.

Art. 3.º—Revogão-se as disposições em contrario.

Sala das commissões da assembléa provincial do Amazonas, 3 de julho de 1877.—Os deputados, padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, Antonio Dias dos Santos, vencido; Barão de S. Leonardo.

Tomou o n.º 17 e teve a primeira leitura.

O sr. padre Daniel pede para que a redacção do projecto n.º 14 seja discutida e votada na segunda parte da ordem do dia da presente sessão:—Foi concedido.

O sr. Sympon, relator da commissão de fazenda, pede permissão e lê o seguinte projecto:

Orçamento provincial.

A commissão de fazenda a quem forão entregues diversos documentos relativos a finanças da provincia, examinando-os com attenção, é de parecer que se adopte o seguinte projecto de lei:
A Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, decreta:

TITULO I

DA DESPEZA

Art. 1.º—A despesa provincial para o exercicio de 1877 a 1878 é fixada em 393:464\$326 réis.

Art. 2.º—O presidente da provincia fica autorisado a despende a referida quantia pela seguinte forma:

CAPITULO I

Art. 3.º—Corpo legislativo provincial:

- | | |
|---|-------------------|
| § 1.º Subsídio aos membros d'assembléa e ajuda de custo na forma da lei n.º 284 de 25 de abril de 1874 e lei 340 de 26 de abril de 1876. | 13:000\$000 |
| § 2.º Vencimento do pessoal da secretaria, conforme a tabella annexa. | 5:500\$000 |
| § 3.º Expediente, actos religiosos, impressões de annaes, outros trabalhos e despesas miudas. | 5:000\$000 |
| | <hr/> 23:500\$000 |

Art. 4.º—Secretaria da presidencia:

- | | |
|--|-------------------|
| § 1.º Vencimento do pessoal da secretaria na forma do § 1.º do art. 4.º da lei n.º 329 de 25 de maio de 1875 e art. 20 da de n.º 350 de 24 de maio de 1876. | 21:760\$000 |
| § 2.º Expediente, impressões e despesas miudas. | 4:000\$000 |
| | <hr/> 25:760\$000 |

Art. 5.º—Instrucção publica:

- | | |
|---|--------------------|
| § 1.º Vencimento dos empregados e professores na forma da tabella annexa a lei n.º 221 de 22 de maio de 1871, sem prejuizo da classificação feita pelo regulamento em vigor. | 67:800\$000 |
| § 2.º Aluguel de casas para escolas. | 6:720\$000 |
| | <hr/> 74:520\$000 |
| § 3.º Prestação ao seminario episcopal de S. José a saber:
Sustento e ensino a doze meninos pobres filhos da provincia. | 4:320\$000 |
| § 4.º Gratificação ao reitor. | 600\$000 |
| | <hr/> 4:920\$000 |
| § 5.º Expediente da directoria da instrucção publica. | 300\$000 |
| § 6.º Compra de utensilios para as escolas e concertos de moveis. | 1:000\$000 |
| § 7.º Subsídio aos estudantes:
José Antonio Rodrigues Pará. | 1:200\$000 |
| Lauro Baptista Bitten-court. | 1:200\$000 |
| Antonio Gomes Correia de Miranda. | 800\$000 |
| Manuel de Azevedo da Silva Ramos. | 800\$000 |
| João Coelho de Miranda. | 500\$000 |
| Quintino de Sá Cardozo. | 240\$000 |
| | <hr/> 134:740\$000 |

Art. 6.º—Culto publico:

- | | |
|---|------------------|
| § 1.º Com a festa da Semana Santa na capital. | 400\$000 |
| Esta quantia será entregue ao encarregado da festa, que prestará conta no thesouro provincial. | |
| § 2.º Guisamentos e alfaias as matrizes do interior, cujas fabricas não compo-tarem essas despesas—não excedendo o guisamento de 120\$ annuaes a cada uma. | 2:000\$000 |
| | <hr/> 2:400\$000 |

Art. 7.º—Cathetese e civilisação de indios:

- | | |
|---|------------|
| § Unico. Gratificação a frei Samuel Mancini. | 1:200\$000 |
|---|------------|

Art. 8.º—Saude e caridade publica:

- | | |
|---|------------|
| § 1.º Tratamento dos presos pobres, colonos, indigen-tes recolhidos a enfermaria por ordem da presidencia. | 3:000\$000 |
| § 2.º Tratamento dos elephan-tiacos, inclusive 2:000\$ | |

para melhoramento da casa que serve de enfermaria.	6:000\$000	
§ 3.º Luz para as cadeas, sustento e vestuario dos presos pobres	10:000\$000	19:000\$000

Art. 9.º—Obras publicas:

§ 1.º Vencimento dos empregados da directoria, conforme o § 1.º do art. 9.º da lei n.º 329 de 25 de maio de 1875.	7:800\$000	
§ 2.º Expediente	300\$000	
§ 3.º Com a continuação da edificação do hospital de caridade	12:000\$000	
§ 4.º Reparos dos proprios provinciaes	3:000\$000	
§ 5.º Idem da igreja matriz da villa da Conceição	2:000\$000	
§ 6.º Idem com a capella de S. Sebastião desta capital	1:000\$000	
§ 7.º Idem a igreja matriz de Tauapessassu.	500\$000	26:600\$000

Estes concertos serão feitos com a assistencia fiscal de um engenheiro desta repartição.

Art. 10.º—Repartição da fazenda provincial:

§ 1.º Vencimento dos empregados do thesouro	25:758\$000	
§ 2.º Idem dos da recebedoria	11:240\$000	
§ 3.º Expediente do thesouro	2:000\$000	
§ 4.º Idem da recebedoria	1:000\$000	
§ 5.º Vencimentos a 7 guardas conferentes da recebedoria e collectorias	2:800\$000	42:798\$000
§ 6.º Porcentagens aos empregados da recebedoria e collectorias nos termos da tabella da presidencia de 30 de dezembro de 1876.	\$	\$

Art. 11.º—Aposentados:

§ Unico. Vencimentos dos empregados aposentados.	22:005\$726	
--	-------------	--

Art. 12.º—Força provincial:

§ Unico. Com a guarda policial	15:000\$000	
--	-------------	--

Art. 13.º—Diversas despesas:

§ 1.º Illuminação da capital	49:040\$600	
§ 2.º Subvenção a Amazon Steam Navigation Company Limited.	58:000\$000	
§ 3.º Com a navegação directa	32:000\$000	
§ 4.º Apreensão e condução de presos de justiça	1:500\$300	
§ 5.º Gratificação ao carcereiro da cadeia da capital	800\$000	
§ 6.º Idem da de Itacoatiara	240\$000	
§ 7.º Auxilio para a edificação da cadeia civil da cidade de Itacoatiara	1:000\$000	
§ 8.º Premio a Diogo José de Souza na forma do § 2.º do art. 1.º da lei n.º 334 de 16 de maio de 1872.	100\$000	
§ 9.º Eventuaes	8:000\$000	124:680\$600
§ 10. Reposições e restituições	\$	

Art. 14.º—Divida passiva:

§ Unico. Amortisação dos juros de 10.º ao anno das apolices emittidas no valor de 51:100\$000.	5:110\$000	
	393:464\$623	

TITULO II**DA RECEITA PROVINCIAL**

Art. 15.—A receita provincial para o exercicio de 1877 a 1878 é fixada em réis 639:269\$000, será proveniente das imposições especificadas nos paragraphos seguintes, que o presidente da provincia fará arrecadar no referido exercicio, e dos saldos dos exercicios anteriores.

CAPITULO II**EXPORTAÇÃO**

§ 1.º Doze por cento sobre o valor official da borracha de qualquer forma fabricada e do guaraná que se exportar	\$	
§ 2.º Dez por cento sobre outros quaesquer generos, excepto a madeira.	\$	

INTERIOR

§ 3.º 25.º sobre o consumo d'aguardente e qualquer outra bebida alcoolica fabricada no imperio, ficando isenta a que fór fabricada na provincia	\$	
§ 4.º 5.º na compra e venda de embarcações	\$	
§ 5.º Imposto sobre armazem de fazendas, ou de molhados, por grosso ou atacado.	100\$000	
§ 6.º 10.º sobre lojas de fazendas a retalho, ou tabernas, segundo os seus fundos.	\$	
§ 7.º Imposto sobre as casas de drogarias ou pharmacias da capital	60\$000	
§ 8.º Idem por escriptorios de commissões e despachos	30\$000	
§ 9.º Idem por escravos vendidos para fóra da provincia, menos o que fór em companhia de seu senhor	100\$000	
§ 10. Idem por casa de pasto ou hotel na capital	25\$000	
§ 11. Idem por profissão de advogado	25\$000	
§ 12. Idem por casa de commercio em que se vender drogas, ou medicamentos, onde houverem pharmacias ou drogarias	40\$000	
§ 13. Idem por casas commerciaes que venderem joias de ouro, prata e pedras preciosas	150\$000	
§ 14. Idem por lojas d'afaiate	10\$000	
§ 15. Idem por casas de negocios que venderem roupa feita	20\$000	
§ 16. Idem por casa de bilhar, ou outros quaesquer jogos licitos	50\$000	
§ 17. Idem por lojas ambulantes, ou taboleiros de fazendas	60\$000	
§ 18. Idem sobre canoas, ou barco movido a vapor empregado no commercio de regatão	150\$000	
§ 19. Idem por lojas ambulantes que venderem joias de ouro, prata, pedras preciosas, plaqué, cobre e latão pelas ruas das cidades, villas e freguezias, fora dos povoados e em canoas de regatão	400\$000	
§ 20. 2.º da sisa dos bens de raiz, vendidos em praças judicial ou em leilão.	\$	

§ 21. 1.º sobre o valor dos moveis vendidos em leilão	§
§ 22. 1.º por leilão commercial	§
§ 23. Imposto por loja de qualquer natureza fora dos povoados	50\$000
§ 24. Idem por padarias e açougues nas cidades	20\$000
§ 25. Idem por folha corrida	2\$000
§ 26. Idem sobre canôas empregadas em condução de pedra, madeira, areia e lenha na capital	20\$000
§ 27. Idem sobre carroça de condução	20\$000
§ 28. Idem sobre catraias empregadas no embarque e desembarque de pessoas, ou objectos	20\$000
Exceptuão-se os vehiculos e embarcações de uzo particular.	
§ 29. 4.º do valor de insinuação de doação maior de 360\$000	§
§ 30. 10.º de heranças e legados inclusive o uzo fructo e 20.º quando os herdeiros collateraes do 3.º grão em diante, contado segundo o direito canonico, adhirem as heranças ab-intestato, excepto as que adhirem ascendentes e descendentes	§
§ 31. 2.º sobre o valor das fianças criminaes	§
§ 32. 10.º sobre o valor da compra e venda de escravos	§
§ 33. 7.º sobre o provimento de empregos provinciaes, inclusive o de commandante e officiaes da guarda policial, salvo os substitutos natos	§
§ 34. Rendimento dos proprios provinciaes	§
§ 35. Productos da venda de objectos da provincia e dos proprios em que funccionava o estabelecimento de educandos artifices	§
§ 36. Multa por infracções de leis e regulamentos	§
§ 37. Idem por infracção das clausulas dos contractos provinciaes	§
§ 38. Emolumentos de titulos e outros papeis passados pelas repartições provinciaes, menos na parte relativa as comedorias das passagens d'estado	§
§ 39. Imposto sobre lojas de joias especialmente	200\$000
§ 40. Cobrança da divida activa	§
§ 41. Imposto sobre lojas de sapateiro que vender calçado estrangeiro	10\$000
§ 42. Idem sobre as casas de negocios que tambem venderem calçado estrangeiro	20\$000
§ 43. Idem sobre cada 14.688 grammas de tabaco importado para consumo	5\$000
§ 44. Idem por fabrica de sabão	20\$000
§ 45. Idem por lojas de barbeiro, relojoaria, officina de ourives, funilaria, ferraria e marceneiro	5\$000
§ 46. Idem por deposito de lenha exposta a venda para consumo dos vapores	8\$000
§ 47. Idem sobre casas que venderem polvoras e fogos d'artificios nas fabricas ou depositos para isso destinados	30\$000
§ 48. Idem por depositos fluctuantes que receberem generos ou mercadorias	40\$000
§ 49. 2.º sobre transferencias de accões de quaesquer companhias ou empresas	§
§ 50. 1/2.º sobre o valor de hypotheca de qualquer especie	§
§ 51. Por fianças provisórias	5\$000
§ 52. Por cartorios de escrivães e tabelliaes inclusive os de registro de hypotheca	30\$000

§ 53. Imposto por licença para tirar esmolas 60\$000
Exceptuão-se as irmandades de compromisos, e as commissões de obras de igrejas.

EXTRAORDINARIAS

§ 54. Productos de rendas não classificadas.
§ 55. Premios e donativos.
§ 56. Restituições, reposições e alcances.
§ 57. Bens do evento.
§ 58. Auxilio concedido pelo governo imperial para a guarda policial.

TITULO III

DISPOSIÇÕES GERAES

CAPITULO III

Art. 16.—Continuão em vigor os arts. 5.º da lei n.º 271 de 26 de maio de 1873 e 18 de n.º 329 de 25 de maio de 1875.

Art. 17.—Fica revogado o art. 29 do regulamento n.º 30 de 30 de setembro de 1875, que permite a criação de guardas supranumerarios e creados mais tres lugares de guardas conferentes, sendo um para a collectoria de Silves, um para a de Maués, ou villa da Conceição e um para a de Villa-Bella.

Art. 18.—O presidente da provincia é autorisado:

§ 1.º Reformar a secretaria da presidencia e a repartição das obras publicas, no sentido de reduzir as despesas que se faz com estas repartições.

§ 2.º A indemnizar a despeza feita pelo dr. João Carlos Antony, com a commissão de que foi incumbido para o estabelecimento de uma casa bancaria nesta capital, de que trata a lei n.º 345 de 16 de maio de 1876 avista do relatorio que o referido dr. apresentar ou tiver apresentado.

§ 3.º A mandár abonar aos empregados, que tomarem as contas dos responsaveis em suas casas e fora das horas do expediente, uma gratificação, que não exceda de 300\$000, sendo dous terços para o tomador e um terço para o revisor das contas dos thesoureiros e collectores.

Art. 19.—O ensino dado no seminario aos meninos pobres, por conta da provincia é sujeito a immediata fiscalisação do presidente da provincia e do director da instrucção publica, sob pena de perda da subvenção votada nesta lei.

Art. 20.—O art. 26 da lei n.º 138 de 1.º de agosto de 1865 é revogado na parte relativa a substituição do collector pelo agente, devendo ser d'ora em diante pelo escrivão que é seu substituto nato.

Art. 21.—Fica expressamente prohibida a aceitação de letras a favor de credores da fazenda provincial.

Art. 22.—Revoga-se a lei n.º 349 de 24 de maio sem prejuizo das apolices já emittidas.

Art. 23.—As companhias subvencionadas e empresas particulares são obrigadas a dar passagem de 1.º classe e comedorias aos guardas conferentes que embarcarem nos seus vapores em serviço do fisco.

Art. 24.—Fica approvedo o augmento de credito do § 1.º do art. 8.º feito por portaria da presidencia de 12 de março de 1877.

Art. 25.—Ficão supprimidos os lugares de official, um amanuense e de continuo da secretaria da assembléa, creados pela lei n.º 359 de 29 de maio de 1876 e de nenhum effeito as nomeações feitas em virtude della.

Art. 26.—E' revogada a lei n.º 345 de 16 de maio de 1876, que autorizou o presidente da provincia a promover o estabelecimento de uma casa bancaria.

Art. 27.—O presidente da provincia é autorisado a innovar o contracto da navegação directa feito com

Singlehurst, Broklehurst & C.^a, no sentido de tornar obrigatória a entrada nos portos do Havre e Lisboa na vinda e volta dos vapores e obter que o empresario prescindia dos pontos de escala, que lhe é permitido fazer nas costas do Brazil, podendo despendir com esta alteração até a quantia de 4:030\$000 réis annuaes.

Art. 28.—Revogão-se as disposições em contrario.

Sala das commissões da assemblea, legislativa provincial do Amazonas em Manaós, 9 de julho de 1877.

—Os deputados: Pedro Luiz Sympson, Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, Pedro de Souza Marques.

Toma o n.º 18 e tem a primeira leitura.

2.ª Parte.—Tem a terceira leitura o projecto n.º 16 e vai e imprimir.

O sr. Pinheiro pede dispensa dos interstícios para este projecto:—Foi concedido.

E' approvedo o parecer da commissão de camaras sobre o officio do dr. juiz de direito da comarca de Itacoatiara.

E' igualmente approvada a redacção do projecto n.º 14.

E nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão, dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Segunda leitura dos projectos n.ºs 17 e 18.

E para constar se lavra esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 10 de Julho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. VICE-PRESIDENTE P. DANIEL.

As horas do estylo feita a chamada, comparecem os srs. padre Daniel, Amorim, Lisboa, Ferraz, Tapajós, Sympson, Nery da Fonseca, dr. Dias dos Santos, Souza Marques, Pinheiro, padre Torquato e Gabriel, abre-se a sessão.

Não é lida a acta da anterior.

Expediente.

Um officio do secretario do governo da provincia de 9 do corrente sob n.º 24, enviando para serem apresentados a assemblea cinco demonstrações dos creditos necessarios para effectuar-se o pagamento de despesas autorizadas no exercicio de 1876 a 1877:—A commissão de fazenda.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—O sr. deputado Lisboa, lê e manda a meza o projecto seguinte:

«No intuito de promover quanto ser possa a instrucção na provincia, cujo estado lastimoso é palpavel, devido já a legislação deficiente que a rege, já por sua má direcção, offereço a consideração desta assemblea, o seguinte projecto:

A Assembléa Legislativa Provincial, decreta:

Art. 1.º E' livre nesta provincia o ensino primario e secundario, podendo qualquer pessoa nacional ou estrangeira leccionar sem outra obrigação mais do que a de ministrar ao director da instrucção os dados estatísticos de sua escola no fim de cada anno escolar.

§ Unico. O professor de escola ou director de collegio particular, que não cumprir a obrigação que lhe é imposta neste art., sera multado em 30\$000, e na reincidencia em 60\$000, pelo director da instrucção publica, com recurso para o presidente da provincia.

Art. 2.º E' obrigatoria a instrucção primaria nesta provincia para os menores de um e outro sexo, que contarem de 6 a 12 annos de idade, salvo os que estiverem phisica e moralmente impossibilitados, incorrendo seus paes, tutores, curadores e todas aquellas pessoas em poder e guarda de quem se acharem, na multa de 5\$ a 20\$, não os trazendo matriculados com frequencia em alguma escola publica ou particular, ou aprendendo no proprio domicilio as materias consecutivas do ensino primario.

Art. 3.º Para effeito deste art. o juiz de paz do districto, com um professor primario designado pelo director da instrucção e mais um vereador designado pela camara municipal, na primeira domingo de dezembro de cada anno, procederá o arrolamento dos menores de um e outro sexo, em idade, escolar, declarando na casa das observações em poder de quem se acham, e são ou não desvalidos.

§ 1.º O arrolamento será feito o mais tardar em 90 dias e remetido ao director da instrucção publica.

§ 2.º Nos districtos onde não houver camara municipal será o arrolamento feito pelo juiz de paz, inspector parochial e o agente fiscal da camara municipal.

Art. 4.º No caso de haverem desvalidos no districto o director da instrucção publica remetterá um rol dos que se acharem nestas circumstancias ao juiz de orphãos do respectivo termo para prover de educação dos mesmos, na forma da legislação orphanologica.

Art. 5.º Incorrerá na multa de 90\$ pelas faltas e omissões que commetter a commissão encarregada do arrolamento, que será dividida entre seus membros, com o recurso do § unico do art. 1.º.

Art. 6.º As multas serão cobradas executivamente pelo procurador da fazenda provincial, á quem o director remetterá copia do termo com os esclarecimentos precisos.

Art. 7.º A fazenda provincial fornecerá o necessario para o arrolamento, não excedendo a quantia de 300\$ para toda a provincia.

Art. 8.º E' espressamente incompativel o emprego de professor publico do ensino primario e secundario com outro, quer de nomeação geral ou provincial; salvo os que lhe venha de eleição popular.

§ Unico. No caso do professor aceitar a nomeação de outro emprego, entende-se que tem renunciado o magisterio.

Art. 9.º Revogam-se todas as disposições em contrario.

Paço da assemblea legislativa provincial do Amazonas, 10 de julho de 1877.—S. R.—O deputado, Silva Lisboa.»

Toma o n.º 19 e tem a primeira leitura.

2.ª Parte.—Segunda leitura dos projectos n.ºs 17 e 18.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Terceira leitura dos projectos n.ºs 17 e 18; primeira discussão do de n.º 16 e segunda leitura do de n.º 19.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 11 de Julho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze horas reunidos os srs. deputados, Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, Lisboa, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, Nery da Fonseca, Pinheiro, padre Torquato e Gabriel, abre-se a sessão. São lidas e approvadas as actas das sessões de 9 e 10.

Não houve expediente.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—Nada occorreu.

2.^a Parte.—Tem a segunda leitura o projecto n.º 19, que foi julgado objecto de deliberação e terceira os de n.ºs 17 e 18 que vão a imprimir.

Foi approvado em primeira discussão o projecto n.º 16, que orça a receita e fixa as despesas das camaras municipaes da provincia para o exercicio de 1877 a 1878.

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.^a Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.^a Parte.—Terceira leitura do projecto n.º 19; primeira discussão do de n.º 15 e segunda do de n.º 16.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 12 de Julho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo presentes os srs. deputados, Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, dr. Ramos Ferreira, padre Daniel, Lisboa, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, Sympson, Nery da Fonseca, dr. Dias dos Santos, Souza Marques, Pinheiro, padre Torquato e Gabriel, abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada.

Não houve expediente.

Ordem do dia

1.^a Parte.—O sr. Ferraz fundamenta e manda a meza a seguinte indicação:

«Indico, que se nomeie uma commissão de cinco membros para felicitar o exm. sr. dr. Agésilao Pereira da Silva, presidente d'esta provincia, por haver inectado a sua administração com honra, illustração e patriotismo, e assim ir caminhando na governança com sinceros applausos d'esta assembléa.—Paço da assembléa, 12 de julho de 1877.—O deputado, Estevão José Ferraz.»

Foi approvado.

O sr. presidente nomea a commissão, que fica composta dos srs. Ferraz, padre Daniel, Nery da Fonseca, Gabriel e Sympson.

O mesmo sr. Ferraz pede despesa dos interstícios para o projecto n.º 17.—Foi concedido.

2.^a Parte.—Tem a terceira leitura o projecto n.º 19 que vai a imprimir.

E' approvado em primeira discussão o projecto n.º 15.

Tambem é approvado em segunda discussão o pro-

jecto n.º 16, com as seguintes emendas, additivo e substitutivo:

«Depois das palavras 1875, accrescente-se: que é do theor seguinte:—§ 1.º Pessoal, secretario, ordenado 1:200\$000, gratificação 400\$000, 1:600\$000; fiscal, ordenado 480\$000; porteiro e continuo, ordenado 240\$; procurador e fiscal de fora 10.º; aferidor 50.º; administrador do cemiterio, ordenado 300\$; capellão do mesmo, gratificação 300\$000; sacristão, gratificação 120\$000; dous coveiros, gratificação 240\$000.—§ 2.º Festas do culto divino e regosijo publico 200\$000.—§ 3.º Comemoração dos fieis defuntos 100\$000.—§ 4.º Limpeza de ruas, praças e cemiterio 400\$000.—§ 5.º Ditos das freguezias do municipio 200\$000.—§ 6.º Custas judiciais, jury e eleições 1:200\$000.—§ 7.º Illuminação publica da cidade 1:500\$000.—§ 8.º Expediente 400\$000.—§ 9.º Indemnisação a camara da capital das despesas feitas com o sustento e vestuario dos presos pobres deste municipio, nos exercicios de 1870-1871 até 1873-1876, 7:896\$140.—§ 10. Eventuaes 500\$000; somma réis 16:150\$140.—Paço da assembléa em sessão, 12 de jul.º de 1877.—*João Carlos Antony*, *João Carlos da Silva Pinheiro*, *Estevão José Ferraz*.»

«Art. As camaras municipaes das villas de Borba e Manicoré, logo que forem inauguradas, regularão suas despesas no corrente exercicio de 1877 a 1878 conforme está marcado no art. 7.º para a villa de Barcellos, exceptuando os §§ 7, 8, 9, 10 e 11.—Paço da assembléa provincial do Amazonas, 12 de julho de 1877.—Os deputados, *Torquato* e *Pedro Sympson*.»

Foi regeitada a seguinte emenda:

«Renda especial—Emenda. § 3.º Foros dos terrenos do patrimonio na razão de 40 réis por metro linear contado só na frente.—Paço da assembléa provincial do Amazonas, 12 de julho de 1877.—O deputado, *Ribeiro*.»

Durante a discussão orarão os srs. Gabriel, dr. Antony, dr. Ramos Ferreira, Sympson e Amorim.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia

1.^a Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.^a Parte.—Primeira discussão do projecto n.º 17 e terceira do de n.º 16.

E para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 13 de Julho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo feita a chamada comparecem os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, dr. Gustavo, dr. Antony, Tapajós, Souza Marques, Pinheiro, padre Torquato, Nery da Fonseca e Gabriel, abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente, foi approvada depois das observações do sr. Gabriel.

Expediente.

Dois officios do secretario do governo de 11 do corrente sob n.ºs 25 e 26.

O primeiro remettendo diversos papeis relativos ao calçamento da capital e o pedido do credito preciso para o pagamento.—A commissão de fazenda.

O segundo enviando para ser presente a assembléa

afim de tomar na devida consideração o officio da camara municipal de Cudajás, acompanhado d'uma representação dos moradores d'aquella villa sobre a lei que alterou seus limites:—A commissão de estatística.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—Nada occorreo.

2.^a Parte.—Foi approvado o projecto n.º 17 em primeira discussão, tendo orado os srs. Gabriel, dr. Ramos Ferreira, Ferraz e padre Daniel.

Passou em terceira discussão o projecto n.º 16, que orça a receita e fixa a despesa das camaras municipais da provincia, com as emendas approvadas em segunda discussão e mais a seguinte.

«No § 28. Em lugar de 5\$000, diga-se 2\$000.—Paço da assembléa provincial, 13 de julho de 1877.—O deputado, padre Daniel.»

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.^a Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.^a Parte.—Primeira discussão do projecto n.º 18 e segunda dos de n.ºs 15 e 17.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amarim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 14 de Julho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As onze e meia horas da manhã presentes os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, dr. Ramos Ferreira, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, Sympson, Nery da Fonseca, Pinheiro, padre Torquato e Gabriel, abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente, foi approvada.

Expediente.

Dois officios do secretario do governo, de 13, sob n.ºs 27 e 28.

O primeiro remettendo para ser presente a assembléa, afim de resolver como entender melhor, sobre o pagamento da impressão do relatório com que o ex-presidente da provincia Antonio dos Passos Miranda abriu as sessões d'esta assembléa no anno passado:—A commissão de fazenda.

O segundo communicando haver s. exc. designado o dia 16 do corrente ao meio dia para em seo palacio receber a commissão que por parte da assembléa o vae felicitar:—Inteirado.

Um requerimento de Antonio Augusto Alves, liquidatario da extincta companhia Fluvial do Alto Amazonas, pedindo o pagamento da quantia de 3:500\$000 que ficou a provincia devendo da segnda viagem da quinta linha, feita em abril de 1874:—A commissão de fazenda.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—O sr. Sympson lê e manda a meza o seguinte projecto:

«Sendo inexequivel diversas leis existentes na collecção porque a maior parte d'ellas autorizão despezas que, actualmente, a provincia não pode fazer e outras concedem favores que por sua natureza caducaram,

tenho a honra de apresentar a consideração desta assembléa o seguinte projecto:

A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, decreta:

Art. Unico.—Ficção revogadas as leis n.ºs 239, do anno 1872; 255, 256, 260, 275 e 280, de 1873; 290, 297, de 1874; 319, 321, de 1875; e 337 de 1876.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas em Manáos, 13 de julho de 1877.—O deputado, Pedro Luiz Sympson.»

Tomou o n.º 20 e teve a primeira leitura.

O sr. padre Daniel, relator da commissão de poderes com permissão do sr. presidente, lê o seguinte parecer da mesma commissão:

«A commissão de poderes a quem foi presente o requerimento do fiscal do segundo districto da camara municipal desta cidade, Raymundo da Silva Moia, tendo em consideração os documentos que apresentou e a informação da mesma camara, é de parecer que esta assembléa adopte o seguinte projecto:

A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, decreta:

Art. Unico.—A camara municipal desta cidade é autorizada a conceder ao fiscal do segundo districto seis mezes de licença com seus vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Sala das commissões, 14 de julho de 1877.—Os deputados, Daniel Pedro Marques de Oliveira, Barão de S. Leonardo.»

Toma o n.º 21 e teve a primeira leitura.

O sr. Sympson pede dispensa dos intersticios para as discussões do projecto da lei do orçamento provincial:—Foi-lhe concedido.

2.^a Parte.—Foi approvado em segunda discussão o projecto n.º 15, com as seguintes emendas:

«No § 2.º do art. 1.º depois da palavra reuniões, diga-se:—de regosijo particular—e elimine-se o resto.—Paço da assembléa, 14 de julho de 1877.—O deputado, Amorim.»

«Emenda ao § 10 do art. 1.º do projecto n.º 15:—Elimine-se este §.—Paço da assembléa, 14 de julho de 1877.—O deputado, Amorim.»

«Emenda ao art. 1.º do projecto n.º 15:—Elimine-se o § 3.º.—Paço da assembléa, 14 de julho de 1877.—O deputado, Ferraz.»

«Art. additivo ao projecto n.º 15. Emenda ao art. 44 do regimento: Na falta de algum dos membros nomeados para as commissões permanentes, servirão em seo lugar os que se lhes seguirem na ordem da votação.—Paço da assembléa legislativa provincial, 14 de julho de 1877.—Amorim.»

Art. additivo ao projecto n.º 15: Substitua-se o art. 57 do regimento, pelo seguinte: Art. Se algum deputado tiver de ausentar-se deixando o seo exercicio na assembléa pedir-lhe-ha por escripto a necessaria dispensa, para que seja differido, como for de justiça, e obtida ella, vencerá o subsidio, em caso contrario, se o deputado se retirar sem a dispensa não perceberá o respectivo subsidio.—S. R.—Paço da assembléa, 14 de julho de 1877.—O deputado, padre Daniel.»

Foi regeitada a seguinte emenda ao art. 1.º do projecto n.º 15:

«No final do § 8.º diga-se trez dias em lugar de cinco dias.—Paço da assembléa, 14 de julho de 1877.—O deputado, Ferraz.»

Durante a discussão orarão os srs. Amorim, dr. Ramos Ferreira, padre Daniel, Braule Pinto, Ferraz e Gabriel.

Tambem forão approvados em segunda discussão o projecto n.º 17 e em primeira o de n.º 18, (orçamento provincial).

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.^a Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.^a Parte.—Segunda leitura dos projectos n.º 20 e 21; segunda discussão do projecto n.º 18 e terceira do de n.º 17.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barbosa de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 16 de Julho de 1877

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo presentes os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, padre Daniel, Lisboa, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, dr. Canavarro, Sympson, Souza Marques, Nery, Pinheiro, padre Torquato, Barão de S. Leonardo e Gabriel, abre-se a sessão.

E' lida e approvada a acta da antecedente.

Não houve expediente.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—O sr. Sympson, relator da comissão de agricultura, obtendo permissão, apresenta o seguinte parecer da mesma comissão:

«A comissão de agricultura, commercio, artes e navegação, tendo estudado a pretensão em que insiste o commendador Antonio José Gomes Pereira Bastos, do Rio de Janeiro, de fundar nesta provincia uma, ou mais fabricas para o beneficiamento, purificação, vulcanização e fabricação de artefactos de gomma elastica extrahida de seringa, ou de outras quaesquer plantas semilares, colonias e escolas agricolas, etc., mediante diversas concessões que, como compensação, quer que a provincia lhe faça, entre as quaes sobresaem: isenção por quarenta annos de quaesquer impostos provinciales e municipaes creados, ou que de futuro forem estabelecidos, quer sobre os edificios, officinas, fabricas, trapiches, armazens, ou outras quaesquer construcções da empresa, quer sobre a gomma elastica beneficiada, purificada, vulcanizada, ou convertida em artefactos, que fór exportada para dentro ou fora do imperio e até o da borracha em bruto, etc., e certificando-se que uma tal proposta é absolutamente prejudicial aos interesses da fazenda provincial e da população por ser esta uma industria conhecida e vantajosamente exercida no Amazonas—sem onus algum para a provincia, pelo que já foi a dita proposta duas vezes regeitada por esta assembléa: é de parecer que seja indeferida a petição que n'este sentido apresentou o referido commendador Antonio José Gomes Pereira Bastos.—Sala das commissões da assembléa legislativa provincial do Amazonas em Manaus, 16 de julho de 1877.—Os deputados, Pedro Luiz Sympson, dr. A. David V. de Canavarro, João Sebastião da Silva Lisboa.» Ficou sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

2.^a Parte.—Tem a segunda leitura os projectos n.ºs 20 e 21.

E' approvada em terceira discussão o projecto n.º 17, sendo regeitadas as seguintes emendas:

«Ao art. 1.º—Depois da palavra Lisboa, diga-se: aliás chamará concorrentes a novo contracto.—Paço da assembléa provincial, 16 de julho de 1877.—O deputado, Ferraz.»

«Ao art. 2.º—Elimine-se este art.—Paço da assembléa, 16 de julho de 1877.—O deputado, Ferraz.»

Durante a discussão, orarão os srs. deputados Tapajós, padre Daniel e Ferraz.

Os srs. padre Torquato, dr. Canavarro, Tapajós e Ferraz, declararão votar contra o projecto.

Entra em segunda discussão o projecto n.º 18, que orça a receita e fixa a despeza provincial para o exercicio de 1877 a 1878.

O sr. presidente interrompe a discussão, pela uma hora da tarde, e convida, á cumprir seo mandato, a comissão que por parte d'esta assembléa tem de felicitar a s. exc. o sr. presidente da provincia.

Retirando-se a comissão, reconhece-se não haver numero legal e o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.^a Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.^a Parte.—Terceira leitura dos projectos n.ºs 20 e 21; primeira discussão do projecto n.º 19; continuação da segunda discussão do de n.º 18; terceira do de n.º 15 e discussão do parecer da comissão de agricultura sobre o requerimento do commendador Antonio José Gomes Pereira Bastos.

Para constar se lavrou esta acta.—*Henrique Barboza de Amorim*.—*José Justiniano Braule Pinto*, servindo de 1.º Secretario.—*Estevão José Ferraz*, servindo de 2.º Secretario.

Sessão de 17 de Julho de 1877

PRESIDENCIA DO SR. 1.º SECRETARIO BARBOZA D'AMORIM.

As horas do estylo presentes os Srs. Deputados Amorim, Braule Pinto, Ferraz, Dr. Gustavo, Tapajós, Dr. Canavarro, Sympson, Nery da Fonseca, Souza Marques, Pinheiro, Padre Torquato, e Gabriel, abre-se a sessão; lida a acta da antecedente foi approvada.

Expediente.

Um officio do sr. deputado Guimarães, communicando que por encommode de saude deixa de comparecer: inteirado.

Um requerimento de Manoel José de Souza Cruz, pedindo para ficar sem effeito o lançamento de debito que tem no thesouro publico provincial: á comissão de fazenda.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—O sr. deputado Ferraz, relator da comissão que por parte desta assembléa, foi nomeada para felicitar a s. exc. o sr. presidente da provincia, deo sciencia de haver elle cumprido seo mandato lendo a seguinte felicitação:—«Ilm. e exm. sr. dr. Agésilao Pereira da Silva. A assembléa legislativa provincial, manda felicitar a v. exc. pela maneira digna de applausos com que então curto espaço de tempo, tem v. exc. regido os destinos da provincia.

O estado pouco lizongeiro das finanças, alliado a outros assumptos de não menos importancia, erão embarracos serios com que tinha e tem de arcar v. exc.

A assembléa provincial folga em apreciar o modo circumspecto, com que v. exc. tem procedido fazendo justiça a todos, e a maneira com que de combinação com ella, tem cooperado para o equilibrio do orçamento.

Não podia de certo a administração de v. exc. começar sob melhores auspicios.

O grandioso futuro reservado a esta provincia de-

pende em grande parte de uma administração sensata que esquecendo preconceitos e odios, procure dar desenvolvimento aos germens de engrandecimento que ella possui.

A assembléa esta confiada que a escolha de v. exc. na situação difficil que atravessa a provincia foi acertada, e muito espera de seu governo.

Digne-se pois v. exc. aceitar esses votos do corpo legislativo da provincia, e a segurança de nossa alta consideração e respeito. Paço da assembléa legislativa do Amazonas, 16 de julho de 1877.—Estevão José Ferraz.—Padre Daniel Pedro Marques de Oliveira.—Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães.—Pedro Luiz Simpson.—João Evangelista Nery da Fonseca Junior.»

A qual s. exc. deo a seguinte resposta:

«E' possuido do mais vivo reconhecimento que recebo e felicitação que por vosso intermedio me dirige a illustre assembléa legislativa do Amazonas.

Nenhuma recompensa mais honrosa, nem de maior valia, eu poderia aspirar para os diminutos serviços que tenho tido occasião de prestar á vossa bella provincia no exercicio do cargo de que me acho investido pela confiança do governo imperial.

Todavia seja-me lícito dizer-vos que a illustre corporação de que sois ao mesmo tempo muito dignos membros e legítimos órgãos, exagerando por um lado os meus serviços, por outro esqueceu-se completamente de que á ella cabe de direito o maior quinhão de gloria que porventura possa resultar para alguém, do modo porque são actualmente regidos os negocios publicos.

Em verdade, senhores; no grande edificio da felicidade publica em que todos trabalharemos, o meu papel é mais secundario que o vosso.

Simple executor das vossas leis, comprehendeis que nada me seria dado empregar e realisar, se me não abrisseis o thesouro de vossa confiança, se me não prestasseis o valiosissimo concurso das vossas luzes, da vossa experiencia, e sobre tudo, do vosso patriotismo.

Este concurso, folgo de reconhecê-lo, e bem alto o digo para conhecimento do paiz inteiro, vós m'o tendes concedido liberalmente, sem condições nem limites.

Por consequencia, pelos beneficios que ha colhido a provincia em minha curta administração, pelos que tiver de colher mais tarde, deverá ella ser mais grata a vós do que a mim.

E se-lo-ha, ficai certo porque a justiça dos povos, de algumas vezes falla, na maioria dos cazos é prompta inflexivel e reta como a justiça de Deos.

Na certeza de que a provincia que representais hade ser para com seus legisladores; pelo menos, tam justa quanto elles acabam de ser benevolos commigo, termino assegurando de novo a illustre e patriótica assembléa do Amazonas que o bem publico será hoje mais do que nunca, o incentivo de todos os meus actos, a justiça a norma invariavel do meu procedimento futuro, como ha sido do meu procedimento actual e a confirmação desse lizongeiro conceito que ella forma de minhas intenções a única recompensa que posso e devo ambicionar para os meus trabalhos.

Dignai-vos, por tanto, transmittir estas minhas palavras a illustre assembléa que aqui vos envia, offerecendo-lhe em meu nome os protestos da sincera admiração e profundo respeito que me inspira.

Quanto a vós senhores, aceitai igualmente as seguranças do meu eterno reconhecimento, e da sympathia e inalteravel estima que particularmente vos consagro. Palacio do governo em Manáos, 16 de julho de 1877.—Agésilao Pereira da Silva.

O sr. presidente declara que a resposta de s. exc. é recebida com especial agrado.

2.ª Parte.—Teve a 3.ª leitura os projectos ns. 20 e 21 que vão a imprimir.

E' regeitado em 1.ª discussão o projecto n. 17 teno do orado os srs. Braule Pinto e Ferraz.

O sr. Braule Pinto, Souza Marques e Tapajós, declaram votar a favor do mesmo projecto.

Continua a 2.ª discussão do projecto n. 18, que orça a receita e fixa a despesa para o exercicio de 1877 á 1878, e proseguio-se n'ella até ás duas horas da tarde.

Retiráo-se os srs. deputados Canavarro e Ramos Ferreira.

Não havendo numero legal o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Continuação das materias já designadas.

Para constar se lavrou esta acta—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza d'Amorim*, 1.º Secretario.—*João Sebastião da Silva Lisboa*, Servindo de 2.º Secretario.

Sessão de 18 de Julho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo presentes os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Lisboa, dr. Gustavo, Ferraz, Tapajós, dr. Canavarro, Sympson, dr. Antony, Nery da Fonseca, Souza Marques, Pinheiro e Gabriel, abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente, foi approvada.

Expediente

Um officio do secretario do governo de 17 do corrente e sob n.º 28, remettendo por copia para ser presente a assembléa o officio que a s. exc. dirigio o presidente da camara municipal de Tefé, em 14 de julho ultimo;—A commissão de camaras.

Dois requerimentos de José Maria do Rego Barros, mestre de marceneiro estabelecido nesta cidade:

Um pedindo o pagamento da quantia de 300\$000 de obras que fez na secretaria do governo, por ordem do presidente de então, dr. Antonio dos Passos Miranda:—A commissão de fazenda.

Outro pedindo por emprestimo a quantia de 6:000\$ réis para montar n'esta cidade uma associação que tem por fim abastecer de peixe fresco o mercado da capital:—A commissão de industria.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Nada occorreo.

2.ª Parte.—Foi approvado o parecer da commissão de agricultura, indeferindo a pretensão do commendador Antonio José Gomes Pereira Bastos.

Passou em terceira discussão o projecto n.º 18, (orçamento provincial) com as seguintes emendas:

«Emenda ao § 2.º do art. 3.º do projecto n.º 18.—Em vez de 5:500\$000, diga-se 9:800\$000—Paço da assembléa, 16 de julho de 1877.—S. R.—O deputado, Braule Pinto.»

«Additivo ao § 7.º do art. 5.º da lei do orçamento:—Subsidio ao estudante João Capistrano Soares Raposo 800\$000.—Paço da assembléa, 16 de julho de 1877.—O deputado, padre Daniel.»

«Emenda ao art. 13 do projecto n.º 18.—Em vez de 32:000\$000, como está no § 3.º, diga-se 36:000\$000.—Paço, 16 de julho de 1877.—S. R.—O deputado, Braule Pinto.»

«Emenda ao art. 13 do projecto n.º 18.—Passe o § 7.º deste art. para o art. 7.º—Paço da assembléa, 16 de julho de 1877.—O deputado, Braule Pinto.»

«Emenda ao § 3.º do art. 18 do projecto n.º 18. No final acrescente-se: e recebedoria.—Paço da assembléa, 17 de julho de 1877.—Braule Pinto.»

«Emenda ao art. 20 do projecto n.º 18: Depois da palavra escrevão, diga-se: que fica sendo seo substituto e supprimidos os lugares de agentes dos collectores.—Paço da assembléa, 17 de julho de 1877.—Braule Pinto.»

«Art. substitutivo ao art. 22: Continua em vigor a lei n.º 349 de 24 de maio de 1876, com a alteração de não poderem ser emittidas as apolices á mais de 8.º ao anno.—S. R.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 16 de julho de 1877.—Os deputados, Pedro Symphon, Ribeiro e Souza Marques.»

«Emenda ao projecto n.º 18. Elimine-se o art. 25.—Paço da assembléa, 17 de julho de 1877.—S. R.—Braule Pinto.»

«Emenda ao art. 27. Elimine-se este art.—Paço da assembléa legislativa da provincia do Amazonas, 18 de julho de 1877.—O deputado, Pedro Symphon.»

«Art. additivo para as disposições geraes: Art. O presidente da provincia fica autorizado a mandar pagar as despesas feitas por conta dos §§ seguintes da lei n.º 329 de 25 de maio de 1875, que deixaram de ser pagas por terem sido excedidos os respectivos creditos: § 2.º do art. 4.º na importancia de 4:792\$069 réis: § 4.º do art. 5.º na de 14:849\$254 réis: § Unico do art. 6.º na de 33:376\$047, e bem assim a despesa de réis 4:692\$961 feita com o calçamento das ruas no exercicio de 1875-1876 pela camara municipal por conta do § 10 do art. 11 da referida lei.

«Art. Ficão augmentados os creditos dos §§ seguintes da lei n.º 330 de 24 de maio de 1876: § 3.º ao art. 3.º com a quantia de réis 5:353\$000. § Unico do art. 6.º com a de 16:549\$202 réis. § 3.º do art. 9.º Com o de 4:522\$233 réis. § 8.º do art. 10. Com a de 4:673\$435 réis. § 4.º do art. 12. Com a de 1:265\$708 réis.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 16 de julho de 1877.—Os deputados, Pedro Luiz Symphon, Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, e Pedro de Souza Marques.»

«Additivo. Para onde convier.—O presidente da provincia mandará pagar ao tutor do estudante Antonio Gomes Correa de Miranda, a quantia de 1:800\$000, que se lhe está devendo até o fim do exercicio passado, do subsidio que percebe na conformidade da lei.—Paço da assembléa provincial do Amazonas, 16 de julho de 1877.—O deputado, padre Daniel.»

Forão regeitadas as seguintes:

«Emenda ao § 8.º do art. 13. Elimine-se neste § as palavras Diogo José de Souza e em vez de 190\$000, diga-se 600\$000.—Paço da assembléa, 16 de julho de 1877.—O deputado, Amorim.»

«Emenda ao art. 13 § 3.º Elimine-se este §.—Paço da assembléa provincial, 16 de julho de 1877.—O deputado, Ferraz.»

«Emenda ao art. 9.º do projecto n.º 18: § 8.º Para conclusão da igreja de N. S. da Graça de Cudajás dois contos de réis 2:000\$000.—Paço da assembléa, 16 de julho de 1877.—S. R.—O deputado, Braule Pinto.»

«Emenda no projecto n.º 18. Elimine-se o art. 19.—Paço da assembléa, 17 de julho de 1877.—O deputado, Braule Pinto.»

«Emenda ao art. 15 do projecto n.º 18. Elimine-se o § 14.—Paço da assembléa, 17 de julho de 1877.—Braule Pinto.»

«Emenda ao art. 15 do projecto n.º 18. Elimine-se o § 14.—Paço da assembléa, 17 de julho de 1877.—Braule Pinto.»

«Emenda ao art. 15 do projecto n.º 18. Elimine-se o § 13 por inconstitucional.—Paço da assembléa, 17 de julho de 1877.—Braule Pinto.»

«Emenda ao art. 15 do projecto n.º 18. Elimine-se o § 15.—Paço da assembléa, 17 de julho de 1877.—Braule Pinto.»

«Emenda ao art. 15 do projecto n.º 18. § para onde convier. Dacima dos predios urbanos.—Paço da assembléa, 17 de julho de 1877.—Braule Pinto.»

Durante a segunda discussão orarão os srs. Ferraz, Symphon, Braule Pinto, e Amorim.

Entrando em terceira discussão o projecto n.º 17, o sr. Symphon manda a meza o seguinte requerimento: «Requeiro addiamento da terceira discussão do projecto n.º 15, para de hoje a tres dias em consequencia de versar elle sobre o regimento d'esta assembléa, cuja confecção requer um estudo mais prolongado.—S. R.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 18 de julho de 1877.—O deputado, Pedro Luiz Symphon.»

Procedendo-se a votação ficou ella empatada, e por isso addiada para a sessão seguinte.

E nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão, dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Primeira discussão dos projectos n.ºs 20 e 21; terceira do de n.º 18 (ercamento provincial) e votação do requerimento do sr. deputado Symphon.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

PRESIDENCIA DO SR. AMORIM 1.º SECRETARIO.

Aos dezoito dias do mez de julho de 1877 no paço da assembléa legislativa provincial, feita a chamada respondem a ella os srs. deputados Amorim, Braule Pinto, Lisboa, dr. Gustavo, Ferraz, Tapajós, Nery da Fonseca, Pinheiro, padre Torquato e Gabriel, por falta de numero legal o sr. presidente declara não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Henrique Barboza de Amorim*.—*José Justiniano Braule Pinto*.—*João Sebastião da Silva Lisboa*.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

Aos vinte dias do mez de julho de 1877, no paço da assembléa legislativa provincial, feita a chamada respondem a ella os srs. deputados Freitas Guimarães, Braule Pinto, Pinheiro, dr. Gustavo, Tapajós, dr. Dias dos Santos, Nery da Fonseca e Barão de S. Leonardo; e por falta de numero legal o sr. presidente declara não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*José Justiniano Braule Pinto*, servindo de 1.º Secretario.—*João Carlos da Silva Pinheiro*, servindo de 2.º Secretario.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

Aos vinte e um dias do mez de julho de 1877, no paço da assembléa legislativa provincial, feita a chamada respondem a ella os srs. deputados Guimarães,

Braule Pinto, Pinheiro, dr. Gustavo, Tapajós, Barão de S. Leonardo, Nery da Fonseca, e por falta de numero legal o sr. presidente declara não haver sessão.

E para constar se lavrou este termo.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*José Justiniano Braule Pinto*, servindo de 1.º Secretario.—*João Carlos da Silva Pinheiro*, servindo de 2.º Secretario.

Sessão de 23 de Julho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

Presentes as onze horas do dia os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, dr. Gustavo, Lisboa, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, Sympson, Nery da Fonseca, dr. Dias dos Santos, Souza Marques, Pinheiro, Barão de S. Leonardo, e Gabriel, abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente, foi approvada.

Expediente.

Dois officios do secretario do governo datados de 20: Um sob n.º 29 remettendo a demonstração do credito preciso para occorrer as despesas do § 5.º do art. 9 da lei n.º 350 de 24 de maio de 1876:—A comissão de fazenda.

Outro sem numero, enviando para ser presente a assembléa uma representação dos commerciantes de Villa-Bella, Joaquim Ferreira Gomes & C.ª—A comissão de poderes.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—A comissão de redacção, representada pelo sr. dr. Gustavo, com permissão do sr. presidente, leu a redacção do projecto do orçamento municipal.

A comissão de camaras apresenta o seguinte requerimento:

«Requeremos que de preferencia seja discutida na segunda parte da presente sessão a redacção do orçamento municipal.—Paço da assembléa, em 23 de julho de 1877.—J. C. Antony, João Pinheiro, e Ferraz.»

O sr. dr. Gustavo lê e manda a meza o seguinte projecto:

«Considerando que é de grande importancia para o desenvolvimento da navegação e commercio desta provincia animar a iniciativa particular que tem tomado a si a grandiosa tarefa de explorar os rios e caudalosos affluentes do Solimões, empregando alguns vapores nesse serviço, sem auxilio algum, e sendo o rio Jutahy tão vasto quão abundante que o Jurua e o Purús, o qual ultimamente a esforços do commerciante brasileiro Francisco Rebello de Souza, residente em Fonte-Boa, tem attrahido as attentões do commercio, por via do vapor da propriedade do dito negociante contribuindo por esse meio para povoal-o.

A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, resolve:

Art. 1.º A presidencia da provincia fica autorizada a mandar pagar como auxilio prestado a navegação a vapor do rio Jutahy ao negociante brasileiro, capitão Francisco Rebello de Souza a quantia de quinhentos mil réis, por viagem que fizer ao dito rio a partir de Fonte-Boa o vapor de sua propriedade.

§ Unico. Se houver quem mais vantagens offerecer para o desenvolvimento da mesma navegação terá preferencia á referida importancia.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Sala das sessões da assembléa legislativa provincial

em 4 de julho de 1877.—S. R.—Gustavo Adolpho Ramos Ferreira.»

Tomou o n.º 22 e teve a primeira leitura.

Fôrão approvados em primeira discussão os projectos n.ºs 20 e 21.

O sr. Sympson pede despesa dos intersticios para o projecto n.º 21:—Foi-lhe concedido.

2.ª Parte.—Foi approvada a redacção da lei do orçamento municipal.

Foi approvado em terceira discussão o projecto n.º 18, com as emendas e additivos seguintes:

«Diversas despesas. § additivo ao art. 14. Exercicios findos...§.—Paço da assembléa, 19 de julho de 1877.—Pedro Sympson, Ribeiro Guimarães, Souza Marques.»

«Para diversas despesas: § additivo ao art. 13. Com a emigração nacional na forma da lei n.º 367, dez contos de réis.—Paço da assembléa, 19 de julho de 1877.—Pedro Luiz Sympson, Ribeiro Guimarães, Souza Marques.»

«Substitutivo ao § 6.º do art. 15. Até 2:000\$000, 10\$000; de 2:000\$ a 5:000\$, 20\$000; de 5:000\$ a 10:000\$, 30\$000; de 10:000\$ para cima 50\$000.—Paço da assembléa, 23 de julho de 1877.—Os deputados, Pedro Sympson e Souza Marques.»

«§ Additivo ao art. 9.º do projecto n.º 18. Com a conclusão da igreja matriz de N. S. da Graça de Cudajás 2:000\$000.—Paço, 23 de julho de 1877.—O deputado, Braule Pinto.»

«Emenda ao § 3.º do art. 9.º do projecto n.º 18. Em vez de 12:000\$000, diga-se 10:000\$000.—Paço, 23 de julho de 1877.—O deputado, Braule Pinto.»

«Emenda ao projecto n.º 18. § additivo ao art. 18. O presidente da provincia mandará pagar a Frederico Carlos Rhosard a quantia de 2:500\$000 da impressão do relatorio do ex-presidente o sr. dr. Antonio dos Passos Miranda.—Paço, 23 de julho de 1877.—O deputado, Braule Pinto.»

«Art. additivo ao projecto n.º 18, em disposições geraes, para onde convier: Art. O presidente da provincia mandará pagar de preferencia a qualquer outra divida do exercicio findo o que a provincia dever de subsidios a diversos estudantes.—Paço, 23 de julho de 1877.—O deputado, Braule Pinto.»

«Emenda ao § 33 do art. 15 do projecto n.º 18. Em vez de 7.º, diga-se 5.º.—Paço, 23 de julho de 1877.—O deputado, Braule Pinto.»

«Emenda ao § 5.º do art. 10. Elimine-se a palavra recebedoria.—Paço da assembléa, 19 de julho de 1877.—Pedro Sympson, Ribeiro Guimarães, Souza Marques.»

«Para onde convier. Art. additivo. Fica augmentado o § 5.º do art. 9 da lei n.º 350 de 24 de maio de 1876, com a quantia de 668\$332.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas em Manaus, 23 de julho de 1877.—Os deputados, Pedro Sympson, Ribeiro, Souza Marques.»

«§ Substitutivo ao § 2.º do art. 6.º Alfaias as matrizes da provincia 3:000\$000.—Paço da assembléa, 19 de julho de 1877.—Pedro Sympson, Ribeiro Guimarães, Souza Marques.»

«Emenda ao art. 20. Depois da palavra relativa, diga-se, a não substituição do collecter pelo escrivão; eliminadas as demais palavras, desde agente até o fim.—Paço da assembléa, 19 de julho de 1877.—Pedro Sympson, R. Guimarães, Souza Marques.»

«O presidente da provincia é autorizado a mandar fazer os supprimentos que forem necessarios com a renda dos novos exercicios para occorrer ao pagamento das dividas de exercicios anteriores, durante o prazo da liquidação dos mesmos.—Paço da assembléa, 19 de julho de 1877.—Pedro Sympson, Ribeiro Guimarães, Souza Marques.»

«Disposições geraes. Fica autorizado o presidente da

provincia a conceder licença de seis mezes com ordenado simples, ao guarda da recebedoria Leopoldo Nery da Fonseca, para tratar de sua saúde.—Sala das sessões, 22 de julho de 1877.—Antonio Dias dos Santos.

«Disposições geraes. O presidente é autorizado a mandar pagar a José Maria do Rego Barros, a quantia de 300\$900, importancia de obras feitas para a secretaria do governo por ordem da presidencia.—Sala das sessões, 22 de julho de 1877.—A. Dias dos Santos.»

«Para onde convier. Art. Fica de nenhum effeito o lançamento de debito de Manuel José de Souza Cruz, visto ter provado não ter tido negocio de regatão quando foi debitado como tal.—Paço da assembléa, 19 de julho de 1877.—Pedro Symphon, Souza Marques.»

Forão regeitadas as seguintes:

«Requeiro que na forma do regimento, se restabeleça o § 2.º do art. 3.º.—Paço da assembléa, 23 de julho de 1877.—O deputado, Pedro Symphon.»

«Art. additivo para onde convier. O presidente da provincia fica autorizado a conceder uma gratificação de réis 500\$000 a todo o professor particular que provar que sua escola é frequentada por mais de trinta alumnos.—Paço da assembléa, 23 de julho de 1877.—O deputado Antony.»

«§ Additivo ao art. 9.º do projecto n.º 18. § Com a conclusão da igreja de Santo Antonio de Borba réis 8:000\$000.—Paço, 23 de julho de 1877.—O deputado, Braule Pinto.»

«§ Additivo ao art. 15 do projecto n.º 18, para onde convier. § 3.º descontado dos rendimentos dos empregados activos e inactivos provinciaes: são isentos d'este imposto no primeiro anno do provimento por ter de pagar o de que trata o do § 33.—Paço, 23 de julho de 1877.—O deputado, Braule Pinto.»

«Art. additivo para as disposições geraes do projecto n.º 18, capitulo 3.º em discussão. O presidente da provincia fica autorizado a de accordo com o ex-emprezario da navegação directa commendador Alexandre Paulo de Brito Amorim, tratar a indemnisação pelos prejuizos resultantes a elle causados pela lei n.º 347 de 24 de maio de 1876, sendo uma quarta parte em dinheiro e tres partes em apolices com o juro de 8.º ao anno, que serão emittidas pelo thesouro provincial, para este fim, observando-se os arts. 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º com seus §§ da lei n.º 349 de 24 de maio de 1876.—Paço da assembléa provincial do Amazonas, 23 de julho de 1877.—S. R.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós.»

«Para onde convier. O presidente da provincia fica autorizado a mandar inscrever no assentamento do chefe de secção da secretaria da presidencia Raymundo Antonio Fernandes, o tempo que servio antes de ser provisionado.—S. R.—Paço da assembléa, 23 de julho de 1877.—João Pinheiro.»

Durante a discussão fallão os srs. Symphon, Braule, Tapajós, dr. Dias dos Santos, Ferraz, Pinheiro e dr. Antony.

O sr. Ferraz requereu addiamento da discussão para o dia seguinte.—Foi-lhe negado.

O sr. Braule manda a seguinte declaração de voto:

«Declaro que votei contra os §§ 6.º, 11, 14, 41, 43, 44, 45, 50, 52 do art. 15 e art. 19 e 25 do projecto n.º 18, orçamento provincial.—Paço da assembléa, 23 de julho de 1877.—S. R.—O deputado, Braule Pinto.»

O projecto é approved e as emendas, vai a commissão de redacção.

Procedendo-se a votação do requerimento do sr. Symphon, empatado na sessão seguinte, é retirado pelo seo autor, pelo que entra em terceira discussão o projecto n.º 15, que foi approved e remetido a commissão de redacção, com os seguintes additivos e substitutivos:

«Ao art. 194. Art. substitutivo. O deputado que pe-

dir que se declare o seo voto na acta, deverá apresental-o ao segundo secretario, para esse fim. A declaração de voto não será feita em forma de protesto; mas conterá um resumo dos motivos em que elle fundamentar seo voto, concebido em sentido geral sem allusões pessoais.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 18 de julho de 1877.—O deputado, Ramos Ferreira.»

«Art. substitutivo ao art. 115. Quando se tratar de negocio que interesse pessoalmente algum deputado, elle poderá assistir a discussão, não podendo porém votar.—S. R.—Projecto n.º 18 de julho de 1877.—O deputado, Antony.»

«Emenda ao additivo do sr. deputado Daniel. No art. 57 depois das palavras—como for de justiça—elimine-se o resto.—Paço da assembléa, 18 de julho de 1877.—O deputado, Amorim.»

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Segunda leitura do projecto n.º 22 e segunda discussão do de n.º 21.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*José Justiniano Braule Pinto*, servindo de 1.º Secretario.—*João Sebastião da Silva Lisboa*, servindo de 2.º Secretario.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

Aos 24 dias do mez de julho de 1877, no paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, pelas 11 horas da manhã, comparecem os srs. deputados Freitas Guimarães, Pinheiro, dr. Gustavo, padre Torquato, dr. Dias dos Santos, Tapajós, dr. Antony e Gabriel; e não havendo numero legal, o sr. presidente declara não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*João Carlos da Silva Pinheiro*, servindo de 1.º Secretario.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

Aos 25 dias do mez de julho de 1877, no paço da assembléa legislativa provincial as onze e meia horas da manhã, comparecem os srs. deputados Freitas Guimarães, Braule Pinto, Lisboa, Ferraz, Tapajós, Nery, Pinheiro, dr. Dias dos Santos e Gabriel; e o sr. presidente declara não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*José Justiniano Braule Pinto*, servindo de 1.º Secretario.—*João Sebastião da Silva Lisboa*, servindo de 2.º Secretario.

Sessão de 26 de Julho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo presentes os srs. deputados Freitas Guimarães, Braule Pinto, Lisboa, Ferraz, dr. An-

tony, Tapajós, Sympson, dr. Dias dos Santos, Souza Marques, Pinheiro, Nery da Fonseca, Barão de S. Leonardo e Gabriel, abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente foi approvada.

Expediente.

Um officio do secretario do governo datado de 24 do corrente sob n.º 31, communicando haver sido publicada como lei a resolução desta assembléa, que orçou a receita e fixou a despesa das camaras municipaes para o exercicio de 1877 á 1878:—Inteirada.

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Nada occorreo.

2.ª Parte.—Tem a segunda leitura e foi julgado objecto de deliberação o projecto n.º 22.

E' approvado em segunda discussão o projecto n.º 21, sendo regeitada a seguinte emenda:

«Additivo ao art. unico do projecto n.º 21. Depois das palavras, segundo districto, accrescente-se: e ao porteiro da mesma Augusto Botelho da Cunha.—S. R.—Paço, 26 de julho de 1877.—S. Pinheiro.»

Nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia.

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Terceira leitura do projecto n.º 22; segunda discussão do projecto n.º 20 e terceira do de n.º 21.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

Sessão de 27 de Julho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo presentes os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, dr. Gustavo, Lisboa, Ferraz, dr. Antony, Tapajós, dr. Canavarro, Sympson, Pinheiro, Gabriel e Souza Marques, abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente, foi approvada.

Não houve expediente.

Ordem do dia

1.ª Parte.—A commissão de redacção representada pelo sr. dr. Gustavo, obtendo permissão, lê a do projecto n.º 17.

O mesmo sr. requer para que seja ella discutida e votada na segunda parte da ordem do dia da presente sessão:—Foi attendido.

2.ª Parte.—Tem a terceira leitura o projecto n.º 22; vai a imprimir.

E' approvado em segunda discussão o projecto n.º 20, com as emendas seguintes:

«Emenda ao projecto n.º 20. Elimine-se deste projecto a lei n.º 255 que trata de chafaris.—Paço da assembléa, 27 de julho de 1877.—O deputado, Amorim.»

«Accrescente-se mais as de n.ºs 330 de 1875; 333, 334 e 335.—Paço da assembléa legislativa provincial

do Amazonas, 27 de julho de 1877.—O deputado, Pedro Sympson.»

«Emenda ao projecto n.º 20, art. unico. Inclua-se as leis n.ºs 16 de 19 de novembro de 1853; 52 de 22 de julho de 1855 e 117 de 4 de julho de 1862.—Paço, 27 de julho de 1877.—Braule Pinto.»

«Emenda ao projecto n.º 20, art. unico. Elimine-se o n.º 319.—Paço, 27 de julho de 1877.—Braule Pinto.»

Forão regeitadas as seguintes:

«Emenda ao projecto n.º 20. Elimine-se deste projecto a lei n.º 260.—Paço da assembléa, 27 de julho de 1877.—O deputado, Amorim.»

«Emenda ao art. unico do projecto n.º 20. Elimine-se 290 o mais como está.—S. R.—Paço da assembléa, 27 de julho de 1877.—O deputado, Antony.»

Durante a discussão orarão os srs. dr. Antony, Braule Pinto, Ferraz, Amorim e Sympson.

O sr. Sympson requer dispensa dos intersticios do projecto n.º 20:—E' concedida.

E' approvado em terceira discussão o projecto n.º 21, com a seguinte emenda:

«Emenda ao art. unico do projecto n.º 21. Em vez das palavras com seus vencimentos, diga-se: com ordenado simples.—Sala das sessões, 27 de julho de 1877.—O deputado, Souza Marques.»

Foi approvada e regeitada a seguinte:

«Additivo ao art. unico do projecto n.º 21. Depois das palavras, segundo districto, accrescente-se: e ao porteiro da camara Augusto Botelho da Cunha.—S. R.—Paço, 26 de julho de 1877.—S. Pinheiro.»

Vai o projecto a commissão de redacção.

E' approvada a redacção do projecto n.º 17.

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente levanta a sessão dando a seguinte

Ordem do dia

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.ª Parte.—Terceira discussão do projecto n.º 20.

E para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.º Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.º Secretario.

PRESIDENCIA DO SR. AMORIM 1.º SECRETARIO.

Aos 28 dias do mez de julho de 1877, feita a chamada comparecem os srs. deputados Amorim, Barão de S. Leonardo, Ferraz, dr. Antony, padre Torquato, dr. Gustavo, Sympson, Tapajós e Braule Pinto, e não havendo numero legal o sr. presidente declara não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Henrique Barboza de Amorim*, servindo de Presidente.—*José Justiniano Braule Pinto*, servindo de 1.º Secretario.

Sessão de 30 de Julho de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo presentes os srs. deputados Guimarães, Amorim, Braule, Lisboa, Tapajós, S. Leonardo, Souza Marques, dr. Canavarro, Sympson, Nery, Pinheiro, padre Torquato e Gabriel; abre-se a sessão.

Lida a acta da antecedente, foi approvada.

Achando-se na ante sala o sr. deputado Manuel Pereira de Sá, o sr. presidente nomeia uma comissão composta dos srs. dr. Canavarro, Nery e Souza Marques, para dar-lhe ingresso, o que feito presta juramento e toma assento.

Não houve expediente.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—O sr. dr. Canavarro, lê e manda a meza a seguinte indicação:

«Indico que se lance na acta de hoje um voto de louvor a pessoa do digno presidente desta assembléa o exm. sr. tenente coronel João José de Freitas Guimarães, pela maneira delicada, sincera e leal com que tem procedido na direcção dos trabalhos desta corporação no biennio de 1876 a 1877.—Paço da assembléa, 30 de julho de 1877.—S. R.—O deputado, dr. Canavarro.»

O sr. presidente deixa a cadeira que é occupada pelo sr. 1.^o secretario.

Procedendo-se a votação da indicação, foi ella approvada.

O sr. padre Torquato, relator da comissão de redacção, com permissão do sr. presidente apresenta a dos projectos n.^{os} 15, 18 e 21, e de tres emendas apresentadas e approvadas em terceira discussão do de n.^o 18.

A mesma comissão pede para que taes redacções sejam discutidas e votadas na segunda parte da ordem do dia da presente sessão:—Foi concedido.

O sr. padre Torquato obtendo a palavra lê e fundamenta a seguinte indicação:

«Indico que esta assembléa dirija uma felicitação ao respeitavel D. Joaquim Gonçalves de Azevedo, pela sua elevação ao solio archiepiscopal.—Sala das sessões em 30 de julho de 1877.—Padre, Torquato Antonio de Souza.»

Os srs. Sympson, Barao de S. Leonardo, Sá, Braule Pinto, Lisboa e Pinheiro, pedem permissão ao autor da indicação para tambem assignarem:—consente.

Posta a votos é approvada.

O sr. Sympson manda a meza o seguinte requerimento:

«Requeiro que sejam enviadas as comissões de camaras e instrucção publica o projecto de posturas da camara municipal da capital, sobre o abatimento de vaccas de criação e sobre o regulamento da instrucção primaria das escolas nocturnas.—S. R.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 30 de julho de 1877.—O deputado, Pedro Sympson.»

E' approvado.

2.^a Parte.—E' approvado em terceira discussão e remetido a comissão de redacção o projecto n.^o 20 e as emendas já approvadas em segunda discussão.

Retira-se a sala respectiva a comissão de redacção e volta momentos depois, e lê com permissão da presidencia a do dito projecto n.^o 20.

O sr. Braule requer que a mesma redacção seja discutida e votada com as outras:—E' attendido.

São approvadas as redacções dos projectos n.^{os} 15, 20 e 21 e a das tres emendas.

Entrando em discussão a do projecto n.^o 18 (lei do orçamento) o sr. Sympson manda a meza a seguinte emenda:

«Ao art. 20. O art. 26 da lei n.^o 138 de 1.^o de agosto de 1865, é revogado somente na parte relativa a não substituição do collecter pelo escrivão.—Em 30 de julho de 1877.—O deputado, Pedro Sympson.»

Foi approvada a redacção e a emenda.

E nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente levanta a sessão, dando a seguinte

Ordem do dia.

1.^a Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc.

2.^a Parte.—O que occorrer.

Para constar se lavrou esta acta.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barbosa de Amorim*, 1.^o Secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.^o Secretario.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

Aos 31 dias do mez de julho de 1877, feita a chamada comparecem os sr. deputados, Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Gabriel, e Pereira de Sá; e não havendo numero legal o sr. presidente declarou não haver sessão.

E para constar se lavrou este termo.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barbosa de Amorim*, 1.^o secretario.—*José Justiniano Braule Pinto*, 2.^o secretario.

PRESIDENCIA DO SR. 1.^o SECRETARIO BARBOZA D'AMORIM.

No dia um do mez de Agosto de 1877, no Paço da Assembléa Legislativa Provincial, feita a chamada respondem a ella os srs. deputados, Amorim, dr. Antony, dr. Ramos Ferreira, Gabriel e Pereira de Sá, e por falta de numero legal o sr. presidente declara não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Henrique Barbosa de Amorim*.—*João C. Antony*.

PRESIDENCIA DO SR. 1.^o SECRETARIO BARBOZA D'AMORIM.

Aos dois dias do mez de Agosto de 1877; no Paço da Assembléa Legislativa Provincial, feita a chamada comparecem os srs. deputados Amorim, Braule Pinto, Souza Marques, Sympson, e não havendo numero legal o sr. presidente declara não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Henrique Barbosa de Amorim*.—*José Justiniano Braule Pinto*.

PRESIDENCIA DO SR. 1.^o SECRETARIO BARBOZA D'AMORIM.

Aos tres dias do mez de Agosto de 1877, feita a chamada comparecem os srs. deputados Amorim, Souza Marques, Braule Pinto, e Lisboa; e não havendo numero legal o sr. presidente declara não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Henrique Barbosa de Amorim*.—*José Justiniano Braule Pinto*.

Sessão do encerramento de 4 de Agosto de 1877.

PRESIDENCIA DO SR. FREITAS GUIMARÃES.

As horas do estylo presentes os srs. deputados Freitas Guimarães, Amorim, Braule Pinto, Souza Marques, padre Torquato, Gabriel, Sá, Lisboa, Tapajós, dr. Dias dos Santos, dr. Antony, Sympson e Ferraz, abre-se a sessão; lida a acta da antecedente foi approvada.

Expediente

Um officio do secretario do governo da provincia datado de 2 do corrente sob n. 33, communicando haver

s. exc. o sr. presidente da provincia sancionado as resoluções d'esta assembléa, que forão remettidas em 30 de Julho ultimo. Inteirada á archivar.

Ordem do dia.

1.^a Parte.—Nada.

2.^a Parte.—O o sr. presidente delara que havendo expirado o praso da lei para os trabalhos legislativos, encerrava a presente sessão ordinaria do corrente anno.

Para constar se lavrou esta acta, que foi approvada.—*João José de Freitas Guimarães*, Presidente.—*Henrique Barboza de Amorim*, 1.^o Secretario.—*José Justino Braule Pinto*, 2.^o Secretario.

FIM DO ANNO DE 1877.



Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



**ACERVOS
DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804

cdmam@cultura.am.gov.br

acervodigitalsec@gmail.com



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM**